



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

Aluna: SELMA APARECIDA DOS SANTOS

"A Trajetória do Assentamento Reunidas: O Que Mudou?"

Defendida em 28/02/2007

A TRAJETÓRIA DO ASSENTAMENTO REUNIDAS: O QUE MUDOU?

COMISSÃO JULGADORA

Selma Aparecida dos Santos

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Econômico – área de concentração: Economia Agrícola e Agrária, sob a orientação do Prof. Dr. Pedro Ramos.

Este exemplar corresponde ao original da dissertação defendida por Selma Aparecida dos Santos em 28/02/2007 e orientada pelo Prof. Dr. Pedro Ramos.

CPG, 28/02/2007

A handwritten signature in blue ink, which appears to be "Pedro Ramos", is written over a horizontal line. The signature is stylized and includes a large flourish.

Campinas, 2007

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca
do Instituto de Economia/UNICAMP**

Sa59t

Santos, Selma Aparecida dos.

A trajetoria do assentamento Reunidas : o que mudou? / Selma Aparacida dos Santos. – Campinas, SP : [s.n.], 2007.

Orientador : Pedro Ramos.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

1. Assentamentos humanos. 2. Reforma agraria. 3. Credito agricola. 4. Comercialização. I. Ramos, Pedro. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Titulo.

07-31-BIE

Título em Inglês: The trajectory of the Reunidas : what is moved?

Keywords: Human settlements ; Agrarian reform ; Agricultural credit ; Marketing

Area de Concentração : Economia Agrícola e Agraria

Titulação: Mestre em Desenvolvimento Economico

Banca examinadora: Prof. Dr. Pedro Ramos

Prof. Dr. Bastiaan Philip Reydon

Prof. Dr. Farid Eid

Data da defesa: 28-02-2007

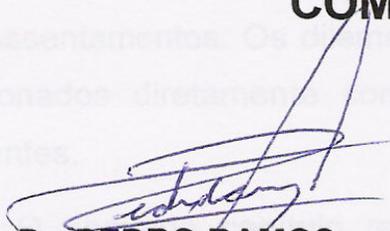
Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Economico

Aluna: SELMA APARECIDA DOS SANTOS

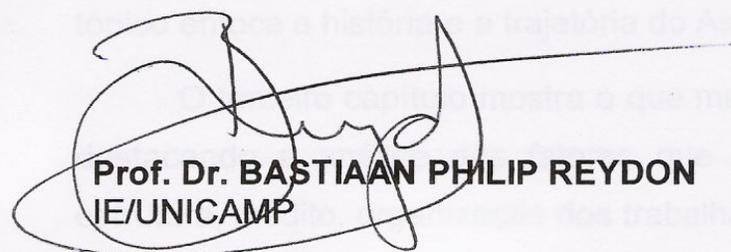
"A Trajetória do Assentamento Reunidas: O Que Mudou?"

Defendida em 28 / 02 / 2007

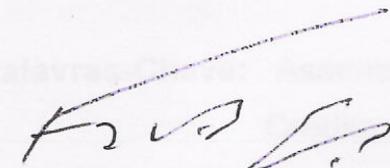
COMISSÃO JULGADORA



Prof. Dr. PEDRO RAMOS
Orientador – IE / UNICAMP



Prof. Dr. BASTIAAN PHILIP REYDON
IE/UNICAMP



Prof. Dr. FARID EID
UFSCar

RESUMO

O presente trabalho busca analisar a trajetória de um Assentamento de Reforma Agrária, considerando os fatores que interferem e afetam o seu desenvolvimento. Esse estudo foi baseado na experiência do maior assentamento do Estado de São Paulo, o Assentamento Reunidas, localizado no município de Promissão.

Este trabalho é constituído de três capítulos. O primeiro capítulo aborda as políticas de assentamentos no Brasil, com um breve histórico e avaliações recentes, delimitando o período de 1985 a momentos atuais. Esse capítulo está subdividido em: 1) Políticas Públicas de Assentamentos Rurais no Brasil: I PNRA, PROCERA/ PRONAF – transição de assentados para agricultores familiares e II PNRA; 2) Políticas Públicas para Assentamentos de Reforma Agrária e seus passivos; 3) Dilemas e impasses atuais dos Assentamentos. Os dilemas e impasses dos assentamentos rurais no Brasil estão relacionados diretamente com as políticas de assentamentos, com os ‘passivos’ existentes.

O segundo capítulo refere-se à trajetória do Assentamento Reunidas, com avaliações da literatura e outras considerações. O ponto principal é por que e em que momento o Assentamento Reunidas foi considerado uma ‘experiência modelo’? Esse tópico enfoca a história e a trajetória do Assentamento de 1987 a momentos atuais.

O terceiro capítulo mostra o que mudou na trajetória do Assentamento Reunidas destacando a análise dos fatores que interferiram no seu desenvolvimento: infraestrutura, crédito, organização dos trabalhadores e comercialização.

Palavras-Chave: Assentamentos, Reforma Agrária, Organização social-produtiva, Crédito de Investimento e Comercialização.

SUMMARY

The present work searches to analyze the trajectory of a Establishment of Agrarian Reform, considering the factors that interfere and affect its development. This study was based on the experience of the largest establishment of the State of Sao Paulo, the Reunidas Establishment, located in the municipal district of Promissão.

This work is constituted of three chapters. The first chapter approaches the politics of establishments in Brazil, with brief historical and recent evaluations, defining the period of 1985 to current moments. This chapter is subdivided in: 1) Public politics of Rural Establishments in Brazil: I PNRA, PROCERA / PRONAF - transition of having seated for family farmers and II PNRA; 2) Public politics for Establishments of Agrarian Reform and its passive ones; 3) dilemmas and current problems of the Establishments. The dilemmas and problems of the rural establishments in Brazil are directly related with the politics of establishments, with the passive ones existent.

The second chapter refers to the trajectory of the Reunidas Establishment, with evaluations of the literature and other considerations. Why is the main point and in which moment the Reunidas Establishment was considered 'model of experience'? This topic focuses the history and the trajectory of the Establishment of 1987 to current moments?

The third chapter shows what moved in the trajectory of the Reunidas Establishment the analysis of the factors that have interfered in its development highlighting: infrastructure, credit, the workers' organization and commercialization.

Word-key: Establishments, Reforms Agrarian, Social-Productive Organization, Credit of Investment and Commercialization.

AGRADECIMENTOS

Aos avós pela acolhida em sua singela casa e o carinho,

Aos meus pais e irmãos pelo colo, pela a força e o companheirismo,

Aos meus amigos, especialmente a Lidiane e o César, pela solidariedade,

À Congregação dos Irmãos de Santa Cruz, especialmente ao Ir. Franklin,

Ao Professor Pedro Ramos pela dedicada orientação,

Aos professores e funcionários do Instituto de Economia,

Aos Sem Terra que acreditam no desenvolvimento dos assentamentos,

Aos assentados e assentadas que participaram deste trabalho,

Aos representantes das Instituições Públicas que contribuíram para esse trabalho:
FEPAF, INCRA, ITESP – GTC/ Promissão, Agência do Banco do Brasil de Promissão e
Prefeitura Municipal de Promissão,

Às meninas da antiga casa L6A: Glenda, Estela, Thaís, Kellen e Iracema.

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho às famílias que construíram o Assentamento Reunidas e às pessoas que acreditam e contribuem para o desenvolvimento desse Assentamento.

Dedico, em especial, ao Carlão, ao Edinho e à Elis pela compreensão e pelas noites em claro.

“Enquanto dormiam as consciências
Nós nos levantamos
E dissemos com os passos
Que era possível vencer.

A terra se fez conhecimento
E no sopro da vontade de pari-lo
Se transformou em canto
Para sentir o dia de nos ver acontecer.

Como brotos da cepa dos direitos
Surgimos, para marcar o fim da tempestade
Em que as idas e vindas teceram a liberdade
Esculpindo na consciência o ser de um novo jeito.

Os sacrifícios são dores engolidos pela teimosia
De fazer com as mãos um tempo novo
Nada pois pode medir esta importância
De quem se levantou contra a ignorância
Para polir a alma e os sonhos de um só povo”.

Poema de Ademar Bogo – Polir os Sonhos

ÍNDICE

Resumo	iv
Summary	v
Agradecimentos	vi
Dedicatória	vii
Siglas	ix
Índice de Tabelas	x
Índice de Gráficos	xi
Índice de Figuras	xii
Índice de Quadros	xiii
Introdução	1
Procedimentos Metodológicos	4
Capítulo I - POLÍTICAS DE ASSENTAMENTOS NO BRASIL: UM BREVE HISTÓRICO E AVALIAÇÕES RECENTES (PERÍODO 1985 a momentos atuais)	
1.1 Políticas Públicas de Assentamentos Rurais no Brasil	9
1.2 Políticas Públicas para Assentamentos de Reforma Agrária e seus passivos	20
1.3 Dilemas e impasses dos atuais assentamentos	24
Capítulo II - A TRAJETÓRIA DO ASSENTAMENTO REUNIDAS: AVALIAÇÕES DA LITERATURA E OUTRAS CONSIDERAÇÕES	
2.1 A História do Assentamento Reunidas	41
2.2 Trajetória do Assentamento (1989 a 93 - 1994 a 99 - 2000 a 2006)	47
2.3 Por que e em que momento o Assentamento foi considerado pela literatura e pela Imprensa um modelo 'bem sucedido' de Reforma Agrária?	58
	75
<i>Capítulo III - O QUE MUDOU NA TRAJETÓRIA DO ASSENTAMENTO REUNIDAS?</i>	
3.1 Investimento em infra-estrutura	77
3.2 Acesso ao crédito	79
3.3 Organização dos trabalhadores assentados	86

3.4 Comercialização	93
3.5 Dados das principais linhas de produção do Assentamento	96
Considerações Finais	109
Referências Bibliográficas	115
<i>Anexo I</i>	119
Anexo II	120
Anexo III	123
Apêndice 1	125
Apêndice 2	127

SIGLAS

APRONOR	Associação dos Pequenos Produtores da Nova Reunidas
CATI	Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
CCA/SP	Central das Cooperativas Agrícolas do Estado de São Paulo
CEAGESP	Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo
CESP	Companhia Energética de São Paulo
COAP	Cooperativa Regional dos Assentados de Promissão
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
COPAJOTA	Cooperativa de Produção Agropecuária Pe. Josimo Tavares
CORAP	Cooperativa Regional de Reforma Agrária de Promissão
CPDA	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DAF	Departamento de Assuntos Fundiários
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FEAP	Fundo de Expansão da Agropecuária Paulista
FEPAF	Fundação de Estudos e Pesquisas Agrícolas e Florestais
FEPASA	Ferrovias Paulistas AS
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FINSOCIAL	Fundo de Investimento Social
ICMS	Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços
IEA	Instituto de Economia Agrícola
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITESP	Instituto de Terras do Estado de São Paulo
LOC	Laboratório Organizacional de Campo
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MIRAD	Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PA	Projeto de Assentamento
PDA	Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PRA	Plano de Recuperação do Assentamento

PROCERA	Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária
PROJOVEM	Programa de Formação de Jovens Empresários Rurais
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSF	Programa Saúde da Família
SEAF	Secretaria Estadual de Assuntos Fundiários

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1	Faixas de renda em salários mínimos dos lotes por Assentamentos selecionados	61
TABELA 2	Balanço da Safra 1993/94	81
TABELA 3	Volume de Produção da Olericultura	102
TABELA 4	Preços praticados pelos Laticínios ao assentados	107

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	Valor adicionado pelo Complexo Rural Mundial	54
GRÁFICO 2	Estratos de Renda Familiar – regiões do Brasil	55
GRÁFICO 3	Renda – Assentamento Reunidas	62
GRÁFICO 4	Participação dos Principais produtos – safra 2005/2006	100
GRÁFICO 5	Propriedade dos Tanques de expansão	104
GRÁFICO 6a	Destino da produção de leite ‘in natura’ do Assentamento Reunidas	105
GRÁFICO 6b	Destino da Produção	106
GRÁFICO 7	Preço praticado pelos Laticínios	107

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1	Acampamento à beira da BR 153	41
FIGURA 2	Acampamento à beira da BR 153 – Vista Lateral	44
FIGURA 3	Produção de Algodão	52
FIGURA 4	Olericultura: produção de pepinos em estufas	56
FIGURA 5	Produção de Leite	57
FIGURA 6	Produção de milho	67
FIGURA 7	Pulverização no plantio de Algodão	81
FIGURA 8	Plantio de Arroz	83
FIGURA 9	Entrepasto da Reforma Agrária	96
FIGURA 10	Olericultura: produção de legumes e verduras em ambiente fechado	97
FIGURA 11	Olericultura: produção de tomate e pepino japonês	99
FIGURA 12	Curso de capacitação de classificação, embalagem e rotulagens de produtos	101
FIGURA 13	Produção de Abóbora	102
FIGURA 14	Produção Leiteira	103

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1	Estimativa do custo médio por família assentada	13
Quadro 2	Processo de formação de um assentamento	14
Quadro 3	Síntese dos principais fatores restritivos ao desenvolvimento dos assentamentos	27
Quadro 4	Dados comparativos do Censo Agropecuário 1995/96	59
Quadro 5	Situação das organizações no Assentamento Reunidas	89
Quadro 6	Síntese dos fatores que interferem no desenvolvimento do Assentamento Reunidas	110
Quadro 7	Síntese da trajetória do Assentamento Reunidas	113

1. INTRODUÇÃO¹

A Reforma Agrária no Brasil vem sendo realizada basicamente por formação de Assentamentos Rurais, embora fossem criados como medida governamental para atenuar conflitos sociais referentes à concentração fundiária. Hoje, os assentamentos, podem se estabelecer como meio para aplicação de políticas públicas que buscam geração de emprego e distribuição de renda, via acesso à terra e à políticas agrícolas voltadas ao desenvolvimento rural e urbano. Para Norder (2004, p.288), “as políticas de assentamentos têm efeitos multifuncionais, uma vez que representa, simultaneamente, uma política habitacional e de fortalecimento da segurança alimentar e de desenvolvimento local e regional”.

“A ausência de uma clara definição da política agrária pelas agências governamentais fez com que a implementação de assentamentos rurais... na grande maioria dos casos, tenha sido uma decorrência das contundentes ações políticas dos trabalhadores rurais sem terra organizados pelos movimentos sociais, e não por organismos governamentais” (LEITE e MEDEIROS, 1999, p.115-118).

Os Assentamentos de Reforma Agrária já existentes a mais de dez anos contam com um grande passivo, principalmente referente à infra-estrutura, ao sistema de crédito, à tecnologia apropriada à estrutura produtiva local, à capacitação e aos canais de comercialização. Assim, os trabalhadores assentados são expostos a problemas de escala de produção, tecnologia, qualificação, gerenciamento da produção, aos altos custos de produção e aos baixos preços oferecidos por seus produtos, cumprindo o papel específico de fornecedores de matéria-prima barata para abastecimento interno.

Com base no estudo de Segundo Senhoras (2003), definem-se que os fatores que potencializam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária destacam-se: presença de crédito; a definição de políticas internas ao assentamento para um

¹ Caro leitor, ressalta-se aqui, que a autora deste trabalho, como filha de assentado, é parte integrante da história e trajetória do estudo de caso em questão, o Assentamento Reunidas. Tentou-se, com o máximo esforço, garantir a imparcialidade e a distância necessária para qualidade do trabalho.

melhor aproveitamento dos seus recursos naturais, bem como a busca de atuação conjunta para minimizar ou eliminar os problemas enfrentados pelo produtor individual; o entorno produtivo e/ ou consumidor; a organização da produção e a assistência técnica. De forma contrária, os principais fatores restritivos ao desenvolvimento dos assentamentos encontrados pelo estudo, em ordem de importância, são: a utilização incorreta e /ou predatória dos recursos naturais e vulnerabilidade às mudanças climáticas; a infra-estrutura deficiente, principalmente em relação à falta ou a precariedade das estradas internas e de acesso; falta de assistência técnica e a inexistência de organizações produtivas e políticas entre os assentados”. Para esse autor, destaca-se a importância da organização política e o apoio institucional (infra-estrutura produtiva e de serviços) que tanto atuam na melhoria das condições sociais dos assentados, como também contribuem para potencializar os sistemas produtivos.

Norder (2004, p. 304), aponta que “a trajetória de cada Assentamento pode ser compreendida a partir da interação, negociação e enfrentamento entre as políticas estatais e as estratégias locais elaboradas e praticadas pelos assentados e suas organizações de representação social”.

O objetivo do presente trabalho é identificar, estudar e analisar os fatores internos e externos que determinam o desenvolvimento de um Assentamento, baseando-se na experiência do Assentamento Reunidas, localizado no município de Promissão, interior do Estado de São Paulo. Esse Assentamento teve sua consolidação a partir da ocupação da Fazenda Reunidas realizada em 1.987. Hoje, são 629 famílias assentadas ocupando uma área com mais de 17.138 hectares. A produção e a renda estão baseadas principalmente na agropecuária: feijão, milho, arroz, plasticultura, fruticultura e pecuária leiteira. A forma de organização do trabalho varia desde cooperativas coletivas até trabalho individual. A comercialização é realizada basicamente por ‘atravessadores’, não há canais de distribuição direta ao mercado consumidor.

O Assentamento Reunidas foi reiteradas vezes mencionado na imprensa e em trabalho acadêmicos, como uma experiência bem sucedida e com elementos

suficientes para avaliação da capacidade dos trabalhadores rurais em dinamizar o desenvolvimento econômico de uma região.

O Assentamento Reunidas,

“constituiu-se numa experiência com um notável impacto no desenvolvimento econômico e na conformação política e sócio-cultural do município...O Assentamento Fazenda Reunidas é considerado um dos pilares do desenvolvimento econômico recente do município de Promissão”. (PACCOLA, 1995, p.118), (BERGAMASCO, 2003:94,140).

Atualmente, esse Assentamento, que num determinado momento histórico foi considerado ‘experiência modelo’ vem enfrentando problemas e dificuldades de diversas naturezas, destacando-se: 1) acesso ao crédito, principalmente ao PRONAF Investimento, Custeio e Agroindústria; apropriação da tecnologia voltada à estrutura produtiva de características locais e agroindustrialização; 2) forte pressão por parte da indústria canavieira para produção de cana-de-açúcar no Assentamento, principalmente no período entre 2002 a 2004; 3) deficiência de assistência técnica institucional e formação e capacitação técnica por parte dos assentados; 4) e falta de organizações produtivas, de processamento, de serviços e comercialização para viabilizar todo ciclo de produção do Assentamento.

O Assentamento Reunidas tem cerca de 3 mil pessoas residentes, aproximadamente 10% da população total do município, e se encontra entre os três maiores arrecadadores de ICMS da cidade. Dada a sua importância para o dinamismo econômico e desenvolvimento local, busca-se através do conhecimento da sua trajetória identificar os problemas e as oportunidades para melhorar a função social e econômica. Considerando principalmente a qualidade de vida das famílias assentadas.

Essa pesquisa busca identificar, estudar e analisar a história e a trajetória do Assentamento Fazenda Reunidas, no período de 1989-2006, levando em conta os fatores internos: organização dos trabalhadores assentados; e externos: políticas públicas e mercado. A questão principal é: por que, esse Assentamento que já foi considerado ‘modelo’ de organização e produção, ou seja, um Assentamento viável,

inclusive em algumas literaturas e trabalhos acadêmicos, vem passando por diversos problemas e dificuldades estruturais, o que mudou? As literaturas podem ter se restringido apenas ao período de consolidação do assentamento.

Para atingir esse objetivo será necessário:

- Levantar e discutir a literatura sobre avaliações de políticas para o meio rural;
- Levantar, listar e analisar as políticas públicas voltadas para a agricultura, principalmente para os núcleos de assentamentos de trabalhadores rurais;
- Conhecer os problemas do núcleo de assentamento de trabalhadores rurais;
- Identificar como são organizados os trabalhadores assentados;
- Analisar os elos entre as políticas públicas e a organização interna do assentamento (trabalho e produção);
- Relatar a trajetória e a situação atual de um caso à luz das preocupações acima citadas.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização desse estudo foi feita uma revisão bibliográfica sobre o tema políticas públicas, núcleos de assentamento de trabalhadores rurais sem terra e avaliações sobre as condições para o desenvolvimento de tais núcleos. Discutindo, principalmente, o que a literatura considera um assentamento bem sucedido, a trajetória e a história do Assentamento Reunidas. Seguido de um levantamento de dados e informações:

- a) Secundários: com pesquisa das fontes existentes sobre o tema: teses e livros, ITESP, IEA, INCRA, CPDA/RJ, entre outros;

b) Primários: com pesquisas de campo, 10 entrevistas com os dirigentes do Assentamento Reunidas que representavam grupos focais² distribuídos entre as agrovilas do assentamento, coordenadores de núcleos e agentes do poder público que atuam no Assentamento;

O levantamento primário é o mais importante para o trabalho aqui proposto, pois as entrevistas foram destinadas a alguns assentados que vivem experiências diversas no processo produtivo e na comercialização agrícola, aos dirigentes, lideranças do assentamento e aos agentes públicos que atuam no Assentamento, abrangendo desde representantes da Prefeitura Municipal até representantes do INCRA.

Para coleta dos dados referentes à safra 2005/2006 de legumes e verduras, foram entrevistados os 103 assentados produtores, no período de 25/08 a 29/09/06. O cálculo do preço médio unitário foi baseado nas anotações de produção dos assentados. E quanto aos dados da produção de pecuária leiteira as informações contidas nesse trabalho foram obtidas através de pesquisa de campo realizada diretamente com os administradores e ou proprietários dos 31 'tanques de expansão'³ instalados no Assentamento Reunidas e pesquisa à base de dados da Casa da Agricultura de Promissão.

A tabulação dos dados apresentou a percepção dos trabalhadores; dos dirigentes e lideranças e do poder público; o trabalho foi documentado principalmente com fotos entre outros materiais para que se visualize a percepção real. Resultando numa análise do Assentamento Reunidas que aponta os principais desafios e oportunidades que permeiam a experiência e a importância desse Assentamento para o desenvolvimento local.

² Grupos focais: método utilizado para identificação de dirigentes do Assentamento que represente a maioria das famílias assentadas

³ Tanques de expansão é um equipamento utilizado para armazenagem do leite in natura e fica instalado próximo à produção primária, aqui no caso, nos lotes das famílias assentadas.

CAPÍTULO I

POLÍTICAS DE ASSENTAMENTOS NO BRASIL: UM BREVE HISTÓRICO E AVALIAÇÕES RECENTES (PERÍODO 1985 a momentos atuais)

1.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSENTAMENTOS RURAIS NO BRASIL

Num cenário de arrefecimento das oportunidades de trabalho como o atual, os assentamentos representam, adicionalmente, uma importante alternativa de emprego. Além de criar, em média, três ocupações por unidade familiar no próprio estabelecimento, incluindo as atividades desenvolvidas fora do lote. Os projetos de reforma agrária também geram trabalho para terceiros, tanto relacionados aos investimentos em infra-estrutura econômica e social, quanto à contratação de força de trabalho temporário.

Para Raimundo Pires, superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária de São Paulo – INCRA/SP,

“os assentamentos rurais possuem um valor estratégico no campo do desenvolvimento com justiça social, pois se constituem numa área reformada que possibilitam moradia, comida, emprego, lazer e cidadania a um contingente significativo de trabalhadores que tem pouca ou nenhuma perspectiva de inserção produtiva na sociedade urbana moderna. Os assentamentos rurais, além da melhoria de qualidade de vida da população marginalizada, nas diversas formas de integração com o local onde se situam, vêm abrindo novas perspectivas de desenvolvimento do meio rural e do seu entorno urbano”.

Aly Jr. e Ferrante (2005), ressalta que alguns requisitos são necessários para implementar uma política pública visando a reforma agrária, dentre eles estão: reorganização da propriedade das terras próximas às cidades, viabilizando o abastecimento de forma mais barata e o acesso à infra-estrutura social básica ou a sua construção; controle pelo Estado e pelos assentados da extração de madeiras e outros recursos naturais, para benefício do sistema (ecológico e humano), desenvolvendo tecnologia adequadas à realidade brasileira, preservando e recuperando os recursos naturais, como um modelo de desenvolvimento agrícola auto-sustentável, aqui surge um novo conceito, o de agroecologia, ou seja, produção agropecuária e preservação do meio ambiente; ter garantia de que a produção agropecuária esteja voltada para a segurança alimentar e ao desenvolvimento econômico e social dos assentados; apoio à produção familiar e cooperativada, com preços justos, créditos acessíveis e seguro agrícola.

“O termo ‘assentamento rural’ foi criado no âmbito de políticas públicas para nomear um determinado tipo de intervenção fundiária, unifica e, muitas vezes, encobre uma extensa gama de ações, tais como, compra de terra, desapropriação de imóveis rurais ou mesmo utilização de terras públicas. A constituição de um assentamento (em diversos casos, de mais de um assentamento no âmbito de um mesmo município ou região) acarreta a introdução de novos elementos e agentes que ocasionam alterações nas relações de poder. Acontece, com isso, alteração nas relações locais, visto que ela envolve graus diferenciados de negociação com o proprietário que pode ou não ser membro da elite local, mas que, de qualquer forma, resulta em cunha que se insere nas relações até então prevaletentes. Diversas agências públicas, estatais ou não, voltadas à implantação e viabilização dos assentamentos, passaram a atuar na região. Grande parte dos assentamentos foi resultado de um processo de luta pela terra, o que implicou num certo nível de organização e constituição de lideranças e organizações e/ou entidade de representação que, não raro, acabaram por participar dos processos políticos locais após o assentamento, tornando-se porta-vozes do grupo e de suas demandas” (MEDEIROS E LEITE, 2004).

A emergência das disputas fundiárias a partir do início dos anos 80 e a recriação de organizações populares que se inserem na longa trajetória histórica da questão agrária brasileira mostram que os assentamentos foram sendo criados mais como uma resposta governamental ao acirramento dos conflitos sociais e à pressão das organizações sindicais e movimentos sociais do que como um deliberado programa estratégico de estado visando o aperfeiçoamento das condições de vida e de trabalho no campo. “O cenário macroeconômico neste período era baseado numa política de saldos comerciais expressivos, cativos ao serviço da dívida que apresentava uma curiosa trajetória produtiva-distributiva, fomentando setores produtivos com baixas demandas de importações, especialmente o setor primário” (DELGADO, 2005).

As famílias que chegam a se inserir nos assentamentos procuram desenvolver formas de ocupação de sua força de trabalho e a buscar um aperfeiçoamento de suas condições habitacionais, sociais e comunitárias; procuram, enfim, reconstruir uma localidade no meio rural. Isso significa uma ruptura com as diferentes relações de exploração nas grandes propriedades rurais e também com a trajetória de migração para os centros urbanos. O retorno ao campo significa, para muitas famílias assentadas, a criação de novas oportunidades de trabalho em municípios com baixo

dinamismo econômico e/ ou um afastamento em relação às condições urbanas. Os assentamentos rurais têm se apresentado como alternativa colocada não apenas para a população rural, mas também para trabalhadores urbanos com origem rural. As políticas de distribuição fundiária podem ser então interpretadas como políticas de transformação do mercado de trabalho, na medida em que contribuem, ainda que parcialmente, para reduzir a oferta de mão-de-obra disponível nos centros urbanos e até mesmo no meio rural, minimizando, por exemplo, a pressão sobre os salários.

Essa é justamente uma das mais importantes dimensões das políticas de reforma agrária no Brasil: a de promover uma desmercantilização da força de trabalho e das condições sociais de vida, sobretudo no que se refere à habitação e à alimentação. Nessa perspectiva, Norder (2004) ressalta que:

“os conflitos sociais visando a criação de assentamentos exprimem a determinação de parte dos trabalhadores no sentido de reduzir sua dependência para com as oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho, de reconstruir espaços habitáveis no meio rural e de estabelecer uma nova relação política com o Estado. Modifica-se a dinâmica entre terra, trabalho e poder” (NORDER, 2004).

As políticas públicas voltadas para assentamento rurais são marcadas pela elaboração do I Plano Nacional de Reforma Agrária, de 1985, coordenado por José Gomes da Silva, no governo de Sarney. Essa iniciativa foi uma tentativa legal de retomar os processos de Reforma Agrária no Brasil, uma das prioridades desse plano era a desapropriação de terras que não cumprissem sua função social ou que estivessem inseridas em zonas de conflitos sociais, reforçando o Estatuto da Terra de 1964.

Mas, o que se verificou na década de 1980 foi um desmonte da estrutura pública voltada para questão agrária, mas específico para a Reforma Agrária, destaca-se, nesse período, a desestruturação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Assim, as políticas públicas implementadas e voltadas para assentamentos rurais constituíam-se basicamente de políticas de governos estaduais e não estavam inseridas num programa de desenvolvimento nacional, mas sim isoladas

sob pressões e conflitos estaduais, por exemplo, o caso de São Paulo no governo Franco Montoro.

“Nos primeiros anos da década 1990, acentuaram-se [acentuou-se] uma situação paradoxal da questão agrária: enquanto o Estado não demonstrava qualquer interesse em concluir os projetos de Reforma Agrária em andamento, ou mesmo cumprir as metas de assentamento apresentadas em programas eleitorais do Governo Collor, os movimentos sociais ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e à Central Única dos Trabalhadores – CUT – começavam a ganhar espaço no meio rural e indicavam que somente através de grandes ocupações de terras é que a Reforma Agrária poderia conhecer algum avanço (NORDER, 2004)”.

Considerando a conjuntura macroeconômica, entre 1994 e 1999, segundo Delgado (2005),

“produziu-se um gigantesco passivo externo, materializado em um déficit em Conta Corrente cumulativo ao redor de 3,5% do PIB ao ano. Esse movimento de ‘ajuste ultraliberal’ teve conseqüências fortemente desvalorizadoras sobre a renda fundiária e a abertura comercial ao exterior promoveu a queda generalizada na renda agrícola”.

Esse processo provocou a desvalorização do preço da terra. Ao baratear o custo da terra, criam-se condições facilitadoras a sua incorporação para fins de reforma agrária, observando dessa ótica, desvalorizar o preço da terra pode ser visto como uma desvalorização do poder econômico dos latifúndios. Mas por outro lado, a recessão e o absenteísmo do estado na política agrícola dificultam a construção de uma política alternativa de desenvolvimento rural, onde o papel do estado teria que ser protagônico.

O Governo Fernando Henrique Cardoso, no seu primeiro mandato (1995-1998), analisava o problema agrário como um potencial gerador de graves problemas políticos. Assim, a reforma agrária tornava-se um dos pontos mais conturbados na agenda política do Governo Federal diante, principalmente diante da sociedade civil e dos movimentos sociais, destacando aqui, a participação ativa do MST. Ainda assim, na segunda metade dos anos 90, o Estado precisou atuar sobre a questão fundiária de forma mais incisiva e abrangente que os governos anteriores, resultando na desapropriação de áreas improdutivas e na implementação de assentamentos rurais, o

que implicava em investimentos governamentais para o pagamento de áreas desapropriadas, para instalação da infra-estrutura social e financiamento da produção agropecuária das famílias assentadas. Apesar do tratamento governamental cuidadoso para esta delicada questão política, e de uma ampliação do número de famílias assentadas anualmente, houve uma imposição do limites orçamentários à reforma agrária e assentamentos rurais durante todo o primeiro mandato de FHC (NORDER, 2004).

O quadro 1 apresenta uma estimativa de custos médios para assentar uma família, o valor médio para o Brasil é de US\$ 15.071,77/ por famílias, o ano base para esses cálculos é de 1.997. Esses dados foram de grande importância para o período, pois a Reforma Agrária estava no centro do debate político, social e econômico.

Quadro 1 - Estimativas dos Custos Médios por Família Assentada - (US\$ de dezembro de 1997).

REGIÃO	CO	NE	N	SE	S	BRASIL
Custo Total de Aquisição da terra	15.496,60	4.700,81	6.200,64	49.563,22	20.382,10	9.625,46
Custo Infraestrutura	7.335,74	2.581,28	1.140,83	1.627,66	1.956,41	2.379,45
Custo Crédito Implantação	1.096,29	1.278,18	116,71	898,76	1.776,43	658,83
Custo Crédito Procera	2.021,80	4.864,12	795,11	5.411,97	4.979,63	2.408,02
Custo Total (CS1 por família)	25.950,43	13.424,39	8.253,29	57.501,60	29.094,57	15.071,77

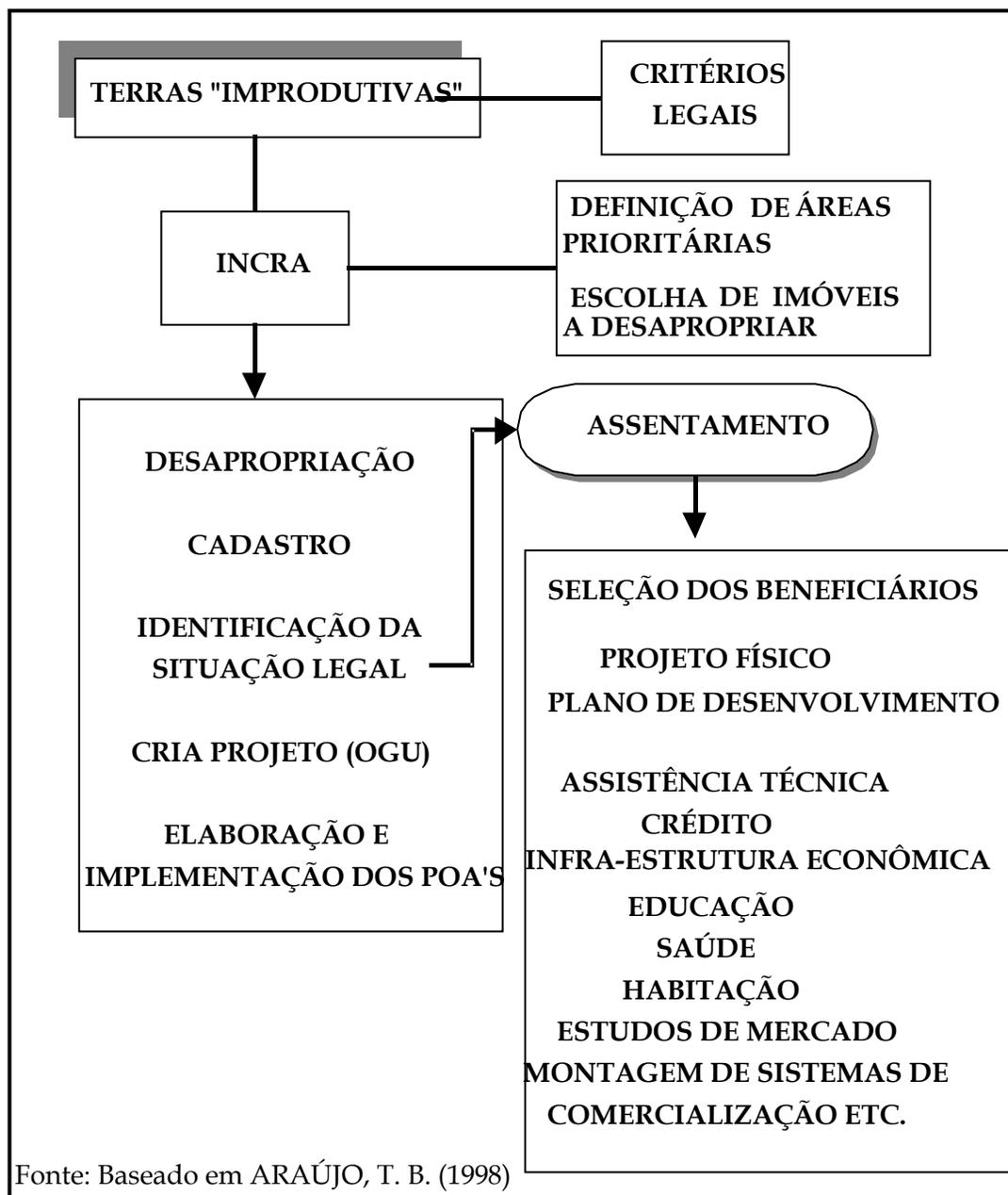
Fonte: Romeiro, A.R., Buainain, A. M., 1997.

Obs.:

- 1) Faltaria ainda acrescentar os custos administrativos da Reforma Agrária, o que aumentaria o custo total entre 5 a 10 %.
- 2) Os custos para o Brasil são uma média ponderada pelo número de famílias assentadas do universo em cada Região.
- 3) CS1 = Custo Total de Aquisição da Terra + Custo Infra-estrutura + Custo Crédito Implantação + Custo Crédito Procera.
- 4) Para o cálculo do Custo de Aquisição da Terra foram considerados os juros (6 % ao ano) dos TDAs de acordo com cada prazo de resgate dos projetos de assentamento da amostra.

Para o INCRA, a formação de um Assentamento é um processo que precisa ser normatizado e com procedimentos bem definidos. O quadro 2 apresenta, sucintamente, o processo para formação de um Assentamento de Reforma Agrária.

Quadro 2 – Processo para formação de um Assentamento de Reforma Agrária.



Para Leite (2004, p. 258-259), a criação dos assentamentos,

"implicou alguma redistribuição fundiária e viabilizou o acesso à terra a uma população de trabalhadores rurais em geral já residentes na própria região, mas não alterou radicalmente o quadro de concentração fundiária no nível estadual, motivo pelo qual não se pode considerar a política de assentamentos rurais como um profundo processo de reforma agrária. No entanto, no nível local (dos municípios e

dos estratos de tamanho de estabelecimentos) as alterações na estrutura agrária são mais visíveis e chegam a ser bastante significativas. A experiência de luta pela terra, a existência do assentamento como espaço de referência para políticas públicas, a precariedade da infra-estrutura, entre outros fatores, fazem com que os assentamentos tornem-se ponto de partida de demandas, levando à afirmação de novas identidades e interesses, ao surgimento de formas organizadas internas (e também mais ampla) e à busca de lugares onde se façam ouvir. A presença dos assentamentos (e das políticas públicas a ele associadas que, embora precariamente, viabilizam a implantação de alguma infra-estrutura) também atua como fator gerador de postos de trabalho não agrícola (construção de casas, estradas, escolas, contratação de professores, surgimento de transporte alternativo, etc) e como dinamizador do comércio local nos municípios onde se inserem, fato que se acentua nos casos de elevadas concentração de assentados”.

Apesar da inconsistência das políticas governamentais para os assentamentos a curto e a médio prazos, o acesso à terra permite uma reorganização social dessas famílias de trabalhadores rurais, por dois fatores: a) a abertura de um espaço para a construção habitacional; e b) o aumento na disponibilidade familiar para produção de alimentos por meio da prática do autoconsumo. Entretanto, é evidente que a renda monetária gerada através do investimento e trabalho no assentamento constitui o principal objetivo dessas famílias. A atividade que mais intensamente e freqüentemente permite a essas famílias atingir um padrão de vida que as coloque claramente em uma situação de não-pobreza é, portanto, a geração da renda agropecuária.

Segundo o estudo de Leite, [et al] (2004), o perfil da família assentada composto pelo titular do lote, em 90% dos casos, caracterizando por homem com média 40 anos; com estudo primário; e sua família é composta geralmente da esposa e mais três filhos.

Norder (2004) afirma que,

“os projetos de assentamento implementados no Brasil nas últimas duas décadas resultam da aplicação de diversas políticas fundiárias: a desapropriação de grandes propriedades rurais com base na legislação sobre reforma agrária; a redefinição da forma de ocupação de áreas públicas; a criação de reservas extrativistas em áreas florestais; o reassentamento de populações atingidas por barragens. De qualquer forma, os assentamentos se caracterizam por uma intervenção estatal com a finalidade de promover a distribuição de terras para grupos de trabalhadores.”

Em final de 1998 a crise de liquidez internacional afeta a economia brasileira, provocando enorme fuga de capital e forçando a mudança do regime cambial. Desde então, a política do ajuste externo se altera. Outra vez, como ocorrera na primeira crise da dívida em 1981, os setores primário-exportadores são escalados para gerar saldo comercial. Neste contexto, a agricultura capitalista – autodenominada de agronegócio, volta a ser prioridade na agenda política macroeconômica externa e da política agrícola interna. Isto ocorre depois de forte desmontagem dos instrumentos de fomento agrícola no período precedente – que incluiu: crédito, preços de garantia, investimento em pesquisa e investimento em infra-estrutura comercial.

“Observe-se que agronegócio na acepção brasileira do termo é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária, essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob o patrocínio de políticas de estado” (DELGADO, 2005, p. 46-47).

No final dos anos 90, o governo federal fortaleceu as ações referentes ao Mercado de Terras, com o apoio do Banco Mundial e com fundamentação na legislação, através da Lei Complementar nº 93/98, que criou o Banco da Terra⁴. Uma explicação bem clara desse processo é apresentada por Reydon e Cornélio (2006),

“no mercado de terras, representado como a conjunção dos planos dos compradores e dos vendedores de terras, manifestam-se apenas aqueles compradores que têm a possibilidade de sustentar economicamente sua demanda aos diferentes preços. Porém, o preço resultante dessas negociações exclui demandantes de terras que não têm condições econômicas para sustentar a demanda a esse preço. Os mercados de terras brasileiros são caracterizados por profundas desigualdades estruturais, com uma grande área de terras, oferta fixa, concentrada em poucos proprietários que exigem preços altos para se desfazerem de suas propriedades. Por outro lado, a demanda efetiva de terras está formada apenas pelos agentes econômicos que podem banca-la economicamente, tais agricultores que produzem para o mercado, especuladores e o Estado, que compra para os projetos de reforma agrária” (Reydon e Cornélio, 2006 p. 33-34).

⁴ “...O Banco da Terra é um fundo para financiar, a longo prazo, a compra de terras por trabalhadores rurais com pouco ou nenhuma terra” (Reydon e Cornélio, 2006, p. 45)

A partir de 1999, quando se iniciou o segundo mandato de FHC, houve uma alteração nas políticas agrárias e agrícolas do governo federal. A mais relevante diretriz dessa reformulação institucional foi a de fundir as políticas de reforma agrária com as políticas de fortalecimento da agricultura familiar em geral.

“O segundo governo Cardoso iniciou o relançamento do agronegócio, senão como política estruturada, mas com algumas iniciativas que ao final convergiram: 1) um programa prioritário de investimento em infra-estrutura territorial com ‘eixos de desenvolvimento’, visando a criação de economias externas que incorporassem novos territórios, meios de transporte e corredores comerciais aos agronegócio; 2) um explícito direcionamento do sistema público de pesquisa agropecuária, por exemplo a Embrapa, a operar em perfeita sincronia com empresas multinacionais do agronegócio; 3) uma regulação frouxa do mercado de terras de sorte a deixar fora do controle as ‘terras devolutas’, mas aquelas que declaradamente não cumprem a função social, além de boa parte das auto-declaradas produtivas; 4) a mudança na política cambial, que ao eliminar a sobrevalorização tornaria o agronegócio competitivo junto ao comércio internacional e funcional para estratégia do ‘ajustamento constrangido’” (DELGADO, 2005, p. 47-48).

Desta forma, encerra-se a década de 90 com as políticas de desenvolvimento para os assentamentos sendo praticamente desativadas. As políticas governamentais para os assentamentos, bem como as políticas de financiamento da produção, no período que se estende da primeira metade dos anos 80 até o final dos anos 90, foram marcadamente instáveis e ficaram sujeitas as diferentes regulamentações e rupturas administrativas e programáticas.

Assim, a diversidade e heterogeneidade das condições históricas de implementação dos assentamentos, em conjunção com outros fatores, reafirmam a importância da análise histórica de cada situação local específica e sua relação com o contexto nacional, devido a execução das políticas públicas ainda existentes.

A segunda parte do programa governamental de redefinição do modelo de reforma agrária consistia na integração dos assentados aos ‘sistema de agricultura familiar’. Argumentava-se que o Estado havia concedido aos assentados, ao longo dos anos 90, créditos ‘altamente subsidiados por tempo indefinido’, no caso o Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária – PROCERA, mas na verdade essa linha de

crédito específico para assentamentos de Reforma Agrária constituía, na grande maioria dos casos, o único capital para investimento inicial na terra. Assim, o assentado que acabara de conquistar a terra, tinha apenas a sua força de trabalho e a terra, então conquistada.

O acesso ao recurso do PROCERA foi fundamental, principalmente a partir de 1994, esse programa consistia em crédito de investimento, que na época equivalia a R\$ 7.500,00 e se os assentados estivessem organizados em cooperativas, também tinha acesso ao chamado 'teto II' do Procera, que correspondia a mais R\$ 7.500,00. Esse último recurso, na maioria dos assentamentos foi investido na eletrificação rural, pois, em meados da década de 90, os assentamentos ainda não tinham energia elétrica, o que dificultava em grandes proporções a implantação dos sistemas produtivos definidos na aprovação dos projetos técnicos liberados para produção. Na verdade, o que definia o modelo de produção agropecuária eram as linhas de créditos disponíveis para os assentados.

Com o fim do crédito PROCERA, em 1999, as poucas políticas de desenvolvimento para os assentamentos acabaram por ser desmontadas. "Ao fazer a transição PROCERA/ PRONAF, o governo passa a atender as duas categorias: assentado e agricultor familiar com uma mesma política, dificultando o acesso ao crédito pelos assentados." (PEREIRA, 2003, *apud* BERGAMASCO e NORDER, 2003). Como considerar que os assentados têm as mesmas demandas, infra-estrutura técnica e capital que os agricultores familiares⁵?

O eixo principal da reformulação institucional no segundo mandato de FHC foi o de fundir as políticas de reforma agrária com as políticas de fortalecimento da agricultura familiar em geral. Os princípios de redução do aparato burocrático, descentralização administrativa e separação entre formulação e execução de políticas

⁵ O agricultor familiar não pode ter área superior a 4 módulos fiscais sob qualquer condição; tem que residir no estabelecimento ou em local próximo; obter, no mínimo, 80% da renda familiar da exploração do estabelecimento (agropecuária ou não); o trabalho familiar deve ser predominante no estabelecimento, podendo manter até 2 empregados permanentes; e a renda bruta anual familiar não pode ultrapassar R\$ 30 mil (Bittencourt, 2003: 114).

públicas passaram a nortear as ações federais com relação à reforma agrária, sobretudo a partir de 1999.

Os programas de reforma agrária passaram a ser considerados concluídos com a verificação de três condições: a realização de serviços topográficos; a dotação de infra-estrutura viária; e a existência de condições habitacionais adequadas. O Banco Mundial constituiu-se como interlocutor privilegiado na condução da questão agrária brasileira pelo governo federal. A destinação de financiamento para a implementação do programa Cédula da Terra, convertido posteriormente no Banco da Terra, foi uma das mais claras evidências neste sentido. Reydon e Cornélio (2006, p. 42), apontam “outro programa é a Reforma Agrária por Meio do Mercado de Terras. Este projeto procura outorgar um subsídio parcial e um crédito de longo prazo a beneficiários de baixa renda que adquiram a terra no mercado”.

Para Norder (2004), no final dos anos 1990,

“as políticas fundiárias exibiam os contornos de um financiamento independentemente de sua origem (desapropriação, crédito fundiário ou ocupação de áreas públicas), visando apenas oferecer as condições mínimas para que seus integrantes viessem posteriormente a produzir comercialmente. Agricultores familiares e assentados precisariam se organizar politicamente visando a negociação das condições do Pronaf, que, no final dos anos 90, estava atendendo a apenas uma pequena parcela da agricultura familiar, notadamente os produtores familiares integrados contratualmente ao setor agroindustrial. A ampliação no acesso ao Pronaf para outros segmentos da agricultura familiar e para os assentamentos exigia uma nova organização institucional, sobretudo naquilo que se refere às atribuições do sistema bancário na oferta de financiamentos, e uma redefinição do formato e do conteúdo das políticas sociais para o setor. As políticas governamentais para os assentamentos, bem como as políticas de financiamento da produção, no período que se estende da primeira metade dos anos 80 até o final dos anos 90, foram marcadamente instáveis e ficaram sujeitas as diferentes regulamentações e rupturas administrativas e programáticas. Assim, a diversidade e heterogeneidade das condições históricas de implementação dos assentamentos em conjunção com outros fatores, a reafirmaram a importância da análise histórica de cada situação local específica e sua relação com o contexto nacional”.

A proposta de descentralização do sistema de gestão da implementação dos assentamentos rurais e do fortalecimento da agricultura familiar foi apresentada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso – FHC – em março de 1999, e tomada como documento norteador das discussões acerca da reorganização da atuação do estado diante da questão agrária.

“A aproximação entre as políticas de assentamento e as esferas locais de deliberação política, nas décadas de 80 e 90, é um dos produtos da forma de organização social da luta pela terra no Brasil. Ainda que a agricultura familiar e a reforma agrária tenham sido consideradas, a princípio, como prioridade para as políticas de desenvolvimento rural, o que certamente rompia com pressupostos anteriores, a consideração de que a superação da pobreza no campo seria não mais que uma consequência da produção comercial limita a eficácia e a abrangência das políticas públicas tanto para a redução da pobreza quanto para a ampliação da integração comercial da agricultura familiar” (BERGAMASCO E NORDER, 2003).

Reafirma-se aqui, que as políticas de assentamentos rurais estiveram voltadas, no período de 1985 a atuais, para resolução de problemas conjunturais e principalmente para amenizar os conflitos sociais no campo. A priori, os assentamentos formados, até então, não fizeram parte de um plano nacional de desenvolvimento para o Brasil, por isso, a grande maioria dos assentamentos com mais de 10 anos têm um grande passivo⁶.

1.2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA E SEUS PASSIVOS

“A ausência de uma clara definição da política agrária e agrícolas pelas agências governamentais fez com que a implementação de assentamentos rurais, na grande maioria dos casos, tenha sido uma decorrência das contundentes ações políticas dos trabalhadores rurais sem terra organizados pelos movimentos sociais, e não por organismos governamentais” (LEITE, 1999, p. 115-118).

⁶ Quando se referem aos passivos, diz respeito aos problemas de infra-estrutura nos assentamentos: falta ou atraso na instalação da energia elétrica, falta de estradas, ausência ou difícil acesso à água potável, acesso à moradia.

Daí surge a primeira questão referente aos impactos nos núcleos de assentamentos de trabalhadores rurais, tanto das políticas públicas, do mercado, como da organização dos trabalhadores. Segundo a classificação de Oliveira (2004), os assentamentos de reforma agrária se enquadram na caracterização de pequena propriedade, ou seja, o tamanho de cada lote é menor que 200 hectares, assim também são caracterizados os agricultores familiares. Porém, ao criar um assentamento, o Estado assume a responsabilidade de viabilizá-lo.

“Queira o Estado (na pessoa daqueles que o fazem existir) ou não, o desempenho de um assentamento é um desempenho do estado. E aqui há uma espécie de coerção interna ao Estado, do mesmo tipo que se coloca para outras partes desse Estado, para definir normas de funcionamento. É imprescindível, para responsáveis estatais e funcionários, deixar que os outros, sobre tudo, outros desprovidos do saber das coisas do Estado, definam regras de funcionamento de algo que é visto como sendo próprio ao Estado. Por mais que as regras do jogo nos assentamentos sejam, na prática, transnacionadas como assentados e movimentos, não se admite essa possibilidade. O Estado assegura o acesso à terra, mas é preciso produzir dentro de parâmetros aceitáveis pela burocracia estatal – escolhendo produtos definidos como ‘de mercado’, usando sementes selecionadas, defensivos agrícolas, fertilizantes aprovados e assim por diante. Em contrapartida, o Estado compromete-se a assegurar condições ao assentado para que produza dentro desses limites a outra face do privilégio que têm os assentados de ter condições de produção garantidas pelo Estado é estar completamente à mercê das ações ou omissões do Estado” (LEITE, et al, 2004).

O modelo agrário praticado na última década foi ineficiente e provocou um passivo fundiário enorme, principalmente no que se refere à infra-estrutura dos assentamentos. Levantamento feito pelo Incra (2003), aponta que entre as famílias assentadas no Brasil, no período de 1995 a 2002, que somam mais de 500 mil, 90% não tinham abastecimento de água, 80% não possuíam energia elétrica e acesso à estradas, 57% não tiveram disponibilizado o crédito para habitação e 53% não receberam nenhum tipo de assistência técnica. O acesso à terra é apenas o primeiro passo para uma reforma agrária vigorosa e de qualidade. É preciso assegurar aos assentamentos as condições necessárias para a produção e auto-sustentabilidade.

De maneira geral, a tecnologia disponibilizada aos assentamentos é concebida para favorecer o monocultivo em grandes extensões de terra, em solos relativamente planos e de boa fertilidade, as quais estão, em sua maioria, em poder de unidades de grande porte. Os “pacotes tecnológicos” que obedecem a essa orientação são, no geral, caros e exigem, para seu correto uso, estabelecimentos devidamente capitalizados. O que se torna difícil aos agricultores de reduzido poder econômico (grande parte agricultores familiares, inclusive assentados), ou por falta de capital de custeio ou pelo justificado temor de assumir riscos acima da sua capacidade de reter a terra em caso de quebra de safra.

As estratégias propostas por Araújo (2000, p.45),

“...consideram a necessidade de dar às pessoas possibilidade de inserção no circuito da produção, pelo acesso aos meios de produção e ao conhecimento, capacitação tecnológica, pois assim, tornam-se mais aptas a participar do processo da produção, comercialização como sujeitos organizadores; a inserção no processo de consumo requer ou acesso à renda monetária para atender as necessidades das pessoas via mercado, ou ao acesso a bens e serviços oferecidos pelo Estado. Pode-se supor ainda o acesso a recursos da natureza (água, fauna, flora, entre outros), que para muitas comunidades são fontes seguras de bens que não têm produção econômica, mas que atendem suas necessidades básicas”.

Quando se refere ao passivo existente nos assentamentos, considera-se aspectos de qualidade do solo onde foi instalado determinado assentamento, a organização do espaço do assentamento, o tamanho e a caracterização dos lotes, acesso aos créditos, a condição de moradia, disponibilidade de água potável, esgoto, energia elétrica, telefonia, estradas, transportes, educação e serviço de saúde.

A partir dos aspectos acima mencionados e do estudo coordenado por Leite, Heredita, Medeiros [et al.] (2004), que pesquisou 92 projetos de assentamentos em todo país abrangendo 1.568 famílias, apresenta-se a seguinte configuração dos assentamentos:

“com relação às condições dos solos, que está diretamente relacionada à definição da área onde serão assentadas as famílias demandantes de terra, as restrições de fertilidade e textura atingem, parcial ou totalmente, a maioria dos projetos de assentamentos pesquisados. A escolha da área do assentamento está condicionada

à questão da fertilidade do solo – solos ácidos ou de baixa fertilidade, que implicam necessidade de maiores investimentos em calagem e adubação; à textura do solo – solos rasos, pedregosos, excessivamente arenosos, ou alagadiços, que podem implicar limitações à mecanização ou mesmo ao processo de uso do solo; e à topografia – relevos acidentados, que colocam restrições à mecanização e a cultivos. Na maioria dos assentamentos pesquisados as casas estão localizadas nos lotes, em apenas 26% foram encontradas agrovilas. Essa formatação pode dificultar a convivência social entre os assentados e o acesso a alguns serviços públicos que possa ser centralizados na agrovila ou num local específico do assentamento, devido à distância e à predominância do caráter individualista. Quando se refere ao tamanho e caracterização dos lotes a preocupação é evitar privilégios a um determinado grupo ou família, para isto é essencial a presença do órgão institucional responsável pelo assentamento, seja federal – INCRA, ou estadual, pois segundo dados da pesquisa em 70% dos casos os assentados delimitam informalmente os lotes” (Leite, Heredita, Medeiros [et al], 2004, p. 63-90).

O uso da área dos lotes e formas de organização da atividade produtiva estava diretamente vinculada ao sistema de créditos e financiamentos para investimento e custeio da produção. Nos assentamentos com mais de 10 anos não existia um Plano de Desenvolvimento do Assentamento - PDA⁷, levando em conta suas características; a definição das possíveis linhas de produção; o estudo de mercado local, regional e ou nacional, com definição de linhas estratégicas de produção; e a possibilidade de instalação de agroindústrias. A organização da atividade produtiva estava voltada basicamente para produção de algumas matérias-primas que demandavam altos investimentos, produção em escala, e uso intensivo de tecnologia, por exemplo: milho, soja, leite, cana, entre outras.

As condições de infra-estrutura dos assentamentos são as que refletem mais diretamente a relação específica entre o Estado e os assentados. Se por um lado a viabilidade dos assentamentos passa pela definição de elementos cruciais como tamanho dos lotes e qualidade do solo, por outro lado também consideram que as condições de infra-estrutura são elementos centrais que, quando não atendidos, podem

⁷ PDA “é um banco de informações essenciais e repositório coletivo das experiências das famílias sobre as estratégias a seguir na busca da inserção social, cidadania plena e qualidade de vida a partir da atividade agropecuária familiar. A expressão dos anseios e do entendimento dos assentados na atividade inicial e o seu confronto com as tendências recentes do contexto sócio-econômico e ambiental é o fio condutor da elaboração do PDA” (INCRA, 2004b).

se constituir em gargalos importantes para viabilidade dos assentamentos e para a melhoria das condições de vida das famílias que dependem de sua viabilidade.

Segundo a pesquisa coordenada por Leite, Heredita e Medeiros [et al.] (2004, p. 91-103),

“a análise das condições de infra-estrutura dos assentamentos aponta para uma situação bastante deficiente e acompanham em geral o padrão de precariedade do meio rural brasileiro, em especial das áreas de predomínio de agricultores familiares pauperizados. Existe uma grande pressão sob os órgãos públicos responsáveis pelos assentamentos para construção de estradas, escolas, postos de saúde, acesso à água, esgoto, telefonia energia, elétrica, assistência técnica e créditos”.

Referente ao problema da instalação da energia elétrica, tem-se como exemplo o caso do Assentamento Reunidas, com mais de 10 anos de existência, para ter acesso à energia elétrica para consumo da família e para as atividades produtivas teve que utilizar o recurso do PROCERA, ou seja, um crédito que era voltado para investimento na produção foi utilizado para suprir uma demanda de infra-estrutura não cumprida pelo Estado.

1.3 DILEMAS E IMPASSES ATUAIS DOS ASSENTAMENTOS

Os dilemas e impasses dos assentamentos rurais no Brasil estão relacionados diretamente com as políticas de assentamentos e com os ‘passivos’ existentes.

Castilhos [et al.] (1998, p. 50-57), apresentou uma síntese dos fatores restritivos que influenciam o desenvolvimento dos Projetos de Assentamentos Rurais. Estabelecendo uma ordem de importância, considerou-se como limitante ao desenvolvimento dos sistemas produtivos dos assentamentos:

“o quadro natural, a infra-estrutura deficiente (principalmente em relação à falta ou precariedade das estradas internas e de acesso), a falta de assistência técnica e a inexistência de organização produtiva e política entre os assentados. A falta e/ou demora no acesso aos créditos e a infra-estrutura básica relacionada à reforma agrária (Procera, saúde, educação, habitação e energia elétrica) interferiram negativamente tanto na perspectiva de obtenção de renda como na qualidade de vida

dos assentados. O quadro natural foi considerado um dos principais fatores restritivos ao desenvolvimento dos assentamentos”.

A maioria destes assentamentos possui sérias limitações em seus recursos naturais, os quais limitam a sua capacidade de evolução produtiva, considerando que a produção familiar baseia-se em explorações diversificadas e que utilizam mão-de-obra intensiva.

“As limitações são diversas e relacionadas à capacidade de utilização dos solos, seja por infertilidade (causada por composição arenosa, portanto de difícil ou impossível correção pela adubação, como pelo relevo acidentado (que impede a produção de grãos, dada à forte erosão que estão sujeitos estes solos). Como o desenvolvimento destes assentamentos não é acompanhado por nenhum plano que permita a produção de alternativas adaptadas a estas limitações edáficas, como a implantação de culturas permanentes ou de pecuária intensiva, conclui-se que a maioria destas áreas são inviáveis do ponto de vista produtivo. De uma forma crítica, ocorre em alguns assentamentos a falta de água, tanto para consumo humano quanto para os animais de criação” (Castilhos [et al.], 1998, p. 15-18).

A falta e ou a precariedade das estradas internas e de acesso aos assentamentos também foram considerados como fatores restritivos preponderantes ao desenvolvimento dos assentamentos. Na maioria desses assentamentos, as condições das estradas, tanto internas como as de acesso, se não viabilizaram, mas sim, prejudicaram a comunicação com os mercados locais e, portanto, dificultou ou impossibilitou a produção e comercialização agrícola, forçando que se restringisse quase que exclusivamente à agricultura de subsistência. A falta ou ineficiência de assistência técnica, associada aos limites do quadro natural, também dificultou o desenvolvimento dos assentamentos. Se, por um lado, alguns não tiveram assistência técnica, por outro, os que tiveram sofreram problemas relacionados à falta de acompanhamento efetivo dos técnicos, ocorrendo, inclusive, sérios equívocos na elaboração de projetos de investimento produtivo.

A dificuldade ou inexistência organizativa dos assentados é outro fator restritivo ao desenvolvimento dos assentamentos. Esta debilidade revela-se na falta de organização política, que resulta em baixa capacidade de interlocução com os diversos

órgãos públicos, como também na falta de organização produtiva, que poderia permitir uma utilização mais racional dos investimentos e a potencialização dos sistemas produtivos. Na maioria das vezes não existe (por parte dos assentados, suas lideranças e pelos técnicos locais) a compreensão das possibilidades de avanços na obtenção de renda, caso optem pela formação de organizações produtivas, o que demonstra uma falta generalizada de capacitação dos assentados, técnicos e das lideranças locais.

Por fim, os créditos e a infra-estrutura básica vinculados à formação do assentamento. Com relação ao não acesso ao crédito ou a demora da liberação para aos assentados o resultado foi restritivo ao desenvolvimento social e produtivo do assentamento.

Quadro 3 - Síntese dos principais fatores restritivos ao desenvolvimento dos assentamentos

FATORES	ELEMENTOS QUE LIMITOU/INVIABILIZOU
QUADRO NATURAL	<ul style="list-style-type: none">▪ A implantação de sistemas de produção voltados para o mercado;▪ A implantação de sistemas adaptados à área disponível e à forma familiar de produção;▪ A produção para subsistência familiar;▪ A obtenção de renda monetária;▪ A eficácia do crédito;▪ Mecanização e o uso de algumas tecnologias;▪ O consumo de água humano e animal em alguns assentamentos;▪ O uso de mão-de-obra familiar, obrigando a buscarem alternativas de renda fora dos assentamentos
ESTRADAS (Infra-estrutura)	<ul style="list-style-type: none">▪ Escoamento da produção e compra de insumo;▪ Ligação com os mercados locais e obtenção de renda monetária;▪ Acesso aos serviços de saúde e habitação;▪ A constância da assistência técnica;▪ O transporte coletivo;▪ O desenvolvimento homogêneo entre os assentados, ampliando as diferenças internas.
ASSISTÊNCIA TÉCNICA	<ul style="list-style-type: none">▪ A implantação de sistemas de produção mais adequados às limitações existentes;▪ O aumento da produção e da produtividade;▪ O uso adequado do crédito nas atividades produtivas;▪ A capacitação técnica dos assentados;▪ A implementação de novas tecnologias.
ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA	<ul style="list-style-type: none">▪ O desenvolvimento de infra-estrutura produtiva;▪ A melhor utilização dos recursos naturais frente as suas limitações;▪ O desenvolvimento homogêneo entre os assentados, ampliou as diferenças internas;▪ O acesso à máquinas, implementos e instalações através de um uso racional;▪ A agregação de valor na produção
ORGANIZAÇÃO POLÍTICA	<ul style="list-style-type: none">▪ As relações com os três níveis de governo;▪ O acesso à infra-estrutura social e produtiva;▪ A existência de um maior número de organizações produtivas;▪ O acesso aos créditos da Reforma Agrária;▪ As relações com o desenvolvimento local
RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	<ul style="list-style-type: none">▪ O acesso às infra-estruturas social;▪ O acesso às infra-estruturas produtivas;▪ O acesso aos créditos da Reforma Agrária;▪ O acesso à assistência técnica

Fonte: Castilhos, [et al.], 1998.

Segundo o estudo de Sparovek (2003, p. 96-115), a qualidade dos assentamentos de Reforma Agrária pode ser verificada através da análise dos seguintes índices: a) eficácia da reorganização fundiária; b) qualidade de vida; c)

articulação e organização social; d) preservação ambiental; e) ação operacional dos agentes do Estado; e f) da renda auferida pelos assentados.

“A análise conjunta do índice de eficácia da reorganização fundiária – IF, indica que a eficiência com que os latifúndios são convertidos numa matriz fundiária baseada em agricultura familiar é elevada e todo Brasil e os problemas como abandono ou aglutinação de lotes e áreas não parcelados nos projetos, foram pontuais. O fato da eficiência da reorganização fundiária estar desvinculada de outros índices, como qualidade de vida e eficiência operacional, reforça o conceito de que o acesso à terra, mais do que os benefícios indiretos, é o mecanismo mais importante do processo de reforma agrária na transformação da sociedade” (Sparovek, 2003).

As conclusões gerais da análise de Sparovek (2003), referente ao índice de qualidade de vida foram: a) os valores médios de qualidade de vida para o Brasil foram baixos e apenas alguns fatores estão relativamente bem atendidos no contexto global; b) há ainda um grande número de fatores importantes que comprometem a qualidade de vida nos assentamentos; c) as variações regionais foram marcantes em todos os aspectos e fatores que compõem o índice. Essa tendência é um indicativo de que as políticas e ações nesse sentido devem ser mais regionalizadas. A sua eficiência em regiões naturalmente menos supridas de infra-estrutura foi menor; e d) a melhoria da qualidade de vida com o tempo não ocorreu em todos os fatores considerados e foi geralmente pequena. Esta análise demonstra que as políticas de apoio aos assentamentos, por parte do governo em todos os seus níveis, devem ser de longo prazo. No início, deveriam envolver fases de uma atuação mais intensiva e voltada à implantação de infra-estrutura básica. Posteriormente, deveriam ter o objetivo de integrar os projetos no contexto regional visando ao acesso a serviços e benefícios desvinculados das ações de intervenção fundiária direta ou da lista de obrigações assumidas pelo governo no momento da criação dos projetos.

Outro índice, também apresentado por Sparovek (2003) é o de articulação de organização social, que avalia a forma com que o projeto de assentamento está organizado. Os fatores que compõem a articulação de organização social podem ser divididos em dois aspectos: a) ligados à reivindicação por benefícios sociais; e b) organização visando obter benefícios para os sistemas de produção. A análise de seus

fatores isolados indicou que a organização e articulação social nos projetos se concentram nas atividades reivindicatórias voltadas a serviços e benefícios sociais. Exemplos destes são as parcerias para equacionar problemas de educação e saúde, manutenção de estradas de acesso e participação nas associações dos projetos. As associações dos projetos têm papel importante na negociação de créditos e auxílios com o governo, bem como na mediação das relações entre os associados. A organização dos projetos nessas áreas foi elevada em todos os Estados. A organização visando obter benefícios coletivos para a produção foi bem menor do que aquela observada nos aspectos reivindicatórios. Parcerias visando conseguir benefícios para a comercialização e/ou produção agrícola foram registrados em 9% dos Projetos de Assentamentos (média Brasil de projetos criados entre 1985 e 2001) e as parcerias ligadas a benefícios sociais ocorreram em 57% dos casos. A participação em cooperativas teve alguma expressão maior apenas na região Sul e as parcerias com agroindústrias, com exceção apenas do Estado de Goiás, não foram significativas.

A análise conjunta dessas tendências indica que, após o assentamento, as famílias optam por individualizar sua produção, evitando soluções coletivas como cooperativas ou parcerias com agroindústrias. A individualização não atinge as ações reivindicatórias por benefícios e serviços sociais, que continuam sendo feitas coletivamente, visando ao projeto como um todo, pelo intermédio das associações. Essa discussão será mais aprofundada no terceiro capítulo deste trabalho.

“Nós realmente conseguimos nos organizar bem politicamente. Eu, como vereador, eleito pelos assentados, sou um dos porta-vozes desse processo de inúmeras reivindicações. Claro que precisaríamos de mais representantes no legislativo do município, mas ainda temos muito pra melhor em relação à articulação política. Quanto à organização produtiva, ah! Isso é mais complicado, mas não é impossível” (Azevedo, assentado e vereador do município de Promissão).

O índice de ação operacional, definido por Sparovek (2003), indica com que eficiência os compromissos que o governo assume na implantação dos projetos de assentamento, até a sua consolidação final, foram cumpridos.

“Na implantação de um projeto de assentamento, é responsabilidade do governo destinar recursos para a construção de casas e instalação das famílias, proporcionar acesso à eletrificação e a água de boa qualidade, e recursos para fomento⁸, além de viabilizar o crédito para a produção (Pronaf-A). Mais recentemente, a partir de 2001, faz-se necessário a elaboração de um PDA no período de formação de um assentamento⁹. Esse plano é um instrumento de gestão do projeto que visa definir os sistemas de produção agrícola prioritários e as necessidades de investimentos para essa finalidade “ (Sparovek, 2003, p. 118).

Esses dados demonstram a existência de um grande passivo por parte do governo na execução das suas responsabilidades na implantação nos projetos mais recentes.

A insuficiência de créditos específicos para benefícios ao meio ambiente (reflorestamentos, recuperação de matas ciliares, sistemas agroflorestais); a implantação apenas recente de ações de planejamento dos sistemas de produção, o PDA, e da licença ambiental para a implantação de projetos ou liberação de créditos justificam a pouca abrangência das ações de recuperação ambiental nos projetos de assentamento. Segundo Sparovek (2003), “essas ações foram implementadas em 871 mil ha (3,6% da área total dos PAs ou 5,2% de sua área útil)”. Numa análise geral dos dados, conclui que é possível afirmar que o processo de reforma agrária é realizado com base num passivo ambiental¹⁰ significativo. Esse passivo é fruto da priorização de áreas para formação de assentamentos em que a qualidade ambiental já está comprometida ou da seleção de áreas em que o desmatamento ainda é necessário para a implantação dos sistemas de produção agrícola. A falta de ações direcionadas para o equacionamento desse passivo, definidas apenas em épocas muito recentes (PDA e a licença ambiental), associada à priorização absoluta dos créditos para a implantação de infra-estrutura e apoio à produção, justificam a pouca abrangência de ações que poderiam promover o resgate da qualidade ambiental nos assentamentos.

De forma geral, os dados de Sparovek (2003),

⁸ Refere-se ao primeiro recurso liberado para famílias assentadas para investimento em atividade de auto-consumo e alimentação.

⁹ A partir da Norma de Execução / INCRA - Nº 02 DE 03/04/2001.

¹⁰ Diz respeito às Áreas de Reserva Legal (ARL) e Áreas de Preservação Permanentes (APPs).

“indicavam que os valores de renda registrados nos assentamentos foram comparáveis àqueles obtidos com trabalho assalariado na região de localização dos projetos e superiores àqueles advindos do trabalho como diarista. A satisfação com a renda, por parte das famílias dos projetos, foi comparável ou ligeiramente superior àquela reportada para a região fora dos assentamentos. As maiores diferenças, em termos de renda total, foram observadas entre regiões e Estados. Na região Nordeste, os valores de renda foram os menores; e nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, os maiores. Nos projetos mais antigos, os valores de renda foram superiores aos registrados nos mais recentes (afirmação válida para todas as regiões)”.

Esses resultados indicam que, nos assentamentos, é implantada uma matriz produtiva que vai gerar uma renda ao assentado igual ou superior ao trabalho rural se comparada às oportunidades mais próximas (assalariado ou diarista na região do assentamento).

“A renda da nossa família, apesar dos momentos difíceis, melhorou bastante, até posso dizer que hoje a gente pode investir um pouco mais em qualidade de vida, como cultura e lazer, a vida aqui no Assentamento melhorou” (Depoimento de Azevedo, beneficiário do Assentamento Reunidas).

A perspectiva com o desenvolvimento dos projetos de assentamentos é garantir a cidadania e principalmente a qualidade de vida. Em condições semelhantes, ou melhores de renda, é esperado que a qualidade de vida e as perspectivas de desenvolvimento dos assentados sejam melhores e mais promissoras do que aquelas de trabalhadores rurais assalariados ou diaristas da região. A posse da terra e dos meios de produção, os benefícios indiretos (estradas, eletrificação, crédito habitação), o acesso facilitado a créditos de financiamento da produção, o maior poder reivindicatório e político da associação dos projetos e o estabelecimento definitivo das famílias numa região são vantagens adicionais que deveriam ser consideradas. Na análise de Sparovek (2003), “o baixo índice de lotes abandonados e a elevada eficácia da intervenção fundiária indicam claramente que a reforma agrária atinge seus objetivos, convertendo o latifúndio improdutivo numa matriz produtiva baseada em agricultura familiar”. Os fatores que fixam as famílias no campo são vantagens decorrentes

diretamente do acesso à terra, devido à estabilidade proporcionada pelo domínio dos meios de produção.

Os assentamentos acabam provocando a dinamização da vida econômica de vários dos municípios onde se inserem: para além da relevância do número de novos produtores que entram como tal no mercado, introduzindo maior oferta e diversidade de produtos, em especial alimentares, os assentados aumentam sua capacidade de consumo, comprando não só gêneros alimentícios nas feiras, no comércio local e até mesmo de vizinhos... como também insumos e implementos agrícolas, eletrodomésticos e bens de consumo em geral (LEITE, 2004, p.259).

De uma maneira geral, a reforma agrária pode ser vista considerando-se a reversão da situação fundiária como parâmetro principal ou único de avaliação de resultados. Para Sparovek (2003), nesse caso, “a conversão do latifúndio improdutivo numa área reformada, onde predomina a pequena propriedade familiar, passa a ser o principal objetivo. Sob esse aspecto, a reforma agrária pode ser considerada um programa de grande sucesso”. Porém é importante verificar a existência de outros fatores que potencializam ou restringem o desenvolvimento de um assentamento, nesse sentido, quatro questões são fundamentais: investimento em infra-estrutura, disponibilidade de crédito, organização interna dos trabalhadores e mecanismos de comercialização.

Para Medeiros e Leite (2004, p. 37 e 38),

De uma forma geral, os assentamentos tendem a promover um rearranjo do processo produtivo nas regiões onde se instalam, pois muitas vezes anteriormente caracterizada por uma agricultura com baixo dinamismo. A diversificação da produção agrícola, a introdução de atividades mais lucrativas e em alguns casos mudanças tecnológica refletiu-se na composição da receita dos assentados, afetando o comércio local a geração de impostos, a movimentação bancária etc... com efeitos sobre a capacidade de o assentamento se firmar politicamente como um interlocutor de peso no plano local/ regional. Houve casos em que o processo produtivo implementado pelos assentados teve, muitas vezes, um efeito multiplicador, com pequenos produtores de regiões próximas passando a desenvolver práticas adotadas com sucesso nos assentamentos, visando à melhoria do processo produtivo e de seus ganhos... Em termos de produtos cultivados, chama a atenção a recorrência dos destinados à alimentação da família ou a venda nos mercados locais: trata-se de

produtos estratégicos, funcionando quer para obtenção de renda monetária, quer para o consumo.

Todos os indicadores apresentados no trabalho de Sparovek (2003), apontam para uma elevada eficiência por parte do governo e para uma tendência crescente nos investimentos e na priorização dessas ações. Os exemplos são: a) o índice de eficácia da reorganização fundiária foi elevado e perto de níveis ótimos na maioria das regiões do Brasil; b) o número de lotes vagos e parcelas aglutinadas foram, de forma geral, muito pequeno, se comparado ao número de lotes ocupados. Problemas maiores na reorganização fundiária são mais agudos apenas em determinadas regiões do Brasil; c) os investimentos por parte do governo vêm aumentando, nessa área. Nos últimos 16 anos, o número de famílias assentadas e a extensão das áreas reformadas vêm crescendo. Considerando os últimos dois períodos de governo (Fernando Henrique), essas ações se intensificaram ainda mais; e d) Além da criação de projetos de assentamento por desapropriação, o governo vêm abrindo novas frentes de atuação no âmbito da intervenção fundiária, cabendo destacar a utilização de instrumentos de créditos para a aquisição de áreas para a reforma agrária (Banco da Terra, Cédula da Terra). Também cabe destacar a destinação de créditos produtivos específicos, como é o caso do Pronaf A.

“A propriedade da terra é apenas uma condição necessária para atividade agropecuária. O Estado, por meio das políticas públicas, também deve dar as condições para que os assentados tenham acesso a outros mercados, como o de crédito, produtos, insumos e tecnologia. A distribuição da terra é apenas o primeiro passo na tentativa de que os pobres do campo tenham uma oportunidade de vida mais digna” (Reydon e Cornélio, 2006, p.46).

Para Sparovek (2003), uma visão mais abrangente das ações de reforma agrária não pode se restringir ao sucesso da intervenção fundiária. Novos valores e instrumentos de avaliação passam a integrar, necessariamente, a sua avaliação. Alguns deles referem-se a condições locais, isto é, a aspectos intrínsecos aos projetos de assentamento, e, outros, a uma esfera maior, do entorno das áreas reformadas e dos seus impactos sobre a sociedade. Diversos dados gerados na pesquisa de Sparovek

(2003), aplicam-se à análise da reforma agrária nessa definição ampliada e permitem destacar alguns pontos, mesmo que revelando apenas uma pequena parte do grande universo abrangido por essa ótica.

“O primeiro aspecto, e provavelmente um dos mais importantes, é o fato de o sucesso da intervenção fundiária estar desvinculado da eficiência com que outras ações são implementadas. O índice de eficácia da reorganização fundiária foi elevado, independentemente da eficiência com que as ações operacionais são executadas, da qualidade de vida nos projetos, e dos critérios que foram adotados na seleção dos locais em que os projetos foram criados (aptidão agrícola, desenvolvimento regional, qualidade climática). A soma dessas duas constatações é, provavelmente, a explicação para uma série de questões. Num cenário mais abrangente, a análise dos mesmos dados assume outra dimensão. A primeira, e a mais sombria, é o fato de alguns milhares de brasileiros verem uma opção de vida em assentamentos nos quais, sob um ponto de vista consensual, as condições de vida são precárias (faltam escolas, casas, abastecimento de água, tratamento de esgoto, atendimento de saúde e transporte) e a ação operacional do governo em resolver esses problemas ser pouco eficiente. A única explicação razoável é que, para os trabalhadores rurais sem terra, aqueles que perderam os seus empregos, foram substituídos por máquinas e sistemas de produção menos intensivos em mão-de-obra, tiveram que vender suas terras ou não havia o suficiente para todos herdarem uma parcela, mesmo essas condições são melhores do que a migração para as cidades ou a remuneração oferecida pelo seu trabalho” (Sparovek, 2003, p. 125-146).

Deve-se destacar que as condições de vida no meio rural apresentam muitas das carências constatadas nos projetos de assentamento, e que, boa parte da pobreza brasileira está localizada no meio rural, principalmente na região Nordeste. Assim, eles vêm na posse da terra e no domínio dos meios de produção, a solução de parte dos seus problemas, provavelmente pensando num futuro mais distante e não nas condições precárias e muitas vezes indignas às quais estarão submetidos no presente. Nessa avaliação, a qualidade de vida nos assentamentos que apresentaram índices baixos não é tão distante da realidade vivida pelas famílias antes de estarem abrigadas pela reforma agrária. Essa visão apenas reforça o conceito de que o domínio sobre os meios de produção, representado principalmente pela posse da terra, é o principal fator de sucesso da reforma agrária. Esse fator é suplantado pelos benefícios indiretos, como acesso a créditos, moradia e infra-estrutura, que são necessários apenas para garantir

condições mínimas de qualidade de vida aos assentados e permitir que consolidem e desenvolvam mais rapidamente sua produção agrícola. Essas questões, no entanto, não são as principais e não constituem o objetivo final.

Os componentes de assistência social embutidos nas ações de reforma agrária (créditos para instalação e habitação, infra-estrutura básica implantada nos projetos de assentamento) não são os seus aspectos mais importantes nem aqueles que mais atraem os trabalhadores rurais. Se fosse assim, haveria correspondência maior entre os índices de ação operacional e qualidade de vida com a eficácia da reorganização fundiária. Outra consequência direta dessa combinação é o fato dos métodos atualmente adotados para avaliar o desempenho do governo na execução da reforma agrária e, conseqüentemente, os elementos dos quais se lança mão para tomar decisões gerenciais e direcionar políticas, permitirem executar o programa à custa de grandes passivos. Esses passivos, identificados apenas numa análise qualitativa, foram significativos em diversas esferas, destacando-se a qualidade de vida, a qualidade do meio ambiente e a ação operacional do governo. O resgate desse passivo não interfere na contagem do número de famílias que foram assentadas ou na quantidade de assentamentos criados. O resgate desse passivo interfere diretamente na forma de vida cotidiana das famílias, em aspectos essenciais como ter os filhos estudando; ter atendimento de saúde quando isso for necessário; água para beber; ou ter uma casa para morar. Também interfere no impacto da reforma agrária sobre os recursos naturais e na seriedade com que os compromissos assumidos pelo governo são cumpridos. O resgate desse passivo só será possível se forem alterados os métodos que avaliam os resultados, passando os mesmos a agregar aspectos qualitativos (SPAROVEK, 2003, p. 150-171).

O trabalho de Silva, Biachini e Weid (2001), referente à agricultura familiar nos levanta uma reflexão muito próxima para a discussão sobre Assentamentos de Reforma Agrária, assim conclui-se

“...que as áreas destinadas aos Assentamentos de Reforma Agrária, são em sua grande maioria áreas não-ocupadas pelas culturas de exportações e por pecuária extensiva, ou seja, são áreas que apresentam dificuldades estruturais e naturais: com

solos fracos, condições climáticas desfavoráveis para produção, sem infra-estrutura (estradas, habitação, comunicação, eletrificação, transporte, escolas, água, saneamento, posto de saúde, lazer, entre outros), mais distantes do mercado consumidor e dos fornecedores. Além dessas dificuldades estruturais a agricultura familiar ficou submetida ao poder do setor comercial que adquiriu freqüentemente características monopsônicas, de forma que mesmo a sua inserção no mercado se fez e se faz subordinada a regimes de preços sempre desfavoráveis aos agricultores. Para completar a caracterização das condições da produção nos Assentamentos deve-se constatar que a mesma reproduziu-se, historicamente, pelo emprego de sistemas produtivos tradicionais cuja produtividade por cultura (embora não necessariamente o *output* total de produtos por hectare) sempre foi baixa”.

Em resumo, as condições que podem inviabilizar um Assentamento de Reforma Agrária são: difícil acesso ao assentamento, má qualidade dos solos, arriscadas condições climáticas, ausência de direitos sociais mínimos, ausência de infra-estrutura produtiva, difícil acesso aos créditos, dificuldades de acesso aos mercados, tecnologia inapropriada e concorrência desigual com os grandes produtores ou importações. Nenhuma dessas condições é uma imposição natural. Mas, o resultado do predomínio dos interesses do latifúndio e das grandes empresas rurais e agroindustriais (ou dos setores urbanos) na definição das políticas públicas são, portanto, condições que podem ser alteradas com outras políticas públicas que priorizem o desenvolvimento dos Assentamentos de Reforma Agrária.

Bergamasco e Norder (1996, p. 9-10), apontam que

“em diversos casos a conquista da terra não significa que seus ocupantes passem a dispor da necessária infra-estrutura social (saúde, educação, transporte, moradia) e produtiva (terras férteis, assistência técnica, eletrificação, apoio crédito e comercial) que leva ao sucesso dos assentamento, bem como de qualquer outro produtor rural. Assim, após a conquista da terra, inicia-se uma nova luta, agora pela consolidação da posse da terra, pela obtenção de condições econômicas e sociais mais favoráveis ao estabelecimento destes trabalhadores rurais enquanto produtores agrícolas”.

Mesmo assim, em praticamente todos os aspectos, quando comparam a situação atual no assentamento com a situação vivida anteriormente, há por parte dos assentados uma significativa percepção de melhoria. Ou seja, mesmo em caso onde

em termos absolutos as condições de vida podem parecer precárias, quando comparadas à situação vivida imediatamente antes de ser assentadas, ou ainda quando comparada à da população rural em geral na mesma região, os assentamentos representam uma melhoria significativa na vida desta população, que considera promissoras suas perspectivas de futuro.

A precariedade de dados institucionais sobre a situação econômica e social dos assentamentos, apesar das recentes pesquisas realizadas, reforça a importância de combinar as ações de recuperação com a implantação de um sistema gerencial de monitoramento. Há uma similaridade do esforço de recuperação e de desenvolvimento dos assentamentos, porém não se pode deixar de reconhecer suas especificidades e, particularmente, as diferenças no âmbito das experiências organizativa e produtiva. Os assentamentos que apresentam omissão nas múltiplas etapas de implantação serão objetos de uma ação diferenciada, de acordo com suas potencialidades, e combinada de diferentes instrumentos, orientada para sua recuperação econômica e produtiva, social e ambiental. Pode-se haver situações em que a recuperação dos assentamentos exigirá a redefinição do projeto produtivo que orienta seu desenvolvimento, ou seja, como nos assentamentos com mais de 10 anos não existem PDA e nova proposta do INCRA é a formulação do PRA (Plano de Recuperação de Assentamentos). Nesses casos, as alternativas serão discutidas com os assentados e suas organizações.

CAPÍTULO II

A TRAJETÓRIA DO ASSENTAMENTO REUNIDAS: AVALIAÇÕES DA LITERATURA E OUTRAS CONSIDERAÇÕES

2.1 – História do Assentamento Reunidas

A Fazenda Reunidas possui uma área total de 17.138 hectares. O imóvel foi considerado pela equipe técnica do MIRAD e SEAF, latifúndio por exploração e pertencia a José Ferreira Ribas (espólio). Retomando os documentos que registram a propriedade da terra, em nome do então espólio, verifica-se pelas escrituras passadas em cartórios da região que a constituição desse imenso latifúndio foi resultado da aquisição de inúmeras pequenas propriedades, adquiridas a partir da década de 1930. A atividade econômica predominante na Fazenda Reunidas era a exploração da pecuária de corte extensiva.

O Assentamento Reunidas localiza-se no município de Promissão, interior do Estado São Paulo, a 450 km da Capital e surge em meados dos anos 1980. A Fazenda Reunidas foi o centro da disputa social pela terra na região. No ano de 1983 começou a ser cogitada a possibilidade de desapropriação da Fazenda Reunidas para fins de Reforma Agrária, o que se concretizou com I Plano Nacional de Reforma Agrária.



Figura 1 – Acampamento à beira da BR 153, km 150, 1987.

Segundo Norder (2004), em 1985, durante as reformulações do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), as discussões locais sobre reforma agrária e democracia resultaram na formulação de uma demanda concreta: a desapropriação da Fazenda Reunidas. Em 30 de março de 1986, o jornal *O Estado de São Paulo* anunciou a inclusão de Promissão entre os ‘municípios que sofreram desapropriação a curto prazo’ e em 11 de junho do mesmo ano a *Folha de São Paulo* divulgou a relação dos imóveis que poderiam ser considerados prioritários para Reforma Agrária e a Fazenda Reunidas estava na lista. No dia 30 de junho de 1986 foi assinado pelo Presidente Sarney o decreto-Lei nº 92.876 desapropriando, para fins de reforma agrária, a Fazenda Reunidas. O critério baseou-se no Plano Nacional de Reforma Agrária que prevê a desapropriação de latifúndios por exploração e diretamente vinculada à questão da sua função social.

Em 29 de outubro de 1987 é efetivada a Emissão de Posse da Fazenda Reunidas em nome da União. Iniciou-se, logo após, entre os meses de novembro e dezembro de 1987, o preenchimento das fichas cadastrais, sendo selecionadas 800, além do Grupo de Campinas, que havia acampado em 2 de novembro de 1987, com 350 famílias e do Grupo das 44 famílias que já estavam acampadas há mais de um ano.

No dia 24 de novembro de 1987 o Grupo dos 44 recebeu a autorização de uso da terra da Fazenda Reunidas, concedido pelo MIRAD, conforme o Decreto-Lei nº 2.375, esse foi o primeiro grupo a conquistar o direito de uso da terra. A partir desse momento começou a relação entre Assentados e Políticas Públicas para Assentamento, ou seja, relação entre Estado e Assentado.

Os trabalhadores que ocuparam a Fazenda Reunidas vinham de diversas cidades, tais como: Lins, Getulina, Promissão, Ubarana, José Bonifácio, Sabino, Birigui, Penápolis, Campinas e região. Esses trabalhadores viveram diferenciadas histórias, marcadas inclusive pela experiência do trabalho assalariado, em alguns casos temporários e outros permanentes ou mesmo pela experiência de meeiro, arrendatários e parceiros.

Em junho de 1988, algumas famílias selecionadas começaram a ser assentadas, sendo agrupadas por municípios de origem. Nessa fase, grande parte das famílias recém assentadas construíram seus barracos de lona ou pau-a-pique divididos em agrovilas, forma encontrada para organizar socialmente o assentamento. Essas agrovilas, como já foram citadas, eram organizadas por região de origem dos trabalhadores, assim, a distribuição das famílias ficou da seguinte forma: 101 famílias pertencentes à Agrovila dos 44; 78 famílias à Agrovila Birigui; 98 à Agrovila Lins ou Central; 12 famílias pertencentes ao Grupos dos Doze; 80 famílias à Agrovila José Bonifácio; 74 à Agrovila de Campinas; 83 à Agrovila Penápolis; 31 famílias localizadas na agrovila do Cintra; 30 à Agrovila São João; e por fim 42 famílias pertencentes à Agrovila São Pedro. Totalizando 629 famílias distribuídas em 8 agrovilas, cada famílias foi assentada em 19,36 hectares, exceto a Agrovila de Campinas, pelo processo de ocupação da terra, cada família teve direito a 17 hectares de terra em média.

O Assentamento Reunidas é marcado pela heterogeneidade desde sua formação. Sua constituição apresenta três momentos. O primeiro é fruto da ação organizada dos trabalhadores da região de Promissão, cuja orientação foi mediada pela Comissão Pastoral da Terra – CPT, quando 44 famílias iniciaram no ano de 1986, um acampamento à beira da Fazenda Reunidas, objetivando pressionar o governo para desapropriação da área. No momento seguinte, em 02 de novembro de 1987, após a imissão de posse da Fazenda em nome da União (29 de outubro de 1987), trezentos e cinquenta famílias advindas da região de Campinas/SP chegaram à Fazenda Reunidas, à beira da BR 153, e formaram outro acampamento, chamado Padre Josimo Moraes de Tavares. Essas famílias estavam desde 1985 sendo organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e por um grupo das Comunidades Eclesiais de Bases – CEBs da região. E o último momento, em julho de 1988, são assentadas, pelo Governo Federal, as famílias selecionadas pela comissão de seleção, que foram organizadas nas cidades da região (PACCOLA, 1995, p. 133).



Figura 2 – Acampamento à beira da BR 153, km 150 – Vista lateral, 1987.

A Fazenda Reunidas engloba mais da metade do município de Promissão. Em suas divisas localizam-se: ao norte a Usina Hidrelétrica de Promissão e parte de seu reservatório; ao sul a ferrovia FEPASA e áreas urbanas da cidade de Promissão, ao leste o Rio Dourado e várias propriedades particulares, ao oeste Rio dos Patos. O imóvel é cortado na direção norte-sul pela Rodovia Transbrasiliana BR 153 que dá acesso às cidades de Lins, Marília, Araçatuba, São José do Rio Preto e Bauru (PACCOLA, 1995).

A formação do Assentamento Fazenda Reunidas é resultado de uma política de assentamentos nacional, por isso, o órgão governamental responsável pela sua organização econômica e social foi o MIRAD e atualmente o Instituto Nacional de Reforma Agrária – INCRA.

Os engenheiros agrônomos, enviados pela SEAF para organizar e acompanhar o Projeto de Assentamento Fazenda Reunidas, chegaram ao local no ano de 1987.

Vieram primeiramente dois deles: um da CATI e outro da Gleba 15 do Pontal do Paranapanema. Nessa época foi firmado um convênio entre a SEAF e CESP, esta última emprestou ao assentamento quatro técnicos agrícolas para ajudar na sua organização. Segundo os agrônomos da SEAF, os primeiros a serem assentados na Fazenda Reunidas foram as 44 famílias que estavam acampadas na área desde 1986 e as 12 famílias pertencentes ao Assentamento da CESP ou Promissão I. Esses grupos foram os únicos que não passaram pelo processo de seleção, porque já estavam na área (PACCOLA, 1995).

A base da organização social do assentamento são as agrovilas, que podem ser comparadas aos bairros dos centros urbanos, e são divididas conforme a cidade de origem da família assentada. Nas agrovilas existe uma área destinada à construção de moradias, escolas, posto de saúde, centro comunitário e áreas de lazer.

O Assentamento Reunidas é a maior experiência de Reforma Agrária no Estado de São Paulo, assim, pode-se visualizar com maior ênfase a implementação e resultados das políticas de assentamentos federais e estaduais.

Segundo a Contagem Populacional de do Censo de 1996, o Assentamento Reunidas tinha uma população total de 3.919 pessoas, enquanto o município de Promissão contava com 29.805 habitantes, sendo 5.460 população rural, assim, a população assentada representava 13% dos habitantes do município e 71,8% da população rural e segundo a Listagem de Assentamentos do INCRA e ITESP de 1997, a área total do assentamento representava 26,75% da área dos estabelecimentos agropecuários do município, já o Censo Demográfico de 2000 apresentava 31.115 habitantes para o município, sendo 5.468 população rural. Nesse período o quadro demográfico não se alterou e a população assentada passou a representar 71,7% da população rural.

Aqui cabe a primeira análise crítica do processo de formação do Assentamento Reunidas, não foi discutido e elaborado um Programa, ou Projeto, ou Plano de Desenvolvimento do Assentamento junto às famílias assentadas e nem elaborado um diagnóstico da área do Projeto de Assentamento para finalmente preparar propostas

que contemplassem uma visão de futuro do assentamento com programas produtivos, ou seja, sistema de produção a ser implantado e análise de viabilidade econômica desses sistemas de produção; programa social; programa ambiental; programa de organização e modelo de gestão do Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA, inclusive com análise econômica; investimentos necessários e usos de fontes de financiamentos; organização territorial: anteprojeto de organização territorial, áreas de produção, distribuição das parcelas, áreas para uso comunitário, e ressalta-se a manutenção das Áreas de Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanentes.

Dado o atraso na implantação do projeto, a falta de infra-estrutura e a indefinição da divisão dos lotes, as primeiras famílias acionadas pela comissão de seleção vieram para o local apenas com o objetivo de ocupar a área. No início da década de 1990, a grande maioria desses assentados passaram a residir no assentamento sem a família, construíram seus barracos e fizeram uma pequena roça, vindo geralmente um membro da família. Ainda não existiam financiamentos para investimento, tão pouco se tinham recursos para investir em qualquer atividade produtiva. Entende-se que a escolha das atividades produtivas estavam muito mais vinculadas às linhas de créditos que poderiam vir a ser disponibilizadas que do na aptidão ou viabilidade econômica destas atividades. Este é outro ponto crítico para o desenvolvimento estratégico de um assentamento, pois além de disponibilidades de créditos para investimentos é preciso que a família assentada, que dispõe da força de trabalho familiar, tenha aptidão, interesse para aprendizagem, em constante capacitação técnica, e essa atividade produtiva precisa ser inserida num sistema de produção com baixos custos e com conhecimentos de mercado, para saber o que, como, quando e quanto produzir e assim garantir trabalho e melhoria de renda.

Por meio do documento realizado pelo MIRAD/SEAF é possível visualizar o perfil sócio-econômico das famílias selecionadas para formação do Assentamento Reunidas. Entre os trabalhadores selecionados, 84% estavam há mais de vinte anos vinculados às atividades agrícolas, como meeiros, arrendatários, parceiros e bóias-frias. A exceção no perfil das famílias pertencentes ao assentamento é do Grupo de Campinas, onde um

número expressivo de trabalhadores vivenciou a experiência do assalariamento urbano, principalmente em empregos ligados à metalurgia e à construção civil (PACCOLA, 1995).

Durante o processo de implantação e desenvolvimento do assentamento, observamos três diferentes sistemas de organização da produção agropecuária: o individual ou familiar, onde cada família tem seu poder de decisão individual em relação ao processo produtivo; associativista, caracterizado principalmente por associação de prestação de serviços e compras coletivas, tais como associação de máquinas e equipamentos, compra de insumos e sementes, nessas organizações as decisões são tomadas pela maioria do coletivo de associados, mas, como a produção continua individualizada, a decisão do processo produtivo também é individual/ familiar; e o sistema de organização cooperativista, onde as decisões e o trabalho são coletivos. Segundo Paccola (1995),

“observam-se, na passagem da safra agrícola, alterações nas dinâmicas da organização da produção. Essa alteração acompanha, grosso modo, as transformações do assentamento. Na sua formação é enfatizada, pelos próprios trabalhadores, a concepção associativista ou cooperativista de organização da produção agrícola, posteriormente, após a divisão dos lotes, se introduz o sistema da produção individual ou familiar”.

Pode-se dizer que a organização produtiva do assentamento é um dos pontos que interfere diretamente no desenvolvimento do Assentamento Reunidas, pois são 629 famílias, comprando insumos, sementes, maquinários, implementos e equipamentos para produção individualmente e por fim comercializando sua produção primária também individualmente.

2.2 – Trajetória do Assentamento (1989 a 93 - 1994 a 99 - 2000 a 2006)

A trajetória do Assentamento Reunidas pode ser divididas em três momentos distintos. O primeiro, de 1989 a 1993, pelo processo de implantação e execução das políticas de apoio inicial à formação do assentamento: recursos para fomento, custeio e

abertura de estradas. Um segundo momento, período de 1994 a 1999, onde as políticas públicas para assentamentos de reforma agrária estavam voltadas para cumprir metas sociais, nesse período o assentamento se destaca como experiência de sucesso pela imprensa, por algumas literaturas e trabalhos acadêmicos. E o terceiro momento, de 2000 a 2006, que entra numa fase de reforma agrária de mercado, com extinção de linhas de créditos especiais e específicas para assentamentos e transição para uma política voltada a sua função econômica e social, com o II Plano Nacional de Reforma Agrária, resultando no Plano de Melhoria de Renda para o desenvolvimento do Assentamento Reunidas.

Norder (2004, p. 304), aponta que “a trajetória de cada Assentamento pode ser compreendida a partir da interação, negociação e enfrentamento entre as políticas estatais e as estratégias locais elaboradas e praticadas pelos assentados e suas organizações de representação social”.

A morosidade da implementação do projeto de assentamento por parte dos órgãos governamentais é uma das questões importante a salientar, por exemplo, a divisão definitiva dos lotes no Assentamento Reunidas, foi efetuada entre os anos de 1989 e 1991, atrasando o processo de organização social do assentamento e considerando-se que é a partir desse parcelamento dos lotes que se pode implementar políticas de assentamentos referente ao modelo de produção, crédito, investimento, assistência técnica, pesquisa e tecnologia, preço, armazenamento e comercialização, o que se pode verificar é o desarranjo social e produtivo do assentamento, além disso, existe uma fragmentação que dificulta as discussões e execução de proposta de organização do assentamento.

No decorrer dos quatros primeiros anos observam-se um descompasso entre o Projeto Assentamento Reunidas elaborado em conjunto pelo MIRAD/ SEAF e a realidade. Segundo o projeto previa-se assentar 670 famílias. No entanto, constatam-se, no assentamento, nesse período, a existência de arrendatários contratados pelos herdeiros, bem como a permanência de gado pertencente aos herdeiros de José Ferreira Ribas. Isso implicou na redução do número de famílias beneficiadas,

resultando em 629 famílias assentadas. Observa-se também, nos primeiros anos do assentamento, que as ações dos órgãos governamentais no que tange à demarcação dos lotes, financiamento agrícola, saúde, educação e infra-estruturação estavam sempre vinculadas às pressões políticas exercidas pelos assentados. Dessa forma, eram freqüentes as lutas reivindicatórias: marchas, ocupação de prédios públicos e atos públicos. Os resultados atingidos nesse assentamento, em sua maioria, foram frutos da capacidade de mobilização e organização dos trabalhadores, que sob variadas formas de pressão conquistaram suas reivindicações: financiamento agrícola, lote definitivo, posto de saúde, escola e transporte. Nota-se que uma vez conquistadas essas reivindicações, modifica-se o perfil do Assentamento Reunidas (Paccola, 1995, p. 137). Ou seja, o espírito cooperativista, associativista é substituído pela individualização do processo produtivo.

As ações para formação do Assentamento exigiam dos assentados uma organização mais coletiva, pois o interesse comum pela conquista da terra, tornava-se uma força para garantir a implantação das reivindicações, mas quando essas foram implementadas, de fato, a maioria dos assentados passam a organizar a produção de forma individual, ou seja, a decisão do processo produtivo passa a ser tomada individualmente ou no máximo no núcleo familiar. O que garantia a permanência da coletividade na fase inicial era o objetivo comum de conquistar a terra. Passada essa fase, perdeu-se o foco do objetivo comum e a organização do processo conduziu a individualização, isso se reflete até os dias atuais, pois existe uma grande resistência por parte dos assentados em organizar a produção em sociedade cooperativa ou associativa, o que pode dificultar a inserção dos produtos do Assentamento no mercado com um maior valor agregado e/ou com um menor custo de produção, Ou seja, ações voltadas para agroindustrialização, acesso às tecnologias apropriadas e planejamento de produção podem ser prejudicadas pelo processo de individualização das famílias e pelo modelo de organização da produção e dos assentados.

Para Leite, *apud*, Aly Jr. e Ferrante (2005, p. 117-168),

“a trajetória político-organizativa dos assentados na Fazenda Reunidas foi fortemente influenciada por ações do Estado e do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Marcou neste contexto regional, a dinâmica e os conflitos políticos ligados a uma experiência de cooperativismo coletivista, única com importância na trajetória dos assentados. Após a entrada na terra, se estabelece uma nova dinâmica entre os assentados. Em alguns casos há continuidade das organizações criadas durante o período de luta/acampamento, mas a vida na terra molda novas organizações. A questão maior da viabilidade econômica dessas experiências sociais determina o jogo político organizativo interno, tendo o MST, os agentes econômicos e os quadros políticos partidários locais como atores expressivos nessa dinâmica”.

A experiência da organização da produção se deu logo no início do assentamento, o MST contribuiu na discussão, principalmente na Agrovila de Campinas, realizando um Laboratório Organizacional de Campo – LOC, entre a preparação e realização desse laboratório levou-se aproximadamente um ano, e ao final, em fevereiro de 1992, tinham-se constituído uma Cooperativa de Produção Agrícola – CPA, a Cooperativa de Produção Agrícola Pe. Josimo Tavares – COPAJOTA com 36 famílias associadas e uma Associação de Prestação de Serviços, a Associação São Francisco de Assis, com cerca de 38 associados. A COPAJOTA era totalmente coletiva, a divisão do trabalho era através dos setores de produção e prestação de serviços: agricultura, horta/fruticultura, pecuária, suinocultura, refeitório comunitário, ciranda infantil e administração; a remuneração dos sócios era através da distribuição de sobras por horas trabalhadas. Já os associados da Associação São Francisco de Assis eram proprietários de máquinas e equipamentos e tinha como principal atividade a prestação de serviços. Várias outras iniciativas foram organizadas no Assentamento, com maior destaque para Associações e Cooperativas de Prestação de Serviços: Associação dos Pequenos Produtores da Nova Reunidas – APRONOR, Cooperativa dos Assentados de Promissão – COAP, Cooperativa Regional dos Assentados de Promissão – CORAP, entre outras.

Com base nas entrevistas aplicadas aos grupos focais, representantes das famílias assentadas, identificou-se que a maioria dessas organizações já estão desativadas, o grande desafio para as experiências cooperativista é a falta de cultura cooperativista, o excesso de força de trabalho, escassez de capital e capacitação técnica para gerenciamento da produção e financeira.

Essas experiências tiveram grande impacto na organização do trabalho no Assentamento durante o período de 1994-1999, momento em que algumas políticas de assentamentos estavam sendo executadas, tais como: PROCERA/ PRONAF, específicos para assentamentos e agricultores familiares, assistência técnica – através do Departamento de Assuntos Fundiários – DAF/ ITESP em convênio com o INCRA.

A ativa atuação do MST no Assentamento Reunidas estava concentrada principalmente numa agrovila, a Agrovila de Campinas, a própria história da ocupação da área levou a essa configuração política-social. Então, as experiências e contribuições do MST influenciaram no desenvolvimento do Assentamento, com maior ênfase no período de 1992 a 1996, porém não foi de grande abrangência, sua atuação estava centralizada entre 70 famílias assentadas, pouco mais de 10% do Assentamento.

Quando se refere à produção, inicialmente verificam-se, pelos dados da safra 1992/93, primeira safra oficialmente registrada, diferentes tipos de culturas no assentamento: milho, algodão, arroz, feijão, pecuária leiteira, entre outros. O carro chefe era a produção de milho, seguido pelo algodão e arroz. Nesta safra os assentados compraram: 100 tratores e inúmeros implementos agrícolas. Estas aquisições foram realizadas com recursos próprios e financiamentos juntos ao Banco do Brasil e Banespa. Neste período, as condições do crédito agrícola para o assentamento eram iguais às dos outros pequenos proprietários, não era implementada nenhuma política de crédito específica para o assentamento, ou seja, o assentado estava propenso aos custos financeiros de mercado, assim como outro produtor agropecuário. E como já apontado anteriormente, a definição das linhas de produção estavam relacionadas às linhas de financiamentos disponíveis.



Figura 3 – Produção de algodão, 1993.

O Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária – PROCERA foi a primeira e a principal fonte de financiamento do Assentamento Reunidas, e segundo Aly Jr. e Ferrante (2005). O PROCERA, em que pese sua extinção no contexto do programa da ‘Nova Reforma Agrária’, também conhecido como ‘Novo Mundo Rural’, iniciou suas atividades na segunda metade da década de 1980, voltado ao financiamento de atividades produtivas (custeio e investimento) em assentamentos rurais, o programa se consolidou ao longo do período, especialmente de 1993 a 1999, quando foi extinto. De forma geral, essa modalidade de crédito respondeu pelo acesso dos assentados aos insumos e equipamentos utilizados na produção agropecuária em áreas reformadas. A partir de 1999 passaram a integrar o público-alvo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF A (investimento) e A/C (custeio), que surgiu em 1996.

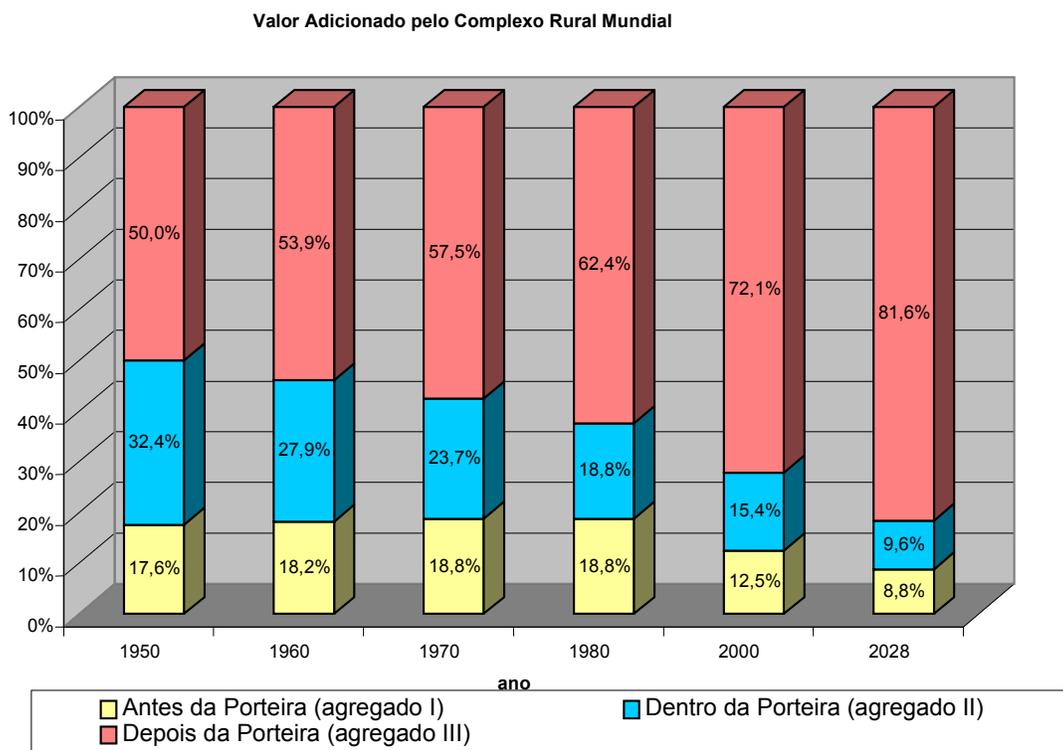
“O crédito em maior ou menor grau teve como consequência a viabilização da aquisição de equipamentos e implementos agrícolas destinados à produção no lote e à construção de instalações destinadas à mesma. Mas, a dificuldade na obtenção dos

recursos e, em diversas circunstâncias, a situação precária das famílias, impediu uma utilização mais ampla desse dinheiro, fazendo com que, em diversos casos os equipamentos fossem adquiridos com recursos próprios” (Aly Jr. e Ferrante, 2005, p. 141).

Quando se refere à questão da comercialização dos produtos oriundos do assentamento, além de ser considerada a sua estrutura interna de organização é preciso considerar o contexto local, mas um fator relevante é a presença de ‘atravessadores’. Segundo o levantamento de produção (ver Apêndice 2), esse grupo é responsável por mais de 80% da comercialização da produção do Assentamento, a relação entre o produtor e o varejista ou consumidor final é praticamente inexistente, isto pode significar que o assentado se apropria apenas de 12%, em média, do valor da produção (dentro da porteira), segundo a distribuição ao longo da cadeia produtiva.

No Assentamento Reunidas a discussão sobre as estratégias de comercialização dos produtos agropecuários teve maior ênfase no período de 1998/1999, quando foi construído um entreposto dentro do Assentamento, ou seja, um Barracão central para organizar os produtos com o objetivo de garantir volume e variedade de produção. O grande desafio para a viabilidade dessa estrutura era político-organizacional, pois também foi uma experiência que não avançou e teve pouco mais de um ano de duração. O modelo de produção adotado no assentamento seguiu as premissas do modelo tradicional de produção agropecuária com grande dependência de insumos externos, mas sem agregar valor ao seu produto final, pois não tinha acesso à estrutura agroindustrial para processar minimamente sua produção e tentar garantir um rendimento maior. Embora, existam várias linhas de financiamento para estruturação de unidades de processamento da produção agropecuária e esse Assentamento seja o maior do Estado de São Paulo, não houve nenhuma iniciativa para construção e implementação de uma estrutura agroindustrial, o que por muitas vezes pode ter inviabilizado o modelo de produção adotado, que tinha como produto final a matéria-prima produzida individualmente pelas famílias.

Gráfico 1 – Valor Adicionado pelo Complexo Rural Mundial – projeções .

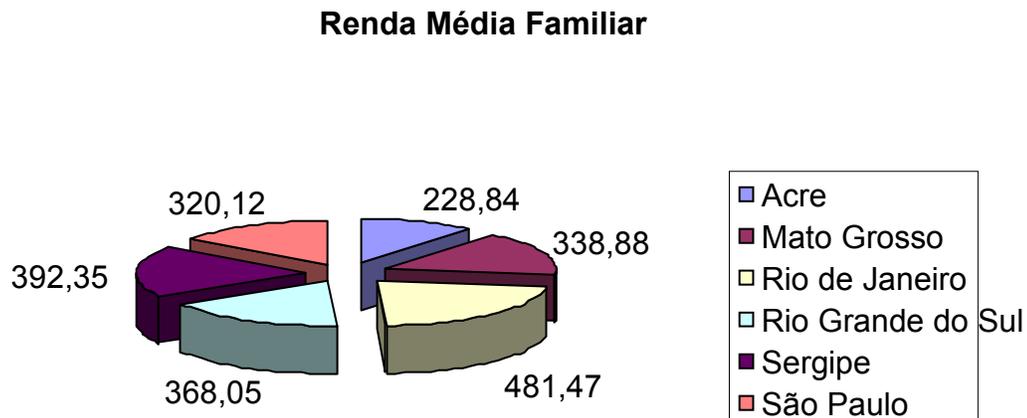


Fonte: Assumpção, 2003.

Mesmo com alguns impasses, tais como organização dos trabalhadores, do trabalho e a comercialização da produção, segundo estudo de Ferrante e Aly Jr. (2005),

“o rendimento médio familiar mensal para os assentamentos de Reforma Agrária do Estado de São Paulo, o que se aplica ao Assentamento Reunidas, para o ano de 1997 era de R\$ 610,33 bruto e R\$ 342,00 líquido, sendo que 57,3% provinha da atividade agrícola, 28,3 da pecuária, 5,5 da previdência e 9% divididos entre as atividades de beneficiamento, extrativismo e outros. Assim, 21,9% dos assentados se encontravam nos estratos de 3 a 5 SM para renda média familiar, e acima de 5 SM outros 21,9%. Existe uma correlação entre a geração de renda no assentamento e a disponibilidade de linhas de crédito. Aproximadamente 90% das famílias assentadas que garantiram renda acima de 3 SM obtiveram acesso a alguma linha de crédito, evidenciando a importância inserção no sistema bancário/ financeiro”.

Gráfico 2 – Estratos de Renda Familiar, Regiões do Brasil – 1997.



Fonte: Aly Jr. e Ferrante (2005).

No final dos anos 90, as diversas irregularidades administrativas e jurídicas da política de créditos de investimento do PROCERA foram colocadas em pauta e apesar de ser um problema financeiro, a discussão era política, se esgotava o prazo de carência e as primeiras parcelas do financiamento acessados pelos assentados já deveriam ser pagas. Um dos mais importantes pontos em disputa se referia ao desvio de finalidade dos recursos do PROCERA Investimento que, por falta de infra-estrutura no Assentamento Reunidas e de implementação da política de assentamentos, foi destinado parte desse do investimento do PROCERA para a construção da rede elétrica no assentamento, ao invés de investimento no lote para viabilizar o processo produtivo adotado, os assentados assumiram o papel do Estado.

Assim, o período de 2000 a 2004, Segundo Norder (2004),

“para os assentados assumir o protagonismo sobre as transformações econômicas, produtivas e tecnologias no processo produtivo tornava-se uma questão de sobrevivência e de permanência no assentamento. Aqueles que possuíam, antes do assentamento, pequenas propriedades ou uma casa na cidade, ou os eu contaram

com empréstimos familiares, isto é, recursos não-bancários/ governamentais, puderam realizar a constituição do processo produtivo no assentamento com uma disponibilidade de recursos produtivos. Mas estes compunham uma minoria”.

Uma das alternativas encontradas pelos assentados para sua permanência no assentamento foi a diversificação da produção, destacando a pecuária leiteira e a horticultura, principalmente a plasticultura ou produção em estufas. Mas, para viabilidade econômica das novas atividades produtivas era necessário, novamente: crédito, assistência técnica, capacitação técnico-gerencial, organização dos assentados para viabilizar a comercialização da produção. Os indicadores de produção de produção, segundo estimativa a partir de dados da safra 2002/2003 levantados pelo Itesp, mostram que o assentamento forneceu ao mercado consumidor: 6 milhões de litros de leite/ ano, 3.500 sacas de milho, 2.500 sacas de feijão, 1.500 toneladas de mandioca, além de algodão, café, arroz e mais de 70 mil caixas de tomate, pimentão, quiabo, berinjela e outras olerícolas, além de gerar também outros empregos indiretos.



Figura 4 – Olericultura: produção de pepino em estufas, 1996.

A análise dos sistemas de produção adotados podem fornecer indicações importantes na avaliação dos principais problemas que afetam o desenvolvimento da renda dos assentados.

Atualmente uma das principais atividades produtiva no assentamento é a pecuária leiteira, sendo que para alguns é a única atividade econômica no lote. Dados do Itesp mostra que até o ano de 2004 tinha no assentamento cerca de 30 tanques de resfriamento de leite, equipamento que garante armazenamento do leite para venda aos laticínios do município e região. Além de um plantel médio por assentado de: 12 vacas, 3 novilhas, de 3 a 5 garrotes e 1 touro, convertendo esse investimento em moeda corrente, totaliza cerca de R\$ 18.000,00, isso sem considerar o investimento em pastagem e estrutura.



Figura 5 – Produção de Leite, 1998.

A outra atividade econômica em destaque é a produção de legumes e verduras em estufas, existem 217 estufas no assentamento, essa técnica de produção exige um investimento considerável e com alto nível tecnológico, o investimento em uma área

média de 400 m² é de R\$ 6.000,00. Essa atividade, assim como a pecuária leiteira, garante aos assentados uma renda mensal, porém requer um pacote tecnológico com custos elevados e crescentes.

Ainda há investimentos na produção grãos, principalmente do milho, o modelo de produção implementado também requer um volume alto de capital. Para todas as atividades produtivas o acesso ao crédito tem sido o fator decisivo, mas em particular para as lavouras anuais. Para Amarildo, gerente do Banco do Brasil de Promissão, “uma das funções básicas do crédito, como política agrícola é direcionar o modelo de produção mesmo”.

Os financiamentos foram restritos a uma minoria, na safra de 2004-2005 menos de 200 assentados contrataram financiamentos de custeio para produção. Restrições ainda maiores os agricultores assentados encontraram para alavancar e/ou diversificar as atividades desenvolvidas. Segundo dados parciais levantados junto ao agente financeiro que opera o PRONAF, o Banco do Brasil, mostraram que no período de 2000-2004, apenas 67 assentados acessaram a novos financiamentos destinados aos investimentos em seus lotes, ou seja, cerca de 10% dos assentados. Outro dado relevante é referente aos maquinários existentes no assentamento: segundo o Itesp, apenas 160 máquinas estavam em condições operacionais para a safra 2004-2005, isso significa uma média de 1 máquina para cada 4 famílias, dependendo do modelo de produção e do padrão tecnológico necessário esse fator pode resultar em redução da renda monetária da atividade econômica.

2.3 – Por que e em que momento o Assentamento foi considerado pela literatura e pela Imprensa um modelo ‘bem sucedido’ de Reforma Agrária?

Antes da formação do Assentamento Reunidas no município de Promissão, o perfil dos trabalhadores desta cidade era de bóias-frias e dependente de dois grandes produtores: a usina de açúcar e álcool e o frigorífico. O setor de prestação serviços no município não tinha grande relevância.

Para o município de Promissão, o Censo Agropecuário de 1995/96 indicava um total de 1.127 estabelecimentos agropecuários, distribuídos por uma área agrícola de 63,3 mil ha. As principais atividades, naquele momento eram a pecuária de corte (sobretudo bovinos, ocupando 52% da área agrícola) e as lavouras (32% da área agrícola), predominando entre estas, a cana-de-açúcar e o milho. Alguns indicadores de modernização produtiva mostram que o município atingiu na safra 95/96 valores muito próximos às médias estaduais e superiores à média da microrregião (MRH) de Lins, como pode ser apreendido pela elevada disponibilidade, por hectare, de máquinas e equipamentos agrícolas, bem como pelas despesas com insumos modernos. Os investimentos por unidade de área estiveram acima da média estadual, concentrando-se, especialmente, na aquisição de benfeitorias e prédios (48%), compra de máquinas e equipamentos (23%) e plantio de culturas permanentes (16%). A agricultura do município absorvia 5.123 trabalhadores, dos quais 77% eram responsáveis ou familiares; 19%, assalariados permanentes; 1,4% temporário e 2,5%, parceiros ou outra condição.

O Censo Agropecuário de 1995/96 também mostrava que do total de trabalhadores ocupados em Promissão, 85% residiam no estabelecimento agropecuário, no estado de São Paulo esse percentual era de 68% e na MRH de Lins, de 75%. A participação da mão-de-obra familiar e a alta proporção de residentes dão uma idéia da importância, em termos comparativos da agricultura familiar no município. Com relação ao uso de força de trabalho por área agrícola.

Quadro 4 – Dados comparativos do Censo Agropecuário 1995/96

	São Paulo (%)	Lins (%)	Promissão (%)
Agricultores que residiam na propriedade	68	75	85
Estabelecimentos	82	87,3	96,5
Área agrícola	90	93,7	81,5

Fonte: Elaborado pela autora, com base no Censo Agropecuário 1995/96.

Promissão possuía, em média, 8,06 pessoas, para cada 100 ha, sendo a média, na região de Lins de 3,74 e, no estado de São Paulo, de 5,27, evidenciando um maior índice de uso da terra nesse município. A presença do Assentamento Fazenda Reunidas foi um importante determinante nesta absorção da força de trabalho na agropecuária local. Guardadas as ressalvas sobre a subestimação do número de estabelecimentos e das áreas trabalhadas por parceiros, arrendatários e ocupantes, pode-se afirmar que, proporcionalmente, havia um maior número de proprietários em Promissão, podendo-se creditar esse fato à presença do Assentamento Reunidas. Pode-se verificar ainda que entre 1975 e 1995/96 houve um aumento do número de estabelecimentos particularmente entre 1985 e 1995/96, quando este praticamente duplicou.

Verifica-se, finalmente, que o número de estabelecimentos menores de 10 ha decresceu e os estabelecimentos entre 10 e 20 hectares quase triplicaram. Este estrato inclui os lotes do Assentamento Fazenda Reunidas. Nos estratos de 20 a 50 hectares, o aumento do número de estabelecimento foi moderado entre 1975/96 e para os maiores que 50 ha houve até mesmo um decréscimo. As restrições metodológicas do Censo dificilmente explicariam mudanças tão específicas na estrutura da posse da terra, devendo-se creditar ao assentamento os efeitos captados pelo Censo 95/96, como o aumento do número de estabelecimentos, particularmente daqueles entre 10 e 20 ha, e a diminuição do número de grandes estabelecimentos, alterações que repercutem sobre a desigualdade na distribuição da posse da terra. A área média dos estabelecimentos decresceu substancialmente, em especial entre 1975 e 1980 e, posteriormente, entre 1985 e 1995/96, e a tendência no estado de São Paulo neste último período foi justamente um aumento da área média dos estabelecimentos.

Os índices de Gini indicam que a desigualdade da distribuição da posse da terra nesse município apresentou redução substancial, particularmente entre 1985 e 1995/96. São resultados que indicam claramente o impacto dos assentamentos rurais sobre a estrutura da posse da terra no município (MEDEIROS E LEITE, 2004, p. 102-104).

Paccola (1995), considera que no decorrer de sete anos (1986/1993), do Assentamento Reunidas

“várias transformações foram sendo imprimidas, traduzindo, segundo os trabalhadores assentados, os agrônomos e técnicos agrícolas, a viabilidade do projeto de reforma agrária. Os dados da produção demonstram que o Assentamento Reunidas está além de ser justificado apenas pela sua dimensão social. A reforma agrária em Promissão provocou melhorias sensíveis nas condições de vida das famílias assentadas, bem como transformações na dinâmica do município”.

A questão aqui é até que ponto a melhoria de vida das famílias assentadas foi sustentável? E em que estrutura econômica, social e política essas transformações estavam baseadas? Visto que o modelo produtivo adotado não era apropriado para pequena produção.

Segundo Medeiros e Leite (2004, p. 116-118), a renda líquida familiar total tinha uma média mensal, em 1997, de R\$ 342,00, sendo R\$ 306,03 provinha do próprio lote (atividades agrícolas – 77,4%, pecuária – 22,1% e artesanal – 0,5%) e R\$ 35,97 era renda de fora do lote, sendo a previdência responsável por 43% dessa renda. A renda líquida familiar anual girava em torno de R\$ 4.103,71.

Tabela 1 – Faixas de rendas em salários mínimos dos lotes por Assentamentos selecionados – São Paulo

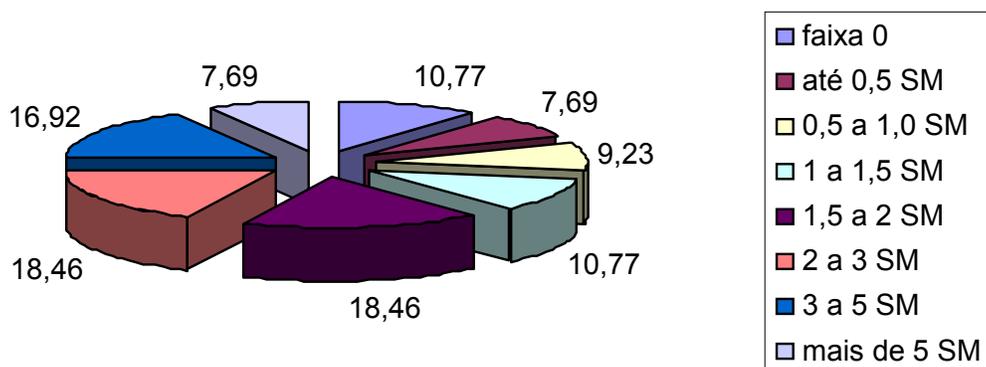
Assentamento	Faixa 0	Até 0,5 SM	0,5 a 1,0 SM	1 a 1,5 SM	1,5 a 2 SM	2 a 3 SM	3 a 5 SM	+ de 5 SM
B. Vista Chibarro – Araraquara	29,41	17,65	-	17,65	11,76	-	11,76	11,76
Faz Estrela d’Alva – Mirante do Paranapanema	50,00	16,67	-	16,67	16,67	-	-	-
Fazenda Reunidas – Promissão	10,77	7,69	9,23	10,77	18,46	18,46	16,92	7,69
Faz. Santa Clara – Mirante do Paranapanema	-	16,67	-	33,33	-	16,67	16,67	16,67
Faz. São Bento – Mirante do Paranapanema	13,33	26,67	20,00	13,33	-	13,33	13,33	-
Sumaré I e II – Sumaré	10,00	30,00	20,00	20,00	-	-	10,00	10,00
TOTAL	15,13	14,29	9,24	14,29	12,61	12,61	14,29	7,56

Fonte: Convênio Finep/ UFRRJ – CPDA, pesquisa de campo, 1998. In: MEDEIROS E LEITE, 2004.

Observando a Tabela 2, pode-se verificar que, no ano de 1997, o Assentamento Reunidas se destaca em relação à renda em salários mínimos distribuídos por lote, ou seja, 61,53% dos lotes recebiam mais de 1,5 salários mínimos mensais, situação bem diferente dos demais assentamentos estudados por Leite e Medeiros (2004). O gráfico 3 ilustra a distribuição da renda conforme a faixa salarial.

Gráfico 3 – Renda Assentamento Reunidas, 1997.

**Faixas de renda dos lotes em salário mínimos,
1997 - Assentamento Fazenda Reunidas**



Fonte: Convênio Finep/ UFRRJ – CPDA, pesquisa de campo, 1998. In: MEDEIROS E LEITE, 2004.

Segundo Ferrante e Aly Jr. (2005, p. 51-52), “o Assentamento Fazenda Reunidas foi, reiteradas vezes, mencionado na imprensa como a experiência bem sucedida no sentido de sua dinamização no desenvolvimento da região em seu entorno”. Além de um forte impacto demográfico em um município que se encontrava em forte decadência, há indícios de resultados altamente positivos na economia local. Em 1980 a população total de Promissão era de 20.177 habitantes, Bergamasco e Ferrante (2003), apontam que “em 1991 esse número saltou para 27.982 habitantes”.

A atividade agrícola no assentamento foi direcionada para a produção de mercadorias com elevada utilização de insumos externos de origem agroindustrial, principalmente milho e algodão. Isto se, por um lado, foi prejudicial a inúmeras famílias, que caíram na inadimplência, por outro, movimentou o comércio local de insumos

químicos e mecânicos. Então, quando se apresenta o Assentamento Reunidas como experiência bem sucedida, que parâmetros são utilizados, ou ainda, para quem essa experiência foi bem sucedida?

Para Medeiros e Leite (2004, p.131-133), o impacto do Assentamento Fazenda Reunidas foi local e regional, apresentando diversidades e potencialidades.

“O município de Promissão possuía uma população de aproximadamente 30 mil pessoas, das quais mais de 10% viviam no assentamento. Ali seu impacto foi primeiramente demográfico. Os resultados na economia local não poderiam deixar de ser percebidos pela população e pelos agentes econômicos e políticos locais. No entanto, é preciso considerar que a atividade agrícola no assentamento foi, em grande medida, direcionada para produção de mercadorias com elevada utilização de insumos externos de origem agroindustrial, principalmente milho e algodão. Com isso, o impacto do assentamento acabou adquirindo contornos igualmente exógenos. E, como decorrência dos precários arranjos institucionais formulados nacionalmente e localmente para viabilizar essa integração com os canais de modernização agrícola, muitas famílias acabaram por cair em inadimplência e, a partir disso, tiveram bloqueada a sua capacidade produtiva”.

O assentamento, ao receber financiamentos para o custeio da safra, para a aquisição de máquinas, equipamentos e instalações produtivas, crédito para habitação, técnicos agrícolas, agrônomos e outros profissionais das áreas de educação, saúde, transporte e outras, contribuem também para que toda a economia da região ganhe um novo impulso.

Por outro lado, é preciso avaliar em que medida o sistema de produção agropecuária que vem sendo colocado em prática permite que esse impacto possa ser mantido, reproduzido, ampliado e renovado em uma escala de longo prazo. O ponto central é: o modelo produtivo adotado, baseado na monocultura de grãos faz parte de uma estratégia de desenvolvimento sustentável, ou ainda, é economicamente viável, ambientalmente correto, socialmente justo e adequado localmente? Uma resposta para esta questão não parece ser das mais fáceis. Foi possível constatar, através das

entrevistas aplicadas às famílias assentadas, que apenas uma parcela dos assentados transformou-se em agricultores bem estabelecidos, com elevada produção e rentabilidade, cerca de 20% da população assentada. Contudo, a maioria encontrou enormes dificuldades para se enquadrar nos mecanismos de política agrícola ainda bastante precários, inadequados, imprecisos e instáveis. Em um ambiente como este, as respostas dos assentados foram as mais diversas. Isso coloca algumas questões com relação ao teor e ao papel das políticas governamentais e, diante das condições, institucionais vigentes, é possível afirmar que, ainda que os impactos (internos e externos) do assentamento possam favorecer o desenvolvimento socioeconômico local e regional, há um enorme potencial por ser aproveitado. Em boa parte, esse potencial é desenvolvido pelos assentados sem qualquer apoio tecnológico ou financeiro das agências estatais. Portanto, é preciso ressaltar que o Estado, ao oferecer uma política mais consistente para o desenvolvimento da produção nos assentamentos, pode desencadear uma dinamização ainda maior de toda a economia.

O momento em que o Assentamento Reunidas foi considerado uma experiência bem sucedida, de 1993 a 1998, coincide com o auge da implementação das políticas públicas, principalmente de acesso às linhas de financiamentos para custeio da produção e investimento produtivo da linha de financiamento do PROCERA. Mas, quando se inicia o período de quitação das primeiras parcelas dos créditos liberados, ou seja, quando se encerra o prazo de carência dos financiamentos o cenário começou a mudar, aí surgia a problemática da capacidade de pagamento dos assentados e reflexo econômico das atividades produtivas escolhidas por eles para quitação dos financiamentos adquiridos¹¹. Os questionamentos sobre capacidade técnica, gerencial, políticas de preço, seguros, assistência técnica, capacidade ociosa das estruturas produtivas, número de força de trabalho disponível aparecem com muita força e com um problema prático: o pagamento dos créditos. Houve, no final de 1998, uma ruptura nesse processo de formação e começava o período de consolidação do Assentamento.

¹¹ É difícil conseguir ter acesso às informações sobre a situação de inadimplência dos assentados, devido a questão de sigilo bancário. Mas, a minha convivência dentro do Assentamento Reunidas ao longo de sua trajetória permite a visualização do processo de endividamento das famílias assentadas.

O papel das políticas governamentais para o integral aproveitamento do desenvolvimento do Assentamento continua sendo determinante. No entanto, as políticas de financiamento da produção, os programas de crédito de custeio e as políticas sociais (sobretudo de habitação) demonstravam ainda muita lentidão, ineficácia, instabilidade e descontinuidade. Além disso, o sistema de créditos se limitava, em grande medida, em direcionar os assentados aos sistemas produtivos mais exógenos, ou seja, os mais modernos, dependentes do consumo de insumos agroindustriais externos e dos grandes canais de financiamento, comercialização e processamento.

A diversificação produtiva e a múltipla utilização do solo têm sido apontadas como uma das principais alternativas a ser avaliada nas áreas de agricultura familiar. Num assentamento de grande porte como o Reunidas, o impacto é altamente favorável a uma distribuição geográfica das diversas linhas de produção visando o desenvolvimento econômico.

Do ponto de vista dos impactos internos do assentamento, observou-se, através das entrevistas aplicadas aos grupos focais, uma clara melhoria das condições de vida e de trabalho entre a população que foi assentada. O assentado manifestou que os rendimentos que vêm obtendo no lote são melhores que os recebidos anteriormente. As condições de habitação também melhoram, tanto do ponto de vista objetivo como subjetivo, uma vez que o assentamento permite o acesso à casa própria e o desenvolvimento de amplas relações comunitárias. Também a alimentação dos assentados ganhou em qualidade, pois passaram a dispor de mais e melhores alimentos. Portanto, se, por um lado, os impactos do assentamento dependem da rede urbana na qual se inserem e interagem, por outro, dependem também das relações que estabelecem com as políticas governamentais.

A constituição do processo produtivo requer um ambiente institucional no qual a forma de atuação do Estado é determinante. Em conjugação com este âmbito produtivo está o reprodutivo, para quais as políticas sociais são de grande relevância para o assentamento. A transformação da relação entre assentamento e Estado constitui um

dos mais importantes fatores para que todo o potencial do assentamento possa gerar impactos ainda maiores nas localidades para as quais já trouxeram relevantes e diversificadas contribuições.

Segundo o levantamento de produção realizado a campo, a produção agropecuária continua sendo a principal atividade econômica nos lotes do Assentamento Reunidas e o assalariamento fora do lote e exercido por uma minoria. O Assentamento foi apontado em diversas ocasiões formais e informais como um 'assentamento modelo', ou pelo menos como um assentamento onde algumas condições são relativamente mais favoráveis do que as predominantes na maioria dos demais assentamentos do Estado de São Paulo e do Brasil.

“Isso devido à sua posição geográfica, na porção central do Estado, que facilitaria o acesso aos mercados de cidades de importância regional em uma distância relativamente curta; a presença de solos cuja fertilidade poderia viabilizar o cultivo de diversos produtos... a disponibilidade de lotes com 19,3 hectares em média, área equivalente ao conceito de módulo rural, e que, segundo a definição do Estatuto da Terra, deveria permitir a realização de uma produção agropecuária suficiente para manutenção de uma famílias. Esse Assentamento transformou-se em uma experiência para avaliação do impacto da distribuição de terras em um pequeno município, uma vez que o assentamento contribui para alterar a composição demográfica e econômica de Promissão” (Norder, 2004, p. 102-103).

É preciso ressaltar aqui o trabalho sobre a avaliação da eficácia dos Projetos de Assentamentos coordenado Castilhos [et al.] (1998), que foi melhor detalhado no primeiro capítulo, pois ele destaca exatamente os fatores potencializadores e restritivos para o desenvolvimento dos Assentamentos, que são: o quadro natural, crédito rural, entorno sócio-econômico, organização produtiva, assistência técnica, organização política, relações institucionais e infra-estrutura. Assim sendo, o Assentamento Fazenda Reunidas não é exceção à regra.

De 1993 a 1998, aproximadamente, em uma avaliação da capacidade dos assentamentos rurais em dinamizar o desenvolvimento econômico de uma região (Leite, 1999), o Assentamento Reunidas foi considerado uma experiência bem

sucedida. A revista Caros Amigos de julho de 1997, por exemplo, anuncia em sua capa: “Promissão, a cidade salva pelos sem terra”. Na reportagem, há uma entrevista do prefeito da cidade, que reafirma a importância do assentamento na economia do município. Segundo ele, “o ICMS por habitante é maior que de Lins, cidade que tem o dobro da população de Promissão e mais próxima”. Sua comparação avança pelos determinantes sócio-econômicos de cada uma das cidades: “Lins tem apenas grandes produtores, que concentram a renda e gastam fora. Aqui temos também pequenos produtores que consomem aqui mesmo, geram riqueza, veja, se cada assentado comprar uma camiseta, são 3.000 mil camisetas que o comércio vende”, diz o Prefeito Municipal de Promissão. Aumentou muita a produção agrícola e promoveu um salto nos setores de comércio e serviços. Cerca de duas mil pessoas entre os próprios assentados tinha como fonte de renda a própria produção agrícola. Em 1997, o Assentamento estava entre os três maiores contribuintes em impostos do município.

“O Assentamento Fazenda Reunidas, cuja implementação foi iniciada de forma emergencial a partir de 1987, constitui-se numa experiência de mais de dez anos, com um notável impacto no desenvolvimento econômico e na conformação política e sócio-cultural do município...O Assentamento Fazenda Reunidas é considerado um dos pilares do desenvolvimento econômico recente do município de Promissão” BERGAMASCO (2003, p. 94-140).

“No ano de 1995, mesmo com uma produção de milho – quase 20.000 toneladas – com uma produtividade recorde, que de longe bateu a média do Estado, porém, foram afetados pela política de preços, só não ficaram numa situação pior porque existia um processo de diversificação de culturas, aliviando assim um pouco os prejuízos” (Azevedo, 1997).



Figura 6 – Produção de milho, 1995.

Segundo o Prefeito Municipal de Promissão, em 1996, “o município tinha uma arrecadação de ICMS maior, mais que a cidade de Lins é que tinha mais 70 mil habitantes, ou seja, mais que o dobro”. Existem diversas explicações para esse fenômeno, mas uma delas é a permanência de mais de 629 famílias no Assentamento. Esse Assentamento era considerado um dos pilares do desenvolvimento do município, há um incremento das atividades comerciais após a implementação do assentamento, e de acordo com o então prefeito é esse fator é notável (Bergamasco e Norder, 2003, p. 140).

Porém, Norder (2003:221-222), afirma

“que o crédito para o custeio da safra foi liberado sem que houvesse uma prévia definição de uma linha de créditos para investimentos, isso fez com que a produção no assentamento fosse voltada sobre tudo para dois cultivos com elevada externalização ou mercantilização do processo produtivo: milho e algodão. As características tecnológicas e as relações sociais necessárias à produção de milho e algodão carregam uma elevada dependência em relação ao mercado de insumos e traz várias conseqüências sociais, culturais e ambientais para o assentamento e região”.

Não é menor a importância um componente político-ideológico em todo este período de desenvolvimento do assentamento: difundiu-se entre os assentados os rumores de que o Departamento de Assuntos Fundiários – DAF, hoje, Instituto de Terras do Estado de São Paulo ‘José Gomes da Silva’ – ITESP, estaria exigindo que pelo menos 70% da área de cada lote fosse destinada à agricultura, o que em termos imediatos, tinha nome certo: milho. Uma fase seguinte do assentamento iniciou-se com a extinção das linhas de crédito para investimento e custeio do Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária – PROCERA, em 1999, e sua substituição pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.

Muitas famílias que se valiam do sistema de produção individual/ familiar sentem a necessidade de reorganizá-lo, conciliando formas da produção individual (preparo do solo, plantio, colheita), com o associativismo (nas fases de comercialização da safra e compra de insumos e sementes agrícolas). O levantamento realizado no assentamento demonstra que essas alterações se associam à capacidade de capitalização dos assentados, momento em que conseguem acumular o necessário para a próxima safra, ligando-se a outros fatores: lote definitivo, infra-estrutura (casa, estrada, máquinas, etc) e também interdependem da história de vida do assentado.

“Desde o início do assentamento evidencia-se a predominância do sistema individual ou familiar de organização da produção. Os dados de outubro de 1993 revelam que mais de quinhentas famílias utilizavam o sistema individual; em seguida vem o sistema associativista com aproximadamente setenta famílias, entre essas experiências destaca-se a Associação São Francisco, e por último, o cooperativista com trinta e sete famílias, número reduzido para 17 em 1994 e essa experiência de cooperativa coletiva, a COPAJOTA, já não exerce suas atividades coletivamente desde 1999” (PACCOLA, 1995).

Para equipe técnica que assessorou o Assentamento no período inicial, o desenvolvimento das famílias assentadas depara-se com problemas como capitalização, política de preços agrícolas, investimentos voltados para pequena produção, principalmente para diversificação da produção e a comercialização. Que estão diretamente relacionados com a ação do Estado, uma vez que coube ao Estado a provisão do sistema de créditos, assistência técnica e dos serviços de infra-estrutura

social e produtiva, já para Norder (2004), esses fatores são de grande repercussão em qualquer formação sócio-econômica.

Um dos fatores internos, que influenciou o Assentamento Fazenda Reunidas, que aqui será mencionado, é a organização social dos trabalhadores, segundo Bergamasco e Norder (2003:146-176), “a necessidade de amplo diálogo e transparência do processo organizativo é evidente em qualquer um dos ‘modelos’ de organização implementado no assentamento...” “daí a importância de pesquisas empíricas que apreendam em detalhes a construção cotidiana das relações sociais nas organizações populares” com fins econômicos.

Agora o porquê esse assentamento foi considerado modelo fica explícito nos impactos que essa experiência causou. O primeiro deles foi demográfico; depois geração de trabalho e melhor distribuição de renda, isso tanto interno como externo, fortalecendo primeiramente o setor de prestação de serviços no município; e a percepção do direcionamento e execução das políticas de assentamento, tanto federal quanto estadual. Porém, é preciso definir e esclarecer quais os parâmetros objetivos e subjetivos são suficientes e sustentáveis para apontar um Assentamento como uma experiência modelo.

Segundo o trabalho de Castilhos [et al] (1998), “alguns fatores analisados, apesar de contribuírem para melhorar a qualidade de vida dos assentados, pouco interferem para potencializar os sistemas de produção e, conseqüentemente, aumentar a renda monetária dos assentados”.

Na formação inicial do Assentamento Reunidas não houve nenhum estudo ou plano de desenvolvimento que direcionasse as suas linhas estratégicas, ou seja, não havia um Plano de Desenvolvimento do Assentamento Reunidas que seria a base, referência ou parâmetro para avaliação e monitoramento das ações executadas, tanto interna, do ponto de vista de organização dos trabalhadores, como externamente, relacionando-se às políticas públicas de assentamento. Assim, como saber quais as metas que eram necessárias cumprir ou atingir no período em que o assentamento foi considerado modelo. Até que ponto esse impacto positivo era previsto? E esse impacto

poderia ser maior? Uma das formas de clarear essas questões é analisando o estudo de Castilhos [et al] (1998), “Avaliação da eficácia dos Projetos de Assentamentos II: Determinantes de sucessos e insucesso dos Assentamentos”, aplicado ao Assentamento Reunidas, além da avaliação das próprias famílias assentadas em relação à realidade do Assentamento. Esse trabalho estará voltado para seguintes fatores: crédito rural, quadro natural, infra-estrutura, entorno sócio-econômico, sistema de produção e organização produtiva, assistência técnica, organização política, relações institucionais.

O que pode verificar é que o Assentamento Reunidas foi considerado uma ‘experiência modelo’ devido, entre outros fatores, aos impactos que causou ao município de Promissão, sejam eles sobre a questão do aumento populacional, sejam referentes ao aumento de arrecadação do ICMS, ou à redistribuição fundiária, ou ainda, referentes ao volume de recurso de financiamentos destinados aos assentados para investimentos produtivos e custeios de produção que acabavam circulando basicamente no comércio local, dinamizando a economia do município e da região. Mas, esses fatores são externos ao assentamento e não são estruturais, ou seja, o aumento do ICMS ou o recurso que ficou no comércio local não foi gerado, em sua totalidade, pela renda do assentado como resultado do investimento produtivo realizado, mas sim, também pelos recursos públicos que eram injetados no Assentamento para investimento em infra-estrutura e para compra de insumos, sementes, medicamentos veterinários, matrizes leiteiras, material de construção, máquinas, equipamento e transportes, afinal, eram 629 famílias acessando diversos financiamentos para viabilizar a produção. Assim, os impactos apresentados na formação do Assentamento Reunidas foram visualizados melhor no pequeno município de Promissão e região e com menor intensidade internamente ao Assentamento.

Os parâmetros utilizados pelas literaturas e autores para avaliar o Assentamento Reunidas estavam mais voltados para fatores externos do que para fatores internos vinculados ao desenvolvimento do Assentamento. Por exemplo, é difícil encontrar algum trabalho que avalie o desenvolvimento do Assentamento incluindo análises de

viabilidade econômica dos sistemas produtivos adotados, ou do modelo de organização interna dos assentados, ou da política de financiamento aplicada ao Assentamento Reunidas ao longo de sua trajetória. Para analisar a experiência do Assentamento seria necessário identificar os fatores internos e externos que interferiram e interferem no seu desenvolvimento. Entendendo desenvolvimento do Assentamento como garantia de aumento de renda, geração de trabalho para família assentada e qualidade de vida.

CAPÍTULO III

O QUE MUDOU NA TRAJETÓRIA DO ASSENTAMENTO REUNIDAS?

O terceiro e último capítulo desse trabalho é o resultado do estudo dos diversos trabalhos acadêmicos sobre o Assentamento Reunidas e a análise das entrevistas aplicadas aos dirigentes assentados representantes de nove grupos focais localizados nas agrovilas e de representantes das instituições públicas que atuam no assentamento: Itesp, Incra, Banco do Brasil e Prefeitura Municipal de Promissão.

Alguns trabalhos acadêmicos apresentam fatores que potencializam ou restringem o desenvolvimento de um Assentamento, dentre eles destaca-se o trabalho de Castilhos [et al.] (1998, p. 59), que aponta os seguintes fatores: "acesso ao crédito; a qualidade do quadro natural (solos, relevo e água); a localização do assentamento em regiões com mercados consumidores e/ ou com produção agropecuária dinâmica; a capacidade de organização produtiva dos assentados; e a presença de assistência técnica".

Os autores e trabalhos pesquisados sobre a experiência do Assentamento Reunidas, tais como Bergamasco (2003), Paccola (1995), Norder (2004), Medeiros e Leite (2004), entre outros, apontam que os fatores internos e externos que contribuíram para considerar esse assentamento como modelo ou bem sucedido num determinado período foram: o impacto demográfico no município; o volume de recursos públicos voltados ao município devido aos investimentos de apoio inicial, ou seja, infra estrutura (abertura de estradas, fomento, energia elétrica, poços, escolas e habitação) e ao investimento produtivo destinado ao Assentamento; a articulação e configuração das instituições públicas: financeira, assistência técnica e prefeitura; e a organização dos trabalhadores que existia inicialmente. O que se questiona é o quanto esses fatores eram sustentáveis a longo prazo? Ou melhor, como esses fatores, por si só, poderiam garantir o desenvolvimento do assentamento?

"Um contraponto era que a fazenda era uma fazenda abandonada, então deu uma... se tinha uma fazenda de 17 mil hectares abandonada tinha aí cinco empregados, se põe 600 famílias produzindo, alguns, aquele pessoal que veio do sindicato, que era meeiro com algum pouquinho de capital também, isso deu um impacto, só que ele tava baseado numa atividade, assim, não tinha um investimento, era baseado numa agricultura anual, e de 1993 pra frente e 1994 foi globalizando, foi ficando mais difícil, o crédito, ele acabou,

de 95 pra frente acabou, né? Acho que aí de 94 até agora nós passamos por um período, vamos dizer assim de vacas magras, onde o assentado aquele que conseguiu ficar, tomou duas atitudes ou ele mudou de atividade, partiu mais para pecuária leiteira, pelo menos pra subsistência, pra ele conseguir sobreviver, ou ele arrendou o lote pra sobreviver também, e nesse intervalo a moçada foi saindo né, foi ficando, o assentamento na verdade a população, tivemos aqui no início, 4 mil pessoas, hoje se tiver muito são 3 mil, e assim, ficou uma mão-de-obra mais envelhecida, acho que tecnologicamente a gente não conseguiu evoluir muito” (Cláudio Dadázio, engenheiro agrônomo do Itesp/Promissão).

Pode-se dizer, a partir da análise das entrevistas aplicadas junto aos dirigentes do assentamento, através de grupos focais, e do estudo dos trabalhos acadêmicos, que o desenvolvimento do Assentamento Reunidas concentra-se em quatro pilares, todos fortemente interligados: 1) investimento em infra-estrutura; 2) disponibilidade de crédito de investimento e custeio; 3) organização dos trabalhadores assentados; e 4) mecanismos de comercialização. A forma como esses pilares foram construídos e reconstruídos definem a trajetória desse assentamento.

Na percepção dos assentados entrevistados as unidades familiares de produção, ou seja, o lote, propriamente dito, estavam relativamente distantes do seu maior potencial de produção e renda, dados pelas suas aptidões produtivas, pelas suas potencialidades de mercado e pela organização dos assentados.

“O nosso lote tem condições de produzir mais, só que precisamos ter acesso a novos sistemas de produção, mais baratos, com baixo custo, mas que garanta uma renda livre de uns 4 salários mínimos. Também temos força de trabalho para colocar no lote, que são nossos filhos, os chamados ‘agregados’. Temos terra, temos força de trabalho, mas nos falta dinheiro para investir e conhecimento para saber onde é melhor investir, pra investir direito” (José Carlos, assentado).

Traçando uma linha sobre a trajetória do Assentamento Reunidas verifica-se diversas mudanças estruturais, seja em relação ao processo produtivo, que passou de monocultura para diversificação da produção, e hoje, mais direcionada para pecuária

leiteira, plasticultura¹² e agricultura; ou em relação ao modelo de produção que foi adequado ao nível de investimento tecnológico disponível e enquadrado no grau de endividamento de cada assentado; ou ainda, em relação ao mercado.

“A nossa produção no começo era muito milho e feijão, agora hoje, tem pouca produção de milho, né? Mudou muita coisa, hoje pra gente produzir não basta só ter a terra, tem é que investir pesado na produção e na hora certa, tem que conscientizar o produtor da necessidade de capacitação técnica e conhecer esse negócio de mercado, mas pra isso é preciso muito interesse” (Depoimento de Irene, assentada).

Antes da formação do Assentamento Reunidas, até 1986, predominou a grande propriedade com exploração extensiva, baseada principalmente na pecuária de corte. O entorno sócio-econômico possuía poucas agroindústrias, geralmente restringindo-se a um laticínio e farinheiras. O Assentamento Reunidas e sua produção surgiram como um fator dinâmico e inovador da região, propiciando a geração de produtos característicos da agricultura familiar, principalmente produtos destinados ao abastecimento alimentar, com forte demanda no mercado local. Como a produção do assentamento baseava-se em produtos primários e pela inexistência de agroindústrias dentro do assentamento, as famílias assentadas tenderam a terem limites na ampliação da renda, visto que não existia agregação de valor aos seus produtos.

3.1 Investimento em Infra-estrutura no assentamento

O Assentamento conta com uma rede de mais de 150 km de estradas que viabilizam o transporte da população assentada e o escoamento da produção; tem acesso á água; tem energia elétrica instalada; posto de saúde e escolas. O investimento em infra-estrutura, no assentamento, inicialmente foi direcionado à abertura de estradas.

A instalação de energia elétrica, perfuração de poços, construção de escolas, posto de saúde, recursos para habitação, ficaram basicamente para um segundo momento, ou seja, após o ano de 1994, o que acarretou sérios problemas, por exemplo,

¹² Refere-se a cultivo de legumes e verduras em ambiente fechado, popularmente conhecido como estufa.

parte do recurso liberado aos assentados pelo Procerá Teto II (R\$ 3.000,00 dos R\$ 7.500,00 por família), que seria para investimento produtivo, foi direcionado à instalação da rede de energia elétrica no assentamento, o que também estava relacionado à produção, mas não dava retorno financeiro direto à família, o que mais à frente comprometeria o pagamento efetivo desse financiamento.

“Foi a nossa Cooperativa, a Copar, quem assumiu a administração desse recurso do Procerá Teto II para instalação de energia no assentamento, isso foi um grande problema, até hoje temos como herança desse período um processo tramitando até no Congresso para regularizar a situação dessa dívida. A gente teve que fazer isso, como a gente ia tocar nossa produção e morar no assentamento sem energia elétrica, isso é complicado” (Joaquim Francisco de Brito Jr., atual presidente da Copar)

Quanto à educação, foram construídas, no Assentamento, quatro escolas de Pré-primário e Ensino Básico, uma de Ensino Fundamental e Médio e uma Escola Técnica, o PROJOVEM. Há também um Posto de Saúde, localizado na Agrovila Central e nove agentes de saúde distribuídos no Assentamento vinculados ao Programa Saúde da Família – PSF.

O primeiro recurso destinado à habitação (R\$ 2.500,00 por família assentada) só foi liberado em 1997, quando a maioria das famílias, cerca de 85%, já tinham improvisado com recursos próprios moradias de madeira, lona plástica e uma minoria com casas de alvenaria inacabadas. A assentada, Divina, esclarece que “depois que já tínhamos construído nossa casa na agrovila, com o pouco dinheiro que a gente tinha, chegou o dinheiro da habitação. Mas esse dinheiro foi importante, porque deu para fazer alguns acabamentos que era muito necessário. Chegou tarde, mas, ainda bem que veio”

O investimento em infra-estrutura, que deveria ser o primeiro passo antes de qualquer implementação de projetos produtivos, foi realizado no decorrer da trajetória do Assentamento, principalmente nos primeiros dez anos. Isso implicou nas escolhas das atividades econômicas. Como iniciar o trabalho no assentamento com determinadas as atividades produtivas sem energia elétrica ou sem água? Esse fator influenciou no desenvolvimento do Assentamento, porém não isoladamente. A falta de

uma infra-estrutura consolidada na fase de implementação dos projetos econômicos do Assentamento interferiu diretamente na viabilidade dos mesmos, o exemplo claro desse processo é a destinação de parte do Procera Investimento Teto II para instalação de energia elétrica no Assentamento.

3.2 Acesso ao crédito

Na sua fase inicial, a base econômica do Assentamento Reunidas era composta pela produção de milho, algodão, feijão, soja e em menor quantidade a pecuária leiteira. A formação da renda da família assentada era caracterizada pela produção de monoculturas e o recebimento monetário era de no máximo duas vezes ao ano, exigindo um maior planejamento para despesas e para aplicação dos recursos em investimentos e custeio de produção.

“As culturas anuais: milho, feijão, mandioca e algodão, constituíram o principal foco de atenção na fase inicial do assentamento. Entretanto, alguns produtores iniciaram a pecuária leiteira logo nos primeiros anos (a partir de 1988), apesar dos limites estabelecidos pelos órgãos governamentais, que fixaram, no início do assentamento, um teto de 25% da área (lote), para a pecuária” (Entrevista concedida pelo agrônomo Edson Luiz Pereira, ITESP – GTC-Promissão/SP).

Na implementação dos projetos produtivos no Assentamento Reunidas, período de 1989-93, teve um forte direcionamento para produção de grãos que exigia escala, principalmente a produção de milho, que ocupava cerca de 60% das propriedades, seguidas de algodão, com ocupação de 25%, soja e feijão, e em menor grau a pecuária leiteira. Esse direcionamento foi condicionado pelas linhas de crédito disponíveis, na época do PROCERA, FINSOCIAL E FEAP.

Referente à disponibilidade de crédito, em 1990, tem-se as primeiras safras agrícolas financiadas, ou seja, nesse período inicia-se o acesso ao crédito por parte das famílias assentadas no Assentamento Reunidas. Segundo Norder (2004, p. 106), “o Banco do Brasil financiou em 1990 o custeio de 4.216 hectares, o que correspondia à

metade da área plantada no assentamento; um total de 411 famílias recebeu esse financiamento”.

“A relação dos assentados com o Estado foi marcada por um bloqueio no financiamento de recursos produtivos de longo prazo (créditos de investimento), justamente aqueles capazes de levar à uma recomposição da base de recursos produtivos no interior dos lotes familiares e, desta forma, uma ampliação na absorção de força de trabalho e de geração de renda. Além disso, houve um distanciamento das agências do governo federal, que, ainda assim, continuaram mantendo, formalmente, importantes atribuições políticas, jurídicas e administrativas, com uma precarização das condições de trabalho e dos termos contratuais da equipe de assistência técnica” (NORDER, 2004).

Para liberação desses financiamentos era necessário um projeto técnico que deveria estar vinculado ao projeto produtivo do assentado, isto é, principalmente ao seu planejamento; e este também deveria apresentar-se economicamente viável, ou seja, apresentar um fluxo de caixa que além de se pagar, também remuneraria a família envolvida na atividade escolhida. Isso também envolvia acesso à assistência técnica, seguro para frustrações de safras, capacitação técnica, inclusive com métodos de transferências de tecnologias adequadas à agricultura familiar. Mas de fato, somente a assistência técnica estava assegurada, ainda assim, com mais de 100 famílias para cada engenheiro agrônomo. Então, a efetiva orientação e acompanhamento da produção estavam diretamente vinculados ao método utilizado pela equipe técnica.

“Houve um notável direcionamento do sistema de crédito para a produção de grãos, um processo produtivo marcado por elevada dependência com relação ao uso de insumos agroindustriais e financiamentos governamentais, uma acentuada prescrição técnica e uma ampla fiscalização e controle de agência bancárias e estatais. Por outro lado, os recursos disponibilizados eram sabidamente insuficientes para a realização da produção. A inserção dos assentados nas linhas de créditos disponíveis evidenciava suas primeiras limitações e contradições” (NORDER, 2004, p. 109).



Figura 7 – Pulverização no Plantio de Algodão, 1993.

Dadázio¹³, um dos responsáveis pela assistência técnica no Assentamento Reunidas, em sua entrevista aponta que:

“quando a pessoa vem pro lugar (*pro assentamento*), ela vem mais animada, uma disposição maior, ela tem uma certa ilusão, ganhou aquele pedaço de terra, o momento econômico não era tão globalizado era mais fácil ganhar dinheiro mesmo com uma produtividade menor, quem produzia 150 sacas de milho, 400 arroba de algodão sobrava dinheiro, a mão-de-obra era maior, as famílias eram mais numerosas, o assentamento não era tão velho, a pessoa ainda estava naquele pique, ter esperança de crescer na vida. (Entrevista concedida em Agosto/2006)

Um assentado com cerca de 19,0 hectares era classificado como um agricultor familiar e com o direcionamento das linhas de financiamento estava inserido num cenário produtivo que exigia volume de produção, isto é, escala de produção, tanto para garantir redução de custos, através da aquisição em grande quantidade de insumos

¹³ Engenheiro Agrônomo da equipe do Itesp, órgão responsável pela assistência técnica do Assentamento Reunidas

produtivos e tratos culturais como para garantir melhor colocação no mercado ou maior poder de negociação devido à produção concentrada. O resultado desse direcionamento de projetos produtivos foi o elevado índice de inadimplência. O que evidencia dois problemas: o de produção em escala e o do crédito seletivo e direcionado.

“...Um problema muito sério da inadimplência é que os custeios vinham para uma finalidade sem respeitar o que a pessoa podia realmente utilizar. ‘Vai vim para milho. Ou você pega para milho ou não pega nada’. Era só para aquilo. O crédito já vinha definido para ele. Muita gente falava: ‘se eu não pegar esse dinheiro eu vou viver do que aqui?’ Pegou o dinheiro e uma parte do dinheiro utilizou para alimentação, com certeza correto porque a barriga fala mais alto que qualquer outra coisa... E com parte do dinheiro tentou plantar, até em áreas que não dava nem 50 sacos por alqueire. A pessoa acabou ficando inadimplente” (NORDER, 2004: 246).

Mas, ainda assim, na safra 1993/94, apesar de aumentar o mix de produtos no Assentamento, iniciando um processo de diversificação da produção, a presença das culturas ditas ‘tradicionais’: o milho e o algodão foi predominante. Segundo a entrevista de Dadázio, isso é devido, entre outros fatores, à vocação agrícola dos assentados, à orientação da assistência técnica e os recursos financeiros disponíveis. A Tabela 1 explicita a permanência da produção de grãos entre as atividades mais importantes.

Tabela 2 – Assentamento Reunidas - Dados da Safra 1993/94.

Culturas	Total plantado (hectares)	Área financiada	Área com investimento de recursos próprios
Milho	4.227,21	1.926,96	2.300,25
Algodão	1.985,78	1.176,89	808,89
Arroz	865,53	78,65	786,88
Soja	30,44	30,44	0
Amendoim	2,42	2,42	0
Mandioca	61,70	0	61,70
Quiabo	50,00	0	50,00
Amora	20,00	0	20,00
Mamona	8,63	0	8,63
Milho Pipoca	7,26	0	7,26
Fumo	2,42	0	2,42
Gergelim	1,20	0	1,20
Adubação Verde	50,00	0	50,00
TOTAL	7.312,59	3.215,36	4.097,23

Fonte: Departamento de Assuntos Fundiários, 1993 (In: Paccola, 1995:144)

A produção do Assentamento Reunidas, em 1993/94, foi bem sucedida em quantidade e qualidade, porém era uma produção dispersa, a maioria dos assentados estavam cada um produzindo no seu lote, não havia organização produtiva por parte dos assentados para garantir volume de produção que contribuísse no processo de negociação do preço dos produtos para resultar em aumento de renda. Aqui cabe destacar a experiência da Copajota, mas eram apenas 46 famílias associadas a essa organização e no assentamento tinha um total de 629 famílias. Então, além destacar a falta de uma política de financiamento também revelam-se outros dois pontos centrais: a organização dos assentados e a comercialização.

Para o assentado João Francisco de Carvalho, “nós assentados produzimos e produzimos bastante, só não planejamos essa produção para conseguir preços melhores e com baixo custo... Um outro problema é o armazenamento da produção para vender num período de preços melhores, ainda temos problema de organização interna, muitas experiências negativas de trabalho conjunto... Sabemos produzir e precisamos avançar no conhecimento e conseguir aumentar nossa renda” (entrevista concedida em Set/2006).



Figura 8 – Plantio de Arroz, 1992.

Para Norder (2004, p. 115),

“uma fase seguinte iniciou-se com a extinção das linhas de crédito para investimento e custeio do Procera, em 1999, e sua substituição pelo Pronaf. Em 1999, os assentados puderam receber um crédito complementar de investimento de R\$ 2.000,00 através do Pronaf. A partir do ano seguinte já não houve financiamento de custeio da produção: foi a primeira vez que não veio nada, constatava o gerente da agência do Banco do Brasil. O reduzido grupo de aproximadamente 30 famílias chegou a receber crédito de custeio através de outro banco do governo estadual, a Nossa Caixa Nosso Banco.”

Essa reorientação da política de crédito, no final de década de 1990 também afetou o desenvolvimento do Assentamento Reunidas, tendo em vista a situação que se configurava de endividamento e inadimplência. Dados do ITESP, referentes somente aos financiamentos estaduais, operados pela Nossa Caixa Nosso Banco, mostram que em 2003, cerca de 114 assentados já deviam um valor aproximado de R\$ 184.620,11, esses recursos foram direcionados para correção intensiva do solo, aquisição de matrizes leiteiras, formação e recuperação de pastagens, aquisição de equipamentos de irrigação e aquisição de máquinas e implementos.

As novas condições e regras para acesso a política de crédito vinculado ao Pronaf, se restringia a um grupo reduzido de produtores assentados, cerca de 20% do assentamento, tanto pelas exigências de garantias e avalistas¹⁴, valores totais, como pela forma e prazos de pagamento.

“Como não tinha mais o acesso aos financiamentos surgiam saídas imediatista, como o arrendamento de parte do lote para vizinhos e terceiros, seja para plantio de milho, ou pastagem, tudo isso para garantir um renda para sustento da família... A discussão sobre o arrendamento para cana também surge ao mesmo tempo... Se não temos crédito, temos que pensar saídas para pagar nossas despesas, o que sobra é isso mesmo, arrendamento e cana, mas também é um grande problema” (entrevista concedida pelo assentado Antonio Batista Bustos).

¹⁴ Ver o enquadramento nas linhas de financiamento do PRONAF no Plano Safra 2005/06, no site: www.mda.gov.br

No período de 1999 a 2003, se verificou que os assentados tiveram restrições políticas e técnicas para acesso os créditos. Restrições políticas devido ao direcionamento para o Pronaf, qualificando-os como agricultores familiares; e restrições técnicas devido à situação de inadimplência dos assentados. Nos faltam dados totais sobre o grau de endividamento dos assentados, com informações de créditos federais e estaduais, mas os depoimentos dos assentados evidenciam que grande parte estavam em situação de inadimplência, até o ano de 2004, aproximadamente 60% dos assentados titulares de lote no Assentamento Reunidas tinham restrições bancárias e financeiras em seus nomes.

Em 2004, com o Programa de Compra Antecipada da CONAB e MDA, cinquenta e cinco assentados tiveram acesso a outras fontes de recursos, foram liberados R\$ 2.500,00 por família para o plantio de milho, feijão, arroz e mandioca. Depois do ano 1999, esse recurso foi o primeiro que essas famílias puderam acessar, pois esse processo não tinha o impedimento da inadimplência. Mas novamente, o recurso direcionava a linha de produção do assentamento. As outras famílias assentadas no Assentamento Reunidas não acessaram esse programa porque o requisito básico para se enquadrarem no perfil do beneficiário era estarem organizados em grupos de cinco famílias.

“O Assentamento é movido com recursos públicos, quando tem uma injeção de financiamentos públicos parece que se vê desenvolvimento, o número de assentados descapitalizados é grande. Por isso, o financiamento cumpre um papel fundamental e dinamizador do processo produtivo do assentamento, sem contar que esse recurso circula aqui no município, aumentando o número de estabelecimentos comerciais... O aumento das lojas agropecuárias foi muito grande, e só havia um supermercado “Casas Moreira”, agora temos quatro grandes redes de supermercados, o Assentamento Reunidas têm muita influência nessa mudança” (Geraldo Oliveira)¹⁵.

No ano de 2005, esse cenário mudou, a nova gerência do Banco do Brasil iniciou um trabalho voltado para desenvolvimento do assentamento, ou seja, essa Instituição junto com INCRA, ITESP e a Prefeitura Municipal de Promissão passaram a entender

¹⁵ Geraldo Oliveira é filho de assentado e funcionário do convênio INCRA/FEPAP, trabalha na área de cooperação e comercialização na região de Promissão.

que o desenvolvimento das famílias assentadas contribuiria para o desenvolvimento local e regional. Essa ação do Banco do Brasil resultou na retomada do processo de renegociação, individualização das dívidas do PROCERA e liberação de novas linhas de crédito do PRONAF. Isso foi possível devido a aprovação da Lei nº 11.420/06, que estabelece a repactuação, o alongamento e a individualização de operações de crédito rural do PROCERA e do PRONAF que tenham sido protocoladas ou apresentadas formalmente aos agentes financeiros até 31 de maio de 2004.

“Eu vejo a Reunidas como um Assentamento que já deu certo. Em 2005, foram liberados um volume total de R\$ 2.674.560,00 de recursos para investimento das linhas do PRONAF C, D, Florestal, Reestruturação, Jovem e Custeios. Já em 2006, o montante desses recursos foi de R\$ 6.990.137,00, praticamente triplicou o volume de crédito liberado. A nossa ação foi de reinserir o assentado no meio bancário e conseqüentemente no mercado, já que os projetos produtivos foram direcionados para compra de gado leiteiro, insumos para produção, aquisição e construção de estufas, plantio de eucalipto e seringueira e compra de maquinários e implementos” (Amarildo, Gerente do Banco do Brasil de Promissão).

A política de financiamento direcionada ao assentamento é um dos fatores de maior relevância. Os créditos são muito importantes no desenvolvimento do assentamento e têm um papel dinamizador no processo produtivo e econômico do assentamento.

3.3 Organização dos trabalhadores assentados

Quanto se refere ao fator organização interna dos assentados, entre as primeiras experiências de organização dos produtores assentados, destacam-se os grupos de tratores. Essa organização inicial foi resultado da liberação do crédito de investimento no final da década de 1980, mais de 400 famílias tiveram acesso a esse financiamento para aquisição de tratores e implementos que foram distribuídos entre os grupos de 10 famílias em todo o assentamento, daí o nome: grupo de tratores. Essa experiência de trabalho em grupo durou no máximo duas safras, os grupos foram desarticulados,

desde então, há uma forte predominância do trabalho familiar individual. O que se percebe é que existe um problema cultural em relação às organizações. Há predominância da propriedade individual e uma cultura do assentado ser seu próprio patrão, para os assentados a formação de uma organização implica na perda da liberdade de produzir e de crescer com a sua família.

“Eu vim pra terra pra trabalhar com a minha família, nós é que definimos a hora de ir pra roça, o que plantar e em que gastar... Eu sei que me esforço pra conseguir uma boa produção, agora se estiver numa organização, quem me garante que todos vão trabalhar bem, que todos vão dar o melhor de cada um” (Ronaldo Pacheco, assentado)

Para João F. Carvalho, assentado na Agrovila de Campinas, o outro grande problema das organizações dos assentados é a falta de conhecimento gerencial, “nós somos bons produtores, mas administrar é difícil. Porém, precisamos avançar na cadeia produtiva, nossos produtos precisam ser mais valorizados e uma saída seria a organização”.

Existe uma grande dificuldade por parte dos assentados para aderirem a projetos coletivos ou a algum tipo de organização, seja para vender e comprar em conjunto, ou para prestação de serviços de tratos culturais, ou para implantar o processo produtivo como um todo. Os motivos que parecem justificar esse fenômeno é a cultura predominante de produtor familiar; a falta de credibilidade do modelo organizacional proposto aos assentados, baseados na experiência do Sul do país; a falta de capacitação técnica e gerencial; a ausência de recursos financeiros para manter profissionais capacitados para administrar as organizações; a falta de transparência na administração; ausência de clareza e firmeza dos objetivos comum que garantem a organicidade¹⁶ da organização; e também a contradição entre os objetivos políticos e econômicos.

¹⁶ Está relacionada ao método de organização interna para distribuição e articulação dos cargos, funções e atribuições entre os associados, voltados para direção coletiva, mas principalmente relacionada ao método para tomadas de decisões e definições estratégicas (MST, 2003).

Quadro 5 – Situação das organizações existentes no Assentamento Reunidas

Nome	Ano de Fundação	Situação operacional	No. Sócios	Objetivos	Principal problema
Cooperativa de Produção Agropecuária Padre Josimo Tavares	1992	INATIVA	36	Produção, prestação de serviços e comercialização	Organização interna e grau de endividamento
Associação Pequenos Produtores Agrovila Cintra	1995	Em operação a partir de 2004 ATIVA	16	Comercialização: Pimentão, quiabo, pepino, abobora	Escoamento produção no mercado
Associação Peq. Produtores Agrovila S. Pedro	1995	INATIVA	18	Comercialização	-x-x-x-x-x-x
Associação Peq Produtores S. Fco Assis	1992	Em operação ATIVA	32	Prestação de serviços – máquinas	Organização interna
Cooperativa Comercialização de Promissão – Coap	1996	INATIVA	-x-x-x-	-x-x-x-x	-x-x-x-x-x-x
Cooperativa Produtores do projeto Agrário Reunidas Coopar	1993	Em operação ATIVA	36	Compras e Vendas em Comum	Ampliar número associados
Associação Costureiras Flor de Maio	1999	INATIVA	4 sócias	Corte e costura e confecção	-x-x-x-x-x-x-
Agroindústria Agrovila Penápolis	2003	Ativa	4 sócios	Processamento	Escoamento produção: distribuição e recebimento

Fonte: Panzutti, R. – INCRA – SR 08/SP, 2004.

A experiência da Cooperativa de Produção Agropecuária Padre Josimo Tavares – COPAJOTA foi a que mais contribuiu para desenvolvimento das organizações dos trabalhadores no Assentamento Reunidas, a partir dela surgiram mais quatro organizações. A COPAJOTA representou diversos avanços para seu período, 1992 a 1998, porém também foi a experiência que apresentou graves problemas de organização interna, gerenciamento e político. O modelo de organização interna era baseado nas experiências do Sul do país, principalmente Rio Grande do Sul. A distribuição das sobras era através das horas trabalhadas e não pelo aporte de capital, ou seja, o trabalho prevalecia sobre o capital. Em 1994, essa forma foi fortemente questionada por parte dos associados, pois esses queriam que a distribuição das sobras fosse por titularidade do lote¹⁷, ou seja, dividido em parte iguais por família e não pelas horas trabalhadas pelos sócios, resultando na saída de 17 famílias e mais de 30 sócios, foi o primeiro ‘racha’ da cooperativa. Após esse processo, ficaram 16 famílias com 36 sócios, houve uma reorientação dos investimentos e das atividades produtivas, concentrando-se em Plasticultura (produção de legumes e verduras em ambiente fechado – estufas) e na Pecuária Leiteira.

Em 1995, a COPAJOTA tinha 15 estufas cultivando alface, tomate, pimentão colorido, pepino e vagem, com uma produção semanal de mais de 150 caixas; já na pecuária leiteira, eram 90 cabeças com a produção diária 400 litros de leite. O adiantamento das sobras era mensal e o valor por família girava em torno de dois salários mínimos (R\$ 200,00), isso sem contabilizar a produção para auto-consumo. Os novos investimentos tinham como única fonte de recursos os financiamentos do PROCERA e FEAP. Isso se refletiu em 1998, com um alto grau de endividamento. A cooperativa já não conseguia continuar com suas atividades produtivas, acumulava-se as parcelas dos financiamentos, os empréstimos e compras realizadas no comércio. No ano de 1999 a cooperativa paralisa todas suas atividades. Só em 2004, retomou-se novamente o processo de individualização e renegociação das dívidas do PROCERA, FEAP e Finsocial para regularizar a situação de inadimplência dos seus associados.

¹⁷ Referente ao assentado beneficiário titular do lote.

Essa experiência de organização tem uma contribuição de extrema importância, tanto nas discussões sobre as diversas formas de organização dos trabalhadores, modelo de produção, planejamento e gerenciamento, formas de distribuição das sobras, quanto em relação ao seu papel do no desenvolvimento do assentamento.

O caso da COPAJOTA é um exemplo quando se faz uma reflexão sobre às questões referentes à cultura, gerenciamento, definição de objetivos comuns e da contradição em relação aos objetivos políticos e econômicos.

No levantamento feito por Panzutti (2005), constata-se que as

“Associações S. Pedro, Cintra e S. Francisco e Coopar estão em atividades. Os problemas enfrentados podem ser solucionados através da intercooperação, ou seja, migrando os associados da Cintra, S. Pedro e S. Francisco para a Coopar para serem beneficiados na compras em comum. Esta migração não significará a liquidação dessas associações na medida em que os objetivos de cada uma delas não se conflitam. Com isso poderá a Cooperativa ter maior poder de barganha nas compras em comum, inclusive poderá incluir nas suas compras produtos de primeira necessidade”.

A Associação das costureiras, Flor de Maio, que se trata de uma organização que busca alternativas de aumento de renda para os agricultores (assentados), tinha como desafio superar o problema de mão de obra não especializada, dificultando o atendimento das demandas para produção de peças. Nesse sentido, a alternativa seria manter nas suas instalações um curso de corte e costura juntamente com a produção para o mercado.

A Agroindústria Eunice de Aquino Fezoni ME, enfrenta o problema de escoamento da produção, distribuição e também não está tendo capacidade de recebimento dos produtos para processamento, embora tenham capacidade de processamento. Na verdade os produtores da região, os assentados, não têm segurança que a agroindústria irá adquirir seus produtos por um período de tempo determinado, por isso ou não cultivam ou quando o fazem, o manuseio não é adequado, resultando num produto de má qualidade para processamento. Todas as soluções encontradas no Assentamento Reunidas têm como ponto em comum

a busca de revitalizar as atividades associativas e cooperativadas e reativar/reestruturar as cooperativas existentes.

Panzutti (2005), aponta dois pontos centrais para o desenvolvimento das organizações no Assentamento Reunidas. A) Revitalização das associações e cooperativas com intuito de ministrar curso de formação em associativismo e cooperativismo retomando a idéia da cooperação e avaliar as experiências anteriores; B) Iniciar um processo de discussão sobre agroindustrialização cooperativa e suas vantagens, na medida em que foram apontadas soluções para o leite; farinha de mandioca; processamento de frutas e legumes. Para resolver a questão da agregação de valor dos produtos do assentamento seria necessário: organização interna do assentamento que possibilite a formação de uma agroindústria dentro do assentamento; que a região seja beneficiada com a produção vários outros assentamentos que possibilitem a formação de agroindústrias, advindas da articulação destes assentamentos; que os assentados se articulem com produtores familiares da região, propiciando a formação de agroindústrias. Finalmente para que as atividades associativistas façam parte do cotidiano do assentamento se faz necessário envolver e capacitar os jovens para assumirem e criarem associações que não estejam necessariamente ligadas à produção, mas que norteiam a organização da Agrovila no aspecto de espaço cultural e de convivência.

Essa proposta ainda não foi implementada no Assentamento Reunidas, atualmente esse processo está em fase de discussão e articulação. Um exemplo disso é a proposta da formação da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Legumes, Frutas e Verduras.

O fator organização interna dos trabalhadores assentados juntamente com o fator de acesso ao crédito ou política de financiamento para o Assentamento Reunidas é os pontos centrais no processo de formação e consolidação do assentamento.

3.4 Comercialização

“Vimos que as interações sociais e políticas entre assentados, agências estatais, movimentos sociais e organizações locais repercutem na constituição de determinados processos de produção e comercialização e, por conseqüência, nos níveis de emprego e renda, na dinâmica de sucessão familiar e nos fluxos migratórios” (NORDER, 2004, p. 273).

O fator comercialização¹⁸ interfere diretamente na melhoria da renda das famílias assentadas. Desde o início do assentamento esse ponto se apresentava como gargalo para o desenvolvimento do assentamento. Pois, desde o início do Assentamento Reunidas, acesso máximo ao mercado para os assentados, como produtores de matéria-prima e de produtos que compõem a cesta-básica da população regional, foi via intermediários (compradores que circulam dentro do assentamento negociando e revendendo a produção). O papel dos agentes considerados como intermediários, apesar de não contribuir para melhoria de renda do assentado, cumpre um papel importante no escoamento da produção, porque garantem a estrutura e estratégia de comercialização, esse conhecimento e experiência ainda não estão sob a responsabilidade dos assentados.

Diante disso, é importante destacar que se o desenvolvimento do assentamento não estiver calcado em premissas que considerem, inclusive, a organização interna dos assentados e a política de financiamento como os fatores mais importantes, o resultado do seu desenvolvimento será mais uma vez apropriado por agentes externo ao Assentamento Reunidas, tais como: intermediários, prestadores de serviço e comércio local. Assim como na formação do Assentamento, quando se referiam ao assentamento como ‘uma experiência modelo’, entre outros fatores, pelo impacto populacional e pelo aumento de arrecadação do ICMS do município de Promissão.

¹⁸ “Entende-se por comercialização não apenas o ato de vender determinado produto, a venda é apenas um dos passos da comercialização. Esse processo envolve: planejamento (análise do ambiente interno, análise do mercado fornecedor, análise do mercado concorrente, estudo do mercado consumidor, análise das oportunidades); mix de marketing (produto, preço, praça, promoção); e por fim a venda (abordagem, pesquisa, suporte e fechamento)” (FRARE, et al., 2001).

Houve algumas experiências isoladas de vendas em feiras livres de Promissão, Lins e Penápolis – cidades vizinhas, mas foram experiências pontuais que não alavancaram o processo de comercialização.

O principal responsável pela comercialização no assentamento, desde o princípio é a figura do intermediário, que tem o trabalho de negociar com cada assentado produtor individualmente. Pela realização desse trabalho o assentado pagava em média 40% do valor da produção ao intermediário, tudo isso somado à queda dos preços dos produtos agrícolas, no período de 1997/98, resultou numa desvalorização da produção, culminando num processo de inadimplência de grande parte das famílias assentadas, pelo menos 60% dos produtores que vinculados às atividades agrícolas com culturas anuais: milho, soja, algodão e feijão. Nesse mesmo período iniciavam-se os pagamentos das primeiras parcelas dos créditos de PROCERA, FEAP e FINSOCIAL. O cenário que se consolidou questionava efetivamente a viabilidade econômica dos projetos produtivos das famílias assentadas, tanto por causa do alto custo de produção, quanto pelo problema dos preços dos produtos. Esse processo levou os assentados a reavaliar o modelo de produção adotado, que estava voltado para atividades monocultoras, pois isso, representava grandes investimentos em insumos externos (fertilização, sementes, tratamentos culturais, etc.) o que resultava em custo de produção elevado e com tendências de quedas de preços constantes. Segundo Dadázio, “em 2002 o custo de produção da saca de milho de 60kg era de R\$ 12,00 e o preço de mercado estava em torno de R\$ 14,50 com tendência a cair”.

Entre outros fatores, o quadro natural do assentamento: clima, solo, disponibilidade de água, a frequência das chuvas e relevo favoreceu a permanência das atuais linhas de produção como principais e esse fator é pré-condicionante ao desenvolvimento do assentamento, pois interfere, em conjunto com padrões tecnológicos, diretamente na produtividade das atividades econômicas e conseqüentemente na renda da família assentada. No assentamento existem áreas de terras com baixa fertilidade, essa faixa de terra atinge cerca de 15% das famílias assentadas, esse fator afeta principalmente a produção de culturas anuais, como milho, feijão e soja, mas não interfere

substancialmente na produção de legumes e verduras em ambiente fechado. Por exemplo, o custo de produção de uma estufa num lote com terra boa se equipara ao custo de um estufa num lote de terra fraca. Para essas áreas de terra fraca investem-se em outras atividades produtiva, tais como a pecuária leiteira, a sericicultura (bicho-da-seda), em áreas com fácil acesso à água tem-se a piscicultura, entre outras atividades. Aqui se destaca a importância da diversificação da produção.

“Ainda temos muito para aprender na produção e na qualidade do nosso produto, mas vender é ainda mais difícil, precisamos de algum acompanhamento de gente experiente e capacitada nesse negócio de venda, mercado e negociação de preço da nossa produção... A gente pode até ganhar quando produz bastante, mas não podemos depender só disso, a gente precisa se especializar e crescer na produção e na comercialização desses nossos produtos... Olha só, no assentamento a gente produz mais de 25 mil litros de leite por dia e um ou outro consegue um preço melhorzinho, mas a maioria vende sozinho para o laticínio pelo menor preço, claro que falta organização, mas falta mais ainda é conhecer esse negócio de venda” (José Aparecido de Souza, assentado na Agrovila José Bonifácio – Reunidas).

No ano de 2000, houve uma iniciativa de comercialização organizada no assentamento. Tinha uma estrutura física, um barracão cedido pelo INCRA; havia disponibilidade de 3 pessoas para trabalhar diretamente no barracão, através da liberação de um projeto da War on Want da Inglaterra e da Cooperativa Central do Estado de São Paulo – CCA/SP; havia também a produção no assentamento. Mas, essa experiência durou cerca de 18 meses apenas, aqui no assentamento, alguns dos problemas apontados foram: falta de adesão ao projeto por parte dos assentados, problemas de confiabilidade no projeto, gerando um reduzido volume de produtos, o que inviabilizava a negociação por preços melhores; a capacidade de gerenciamento, não tinha um planejamento de produção e nem experiência em vendas; havia alta margem de risco, houve alguns ‘calotes’ de

compradores/clientes e isso resultou num sério problema de fluxo de caixa. Esses entraves também contribuíram para avaliação e formulação de novas propostas, pois os gargalos ficaram mais evidentes. Os problemas que surgiram na administração do Entrepósito da Reforma Agrária poderiam ser minimizados com o organização dos trabalhadores assentados, principalmente os problemas relacionados ao volume e planejamento de produção, assistência técnica e capacitação.



Figura 9 – Entrepósito da Reforma Agrária, 2000.

3.5 Dados das principais linhas de produção do Assentamento Reunidas

Com base no levantamento de campo realizado pela autora, no período de Agosto a Outubro/2006, identificou-se que as atividades econômicas do Assentamento Reunidas estão concentradas principalmente em duas linhas de produção: a olericultura, ou seja, produção de legumes e verduras em ambiente fechado e a pecuária leiteira, com produção de leite 'in natura'. Das 629 famílias assentadas, cerca de 400 estão inseridas nessas duas atividades, ou seja, 63% da população assentada, ocupando cerca de 70% da área agrícola e pecuária do Assentamento. Alguns fatores contribuem para permanência dessas atividades, a plasticultura e a pecuária leiteira garantem uma remuneração regular e periódica; a força de trabalho envolvida na produção é da própria família; após 1995, passou a existir disponibilidade de linhas de financiamentos federal e estadual, entre eles, o PROCERA, depois o PRONAF e o FEAP, além do grande esforço, por parte dos assentados e das instituições para regularização da situação de inadimplência das

famílias assentada para garantir o desenvolvimento dessas atividades; e tem-se que considerar que há uma infra-estrutura de escoamento dessa produção extremamente favorável, tais como, estradas, transportes, mercados local e regional.



Figura 10- Olericultura: produção de legumes e verduras em ambiente fechado, 1998.

A decisão sobre as escolhas das atuais atividades de olericultura e de pecuária leiteira, como principais, surgiu também como alternativa e garantia de uma renda mensal, devido aos desgastes financeiros em relação às atividades convencionais: milho, algodão e feijão. Além disso, era preciso otimizar da força de trabalho disponível no lote, pois o sistema de produção adotado, a mecanização, liberava força de trabalho, mas sem outras alternativas de produção, atingindo diretamente aos jovens, que ficavam sem alternativas para projetos produtivos.

O entorno do Assentamento Reunidas possui uma boa condição de acesso, através da rodovia transbrasiliana BR 153, além de ter grande proximidade com municípios relevantes e mercados locais, regionais, num raio de 120 km, tem os

municípios de Lins, Marília, Bauru, São José do Rio Preto, Penápolis, Birigui e Araçatuba, entre outros, sendo que nas cidades de Lins, Penápolis e Birigui têm-se uma média de 80 mil habitantes e Bauru e S. José do Rio Preto têm mais de 300 mil habitantes. Esse entorno sócio-econômico contribui para o avanço da comercialização e conseqüentemente para o desenvolvimento do Assentamento, pois garante um estrutura para abastecimento de insumos e serviços e escoamento da produção. Mas ainda assim, a comercialização do assentamento concentra-se basicamente na produção leiteira, legumes e verduras.

Apesar das diversidades das duas atividades produtivas em questão, ambas têm fatores em comum, tais como: aptidão do assentado, qualificação técnica e processos de transição tecnológica. Por exemplo, a atividade de pecuária leiteira, o sistema de produção vem incorporando uma infra-estrutura altamente tecnificada, desde a utilização de ordenhas mecânicas até aquisição de tanques de resfriamento ou tanques de expansão, onde fica armazenada a produção de leite diariamente. Enquanto que a plasticultura, como é um ambiente fechado, exige sistemas de irrigação, plantio e tratos culturais específicos e colheita planejada.

3.5.1 A Olericultura¹⁹

Atualmente, das 637 famílias assentadas no Assentamento Reunidas, 103 famílias têm como atividade produtiva a olericultura, ou seja, produção em estufas. Essa atividade surgiu como alternativa às crises de produção no assentamento, no período entre 1994/96, principalmente as crises produção do milho, feijão, algodão e soja.

A primeira experiência de produção em estufa no assentamento é de 1994, há cerca de 12 anos, e hoje, tem-se um total de 217 estufas, sendo que cada estufa tem uma área de produção que varia entre 288m² e 500m² o investimento médio para construção de 1 estufa é de R\$ 4.500,00. A grande maioria, 60% dos

¹⁹ Produção de legumes e verduras, no caso desse Assentamento, produção em ambiente fechado, conhecido mais popularmente por produção em estufas.

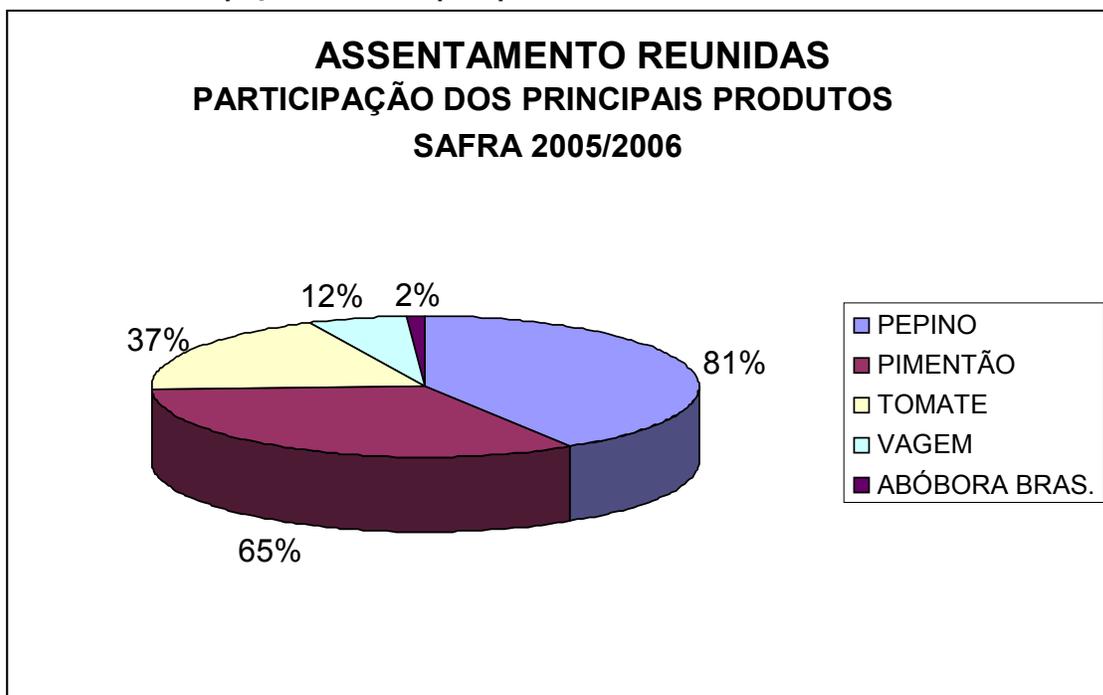
produtores, tem no mínimo 3 anos de experiência na atividade e seu conhecimento técnico foi adquirido pela troca de experiência e a prática de produção, grande parte por tentativas com método de 'acertos x erros'.

Figura 11 – Olericultura: produção de tomate e pepino japonês, 2000.



A comercialização dos produtos (pepino, pimentão, tomate, vagem) é realizada, em 95% dos casos via intermediários (ou atravessadores) que vai, principalmente, para a Ceasa de São José do Rio Preto e para mercados da cidade de Lins, Penápolis e Promissão. Da produção total em estufa, 75% dos produtores trabalham com o pepino japonês e 60% com o pimentão verde e vermelho, já 37% dos assentados produzem tomate tipo Débora ou Carmem, entre outras variedades. Apesar de ser produção primária esse modelo de produção tem maior valor agregado, pois se consegue garantir produção o ano todo e, principalmente, consegue-se produzir em período de melhores preços devido à escassez desses produtos, por exemplo, uma caixa de tomate com 22 kg, pode variar entre R\$ 10,00 e R\$ 60,00, dependendo do período de produção

Gráfico 4 – Participação dos Principais produtos na safra 2005/2006.



Fonte: elaborado pela autora, com base no levantamento de campo realizado pela autora (Apêndice 2), 2006.

A outra forma de agregar valor é através da classificação dos produtos, atualmente é feita segundo a orientação dos compradores intermediários, não segue nenhuma norma ou padronização. A embalagem para colocação dos produtos também é emprestada pelo intermediário, assim, os intermediários, diante da Ceasa é visto como produtores e esse valor agregado ao produto, devido à classificação e embalagem, é repassado ao intermediário. É necessário uma mudança para que o assentado se aproprie desse valor agregado, mas isso implica em planejamento de produção, organização e mecanismos de comercialização onde os assentados são inseridos no processo e associados à cadeia produtiva.



Figura 12 – Curso de capacitação de classificação, embalagem e rotulagem de produtos

O volume de produção do assentamento é considerável e requer uma organização para garantir uma política de comercialização que vise a melhoria de renda das famílias assentadas envolvidas nessa atividade produtiva e garantia de trabalho. Outro dado que o levantamento de campo realizado aponta é que na safra 2005/06, 83 produtores produziram e venderam 22.496 caixas de pepino, com 22 kg cada, ou seja, 494.912 kg de pepino japonês. Embora, a produção de pepino japonês tenha o maior número de produtores e de estufas, a produção de pimentão verde e vermelho teve o maior volume, na safra 2005/2006 foram vendidas 35.970 caixas.

Conforme entrevista aplicadas aos dirigentes assentados, a assistência técnica é um problema constante apresentado pelos produtores o que exige muita dedicação e qualificação por parte do assentado, esse processo seleciona o grupo de assentados que conseguem se tornar um olericultor profissional e investir em no mínimo 1.800 m², equivalente a quatro estufas de 450 m² cada, ou seja, R\$ 18.000,00, que pode garantir, para uma família com 4 pessoas como força de

trabalho, uma renda líquida mensal de R\$ 1.200,00, segundo dados das entrevistas e levantamento de campo realizado entre Agosto e Outubro/2006.

Tabela 3. Volume de Produção Olerícola – Safra 2005/2006

produtos	quantidade em caixas
PEPINO	22.496
PIMENTÃO	35.970
TOMATE	12.050
VAGEM	1.125
ABÓBORA BRAS.	300

Fonte: elaborado pela autora, levantamento de campo, 2006.



Figura 13- Produção de abóbora

O resultado desse levantamento evidencia a necessidade de organizar os assentados e a comercialização, sendo que também é uma demanda antiga do Assentamento Reunidas, conforme o Plano de Rendas no Anexo II. Assim, a proposta do INCRA e CEAGESP referente ao Projeto Barracão Ceagesp do Produtor apresenta-se como uma das alternativas para essa atividade econômica.

3.5.2 A PECUÁRIA LEITEIRA

Quando nos referimos à pecuária leiteira, 315 famílias assentadas a tinham como atividade econômica, produzindo em 2006, uma média total de 26.650 litros de leite diariamente, ou seja, 9.700.600 litros por ano, os dados aqui apresentados têm como fonte o levantamento de produção e entrevistas conforme Apêndices 1 e 2. O rebanho era composto de um total de 13.633 cabeças, sendo 8.610 vacas leiteiras. Essa produção foi destinada a 4 laticínios, sendo eles: Promileite e Promilat do município de Promissão, Campesina do município de Penápolis e Milkline do município de Lins, todos localizados num raio de 45 km, no máximo.



Figura 14 – Produção Leiteira.

“Antes de iniciar a produção leiteira no Assentamento Reunidas só havia um laticínio atuando no município, hoje tem quatro, mas com evidência de aumentar esse número, pois a empresa Líder já está procurando interessados na instalação de tanques de expansão e a empresa Nestlé está rondando essa grande produção concentrada do Assentamento”. (José Renato)²⁰

Além do investimento do rebanho, alimentação e manejo tinha o problema de investimento em infra-estruturas: cercas, currais, trituradores, ordenhas e

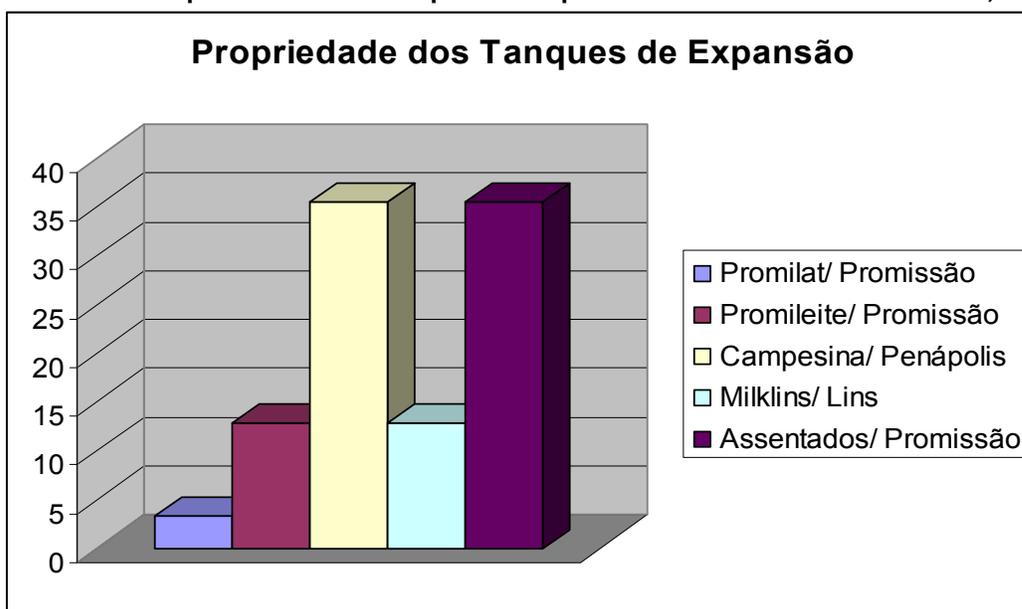
²⁰ Engenheiro Agrônomo responsável pela Casa da Agricultura do Município de Promissão.

tanques de expansão, onde é armazenado a produção de leite para venda aos laticínios.

O valor para investimento num tanque de expansão, em setembro de 2006, era equivalente a R\$ 19.500,00 para uma capacidade de 2.000 litros/ dia, devido ao valor de investimento em um equipamento ser elevado, grande parte dos tanques de expansão instalados no assentamento eram dos próprios laticínios, ou seja, 64,5%, sendo apenas 35,5% dos assentados, isso revela a falta de capital para investimento produtivo do assentado. O fato da maioria dos assentados não serem proprietários dos tanques implicou na perda da autonomia quando refere-se à negociação de preços da produção. Ou seja, esses produtores que utilizavam os tanques de expansão dos laticínios se submetiam às decisões dos próprios laticínios não tinham como melhorarem suas rendas a partir da produção leiteira.

“Se é para a gente garantir um pouco mais de dinheiro no final do mês a gente até se dispõe a se organizar pra enfrentar esse negócio de comercialização, porque o que vai garantir um preço melhor não é só ter o tanque de expansão, mais sim, ter leite em grande quantidade e ter qualidade. Se a gente chegar lá pra negociar o preço de 100 litros de leite por dia, o dono do laticínio nem recebe a gente” (Quinca, assentado e produtor de leite).

Gráfico 5 – Propriedades dos Tanques de Expansão - Assentamento Reunidas, 2006.

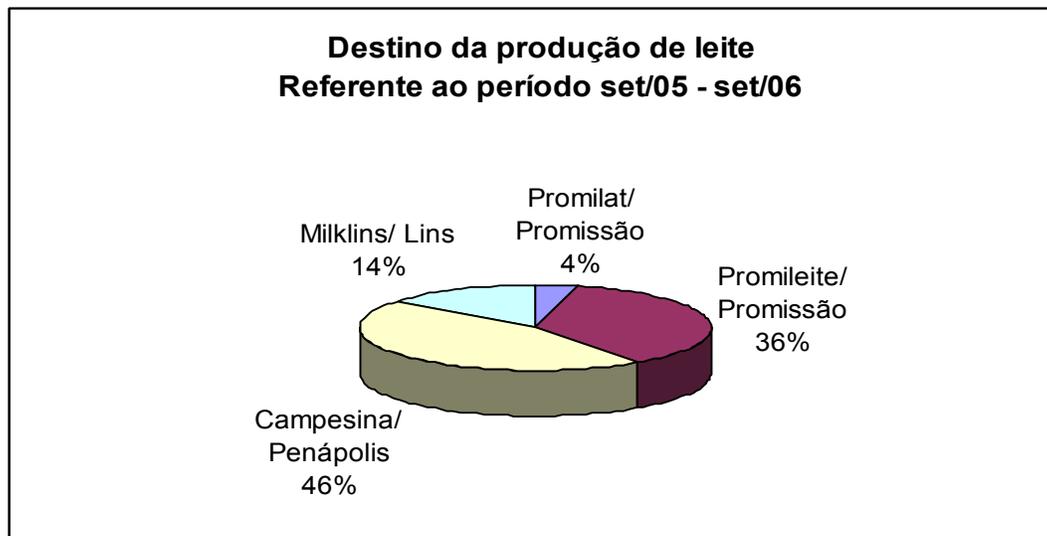


Fonte: elaborado pela autora, conforme levantamento de campo, 2006.

A empresa Campesina é a proprietária do maior número de tanques de expansão entre os laticínios e também concentra a compra de 46% da produção

total de leite, ou seja, 12.080 litros/ dia são destinados à Campesina/ Penápolis. Em seguida tem-se a Promileite, com 36%.

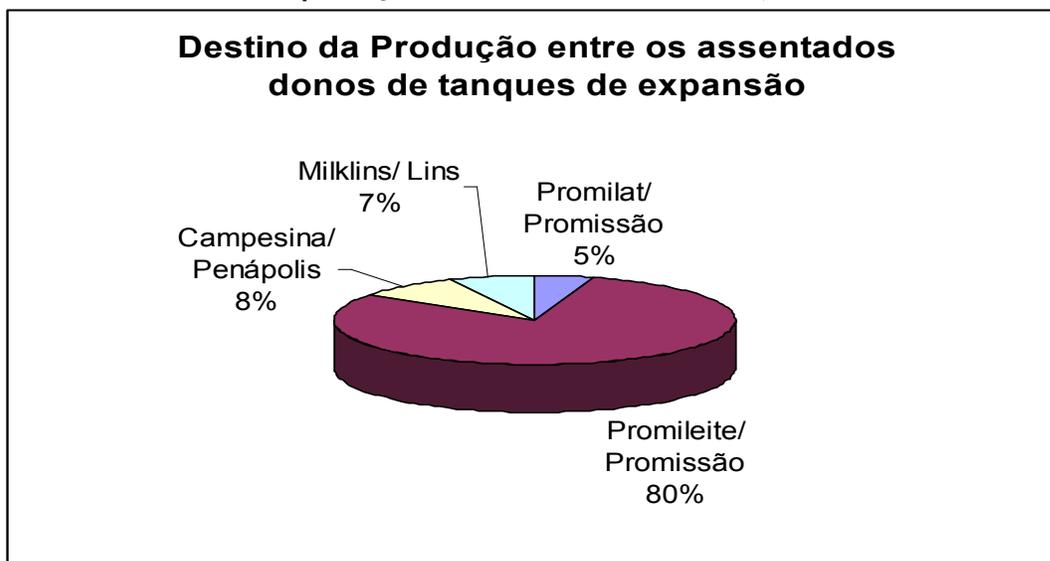
Gráfico 6a – Destino da Produção de leite ‘in natura’ do Assentamento Reunidas, 2006.



Fonte: Elaborado pela autora, conforme levantamento de campo, 2006.

Os 315 produtores de leite, na safra 2005/06, estavam distribuídos entre os 4 laticínios, sendo que a maioria, isto é, 141 famílias assentadas vendia sua produção à Promileite; 135 produtores vendem para a Campesina; 34 produtores vendiam para Milklins; e 5 para Promilat. Entre os assentados donos de tanques de expansão esse cenário se reproduzia com maior ênfase, 80% da produção era destinada à Promileite.

Gráfico 6b – Destino da produção – Assentamento Reunidas, 2006.



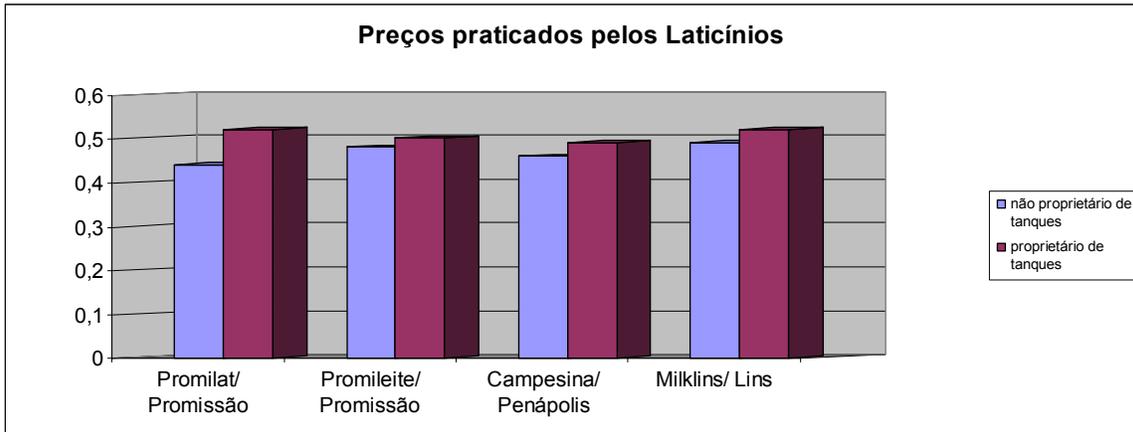
Fonte: Elaborado pela autora, conforme levantamento de campo, 2006.

Embora os assentados donos de tanques de expansão representassem apenas 27% da produção de leite, quando se referiam aos preços praticados, como era previsto, pagava-se melhor a este grupo, por exemplo, no caso da Promilat o preço pago ao produtor proprietário chegou a ser 8% maior. Segundo os dados do levantamento da produção leiteira, a renda média bruta de um produtor de leite em 2006 foi de R\$ 1.500,00 por mês.

Tabela 4. Preços praticados pelos laticínios aos assentados (sem descontos), em R\$

Laticínio	não proprietário de tanques	proprietário de tanques
Promilat/ Promissão	0,44	0,52
Promileite/ Promissão	0,48	0,50
Campesina/ Penápolis	0,46	0,49
Milklins/ Lins	0,49	0,52

Gráfico 7 – Preços praticados pelos Laticínios – Assentamento Reunidas, 2006.



Fonte: elaborado pela autora, conforme levantamento de campo, 2006.

Assim, como nas outras atividades para alavancar a atividade de pecuária leiteira, visando uma maior agregação de valor ao produto e melhoria de renda no assentamento, o que se observa é que a prioridade é a organização dos produtores, visto que a produção já existe, embora precise ser melhorada, principalmente no quesito alimentação/ manejo. O que está em jogo é a autonomia do produtor assentado. Existe a possibilidade de começar esse processo de organização via aquisição de tanques de expansão, onde os assentados, inicialmente se organizam em grupos informais para utilizar e administrar os tanques, se os assentados se organizarem tornarem-se os donos dos tanques eles terão maior autonomia para vender seu produto, além de um maior poder de negociação pelo volume de produção e redução de custos devido à compra conjunta de insumos de produção. Esse processo poderia fazer parte de um projeto maior e de longo prazo que seria a implantação da agroindústria. Mas, é preciso primeiro trabalhar a organizar os produtores, a matéria-prima; depois entender, conhecer e atuar no mercado; e por último, entrar no quesito processamento ou agroindustrialização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A difícil transição de trabalhadores despossuídos, submetidos a longo período de assalariamento temporário e ou acampamentos, para a condição de produtores familiares, assentados em projetos oficiais não se realiza em pouco tempo e vem carregada de impasses. No entanto, perspectivas de ressocialização bem-sucedida e de inovações na gestão das áreas reformadas podem ser observadas... Mesmo frente aos dilemas que a política de assentamentos, em seu conjunto, apresenta, alguns projetos indicam ações extremamente positivas em termos de manutenção das famílias na terra” (Aly Jr e Ferrante, 2005, p. 66)

Com base na análise e no estudo da história e da trajetória do Assentamento Reunidas o objetivo desse trabalho foi apresentar um diagnóstico das famílias assentadas, vinculando seu processo de desenvolvimento às políticas públicas para assentamentos de reforma agrária e ao processo de organização interna desse assentamento.

Os pilares para o desenvolvimento do Assentamento Reunidas foram: 1) o processo de investimento em infra-estrutura básica: estradas, energia elétrica, água, posto de saúde e escolas. Esse fator apresentou-se como restritivo ao desenvolvimento, pois o investimento se alongou até o ano de 1994, quando era necessário na implementação do assentamento; 2) acesso às linhas de crédito específicas para assentados e agricultores familiares, inicialmente esse fator foi considerado potencializador do desenvolvimento do assentamento, mas tanto o direcionamento dos projetos produtivos, quanto a transição da condição especial de assentados para agricultores familiares (PROCERA para PRONAF) levaram o assentamento a um período de recessão, entre 1999 e 2004; 3) a organização interna dos assentados também interferiu fortemente nesse desenvolvimento, pois as diversas associações e cooperativas constituídas tinha força política, social e econômica para direcionar os projetos de desenvolvimento do assentamento e as políticas públicas. A desativação e desarticulação da grande maioria das organizações se tornou um fator restritivo; 4) por fim, a comercialização, ou a falta

de conhecimento sobre os mecanismos de comercialização também se apresentou como um fator restritivo, pois esse é o ponto em que poderia tornar efetiva a agregação de valor.

Quadro 6 – Síntese dos fatores que interferem no desenvolvimento do Assentamento Reunidas

Fatores potencializadores e restritivos ao desenvolvimento de um Assentamento	INTERNOS	EXTERNOS	ESTUDO DE CASO: ASSENTAMENTO REUNIDAS - com base na sua história e atualmente
	Quadro Natural		Foi restritivo no início, porém, com a implantação de novas atividades produtivas e com alguns investimentos em correção de solo, o problema foi contornado.
		Crédito Rural	Com a liberação dos créditos iniciais foi um fator potencializador, mas a partir de 1999, tornou-se restritivo, não se tem uma política de financiamento definida. Se destaca como fator muito importante para o desenvolvimento do assentamento.
	Organização Política		Sempre se destacou como fator potencializador. As reivindicações políticas e sociais eram objetivos comuns dos assentados e não gerava desconfiança, estava vinculada à conquista da terra.
	Organização Produtiva		Foi potencializador, mas a partir de 1998, tornou-se restritivo, atualmente são 4 organizações com um total de 88 sócios apenas. Esse fator também é muito importante e está diretamente vinculado com o processo de desenvolvimento do assentamento.
	Infra estrutura	Infra estrutura	Até 1994, esse fator foi considerado restritivo. Deve-se destacar aqui o direcionamento dos investimentos produtivos do Proceara para instalação de energia, quando era uma responsabilidade do Estado. Atualmente pode ser considerado potencializador, existe rede e estrutura para abastecimento e escoamento da produção; moradia, escolas e posto de saúde.
		Assistência técnica	Potencializador, porém com ressalvas em relação ao método de trabalho junto aos assentados, mas existe uma estrutura física e financeira para assistência técnica.
		Comercialização	Restritivo, não existe política de comercialização e há com pouco conhecimento por parte dos assentados sobre mercado.
	Entorno Sócio-Econômico	Inicialmente esse fator foi considerado restritivo, pela rejeição em relação ao assentamento, mas hoje, se tornou potencializador. Há mercados consumidores, integração com agroindústrias e boa relação com as instituições locais: Banco do Brasil, Itesp, Incra e Prefeitura.	

Fonte: Elaboração própria - Baseado em Castilhos [et al.], (1998).

As políticas públicas para assentamentos de Reforma Agrária: crédito, seguro de safras, assistência técnica, preços mínimos, pesquisa e tecnologia apropriada à agricultura familiar e comercialização, precisam ser mais eficazes. Por exemplo, a liberação de crédito para grãos precisa sair antes do período do plantio iniciar; o seguro contra frustração de safras precisa ser executado, já que são descontados na hora da liberação do financiamento; quando se refere à assistência técnica significa garantir atuação de pessoas especializadas e capacitadas para contribuir no desenvolvimento dos projetos produtivos e sociais do assentamento; já a política de preços mínimos é necessária porque o assentamento faz parte de um contexto maior e apesar de contribuir para

produção dos produtos da cesta-básica brasileira está propenso às especificidades da agricultura; quando se refere à pesquisa e tecnologia para a agricultura familiar busca-se principalmente garantir a produtividade em áreas pequenas (em média 19,0 hectares) e redução de custos; e em relação à comercialização é preciso garantir mecanismos de escoamento da produção que garanta ao assentado uma apropriação maior do valor agregado à sua produção, resultando em melhoria de renda. Mas, em contrapartida é necessário manter a organização social e econômica dos assentados, essa é uma das formas de minimizar os riscos de mercado a que estão expostos, além de garantir a execução das ditas políticas públicas.

Apesar desse Assentamento ter sido considerado uma experiência 'modelo' somente num determinado período de sua trajetória, entre 1993 a 1998. A sua consolidação foi de grande relevância, tanto para os próprios assentados que consideram que as suas condições de vida melhoraram, como para o desenvolvimento de Promissão. Mesmo no período de crise, eram mais de 2.000 pessoas consumindo e contribuindo no município, pois mesmo, com os escassos recursos próprios e com a pressão da indústria canavieira ainda continuaram garantindo a produção de legumes, frutas, verduras, leite e grãos. Um dos motivos da resistência ao plantio de cana foi a necessidade de adesão concentrada para redução de custos de plantio, tratos culturais e colheita. Então, esse Assentamento pode não ser uma experiência 'modelo', mas também é incoerente dizer que é uma experiência que não deu certo. Pode-se fazer uma análise comparativa entre a eficiência de um assentamento considerado o maior, atualmente do Estado de São Paulo, e assentamentos menores.

Existem dois grandes desafios internos para o desenvolvimento do Assentamento Reunidas: a organização dos assentados e a comercialização. Há vários fatores que interferem na discussão e no desenvolvimento de uma organização, entre elas destacam-se: a cultura do assentado, a existência ou não de objetivos comuns e as experiências de organizações anteriores, que no caso, em sua maioria, não foram bem sucedidas, principalmente o caso da COPAJOTA. Em relação à comercialização o desafio é entender e conhecer o processo de

como se apropriar de etapas que agregam valor à produção e garantem melhoria de renda às famílias assentadas.

É importante registrar que o Assentamento Reunidas está transitando para uma nova fase, resultado das renegociações das dívidas e da disponibilidade de um volume maior de informações para o assentado referente às questões de organização, planejamento e comercialização. Entre as propostas para consolidação das linhas produtivas atuais e as novas alternativas de atividades econômicas constam o Projeto Barracão Ceagesp do Produtor, o Projeto de Comercialização do Leite, o Projeto de Inclusão Social do Biodiesel e o Projeto Poupança Verde.

Assim a trajetória do Assentamento Reunidas pode ser apresentada da seguinte forma:

Quadro 7 – Síntese da trajetória do Assentamento Reunidas, 2006.

ANO	FATOS	REPERCUSSÕES
1989	Formação do Assentamento Reunidas, demarcação da área, definição dos lotes, abertura de estradas, liberação dos primeiros créditos	Maior assentamento do país: impacto social local, regional, estadual e nacional.
1991	Fomento à cooperação: início das discussões sobre organização dos assentados; Primeiros resultados produtivos	Impacto econômico local: as famílias assentadas passam a ser aceitas pela população local e se inserem na economia do município. Os assentados são reconhecidos como consumidores e contribuintes.
1992	Fundação das primeiras organizações dos assentados: COPAJOTA e Associação São Francisco	Transição do trabalho familiar individual para o trabalho associativo e cooperativado; Período de grandes investimentos produtivos e definição da linha de produção do assentamento: agricultura, principalmente milho.
1993	Continuidade do processo de organização dos assentados: COOPAR Liberação de maior volume de crédito para assentados Concentração de maior produção de grãos do Estado de São Paulo Início das instalações de rede de energia elétrica no assentamento	O Assentamento começa a ser intitulado como ‘experiência modelo’. Inserção de diversas Instituições de Pesquisas e Universidades
1994	Divisão da COPAJOTA Liberação do crédito habitação (R\$ 2.500,00)	Primeiras frustrações de safras: algodão e milho; Diversificação da produção, principalmente a pecuária leiteira e a plasticultura.
1997	Liberação dos recursos do Procerá teto II para organizações dos assentados (R\$ 7.500,00) Auge de produção das organizações dos assentados	Inversão da pauta de produção do assentamento. Havia uma concentração de investimentos nas atividades de plasticultura e pecuária leiteira. A produção de legumes, verduras e leite passam a ser os principais produtos para geração de renda para as famílias assentadas
1999	Período de vencimento de maior número de parcelas de financiamentos de investimentos e custeio das atividades produtivas dos assentados; Extinção do Procerá, transição para o Pronaf Paralisação das atividades da COPAJOTA	Inicia-se um processo de elevada inadimplência; Problemas de acesso ao Pronaf Predominância do trabalho familiar individual
2000	Instalação na Agrovila Central do Entrepósito da Reforma Agrária – Sabor do Campo	A comercialização da produção do assentamento torna-se o principal ponto de pauta; Sem acesso ao crédito a única fonte para investimento e custeio era os dos recursos próprios.
2004	Inserção dos assentados nas políticas de comercialização do Governo Federal: programa de aquisição do Governo Federal e compra antecipada da Conab; Elaboração do Plano de Rendas do Assentamento Reunidas	Acesso aos programas da Conab; Início das renegociações das dívidas do Procerá;
2006	Revitalização da discussão da organização dos assentados; Liberação do Pronaf Recuperação de Assentamento – PRA	Organização dos produtores de legumes, frutas, verduras e leite para constituição da Associação desses produtores, com ênfase na comercialização; Acesso aos R\$ 6.000,00 do PRA; O Assentamento Reunidas inicia uma nova fase na sua trajetória de desenvolvimento.

Fonte: elaborado pela autora, 2006.

Então, o que mudou na trajetória do Assentamento Reunidas? Essa questão está concentrada em dois pontos fundamentais: organização interna dos assentados e política de financiamento. A organização dos assentados como fator interno ao Assentamento e o financiamento para investimento e custeio como fator externo, até o ano de 1.998, esteve fortemente presente, pode-se dizer que eram fatores potencializadores. É a partir de 1.999 que se verifica a mudança no assentamento, tanto pela desativação de muitas organizações cooperativas e associações como pela alteração da política de financiamento, dificultando o acesso e se tornando escasso, ou seja, ambos tornaram-se restritivos ao desenvolvimento do Assentamento.

Percebe-se que a trajetória do Assentamento Reunidas seguiu a linha do desenvolvimento das políticas públicas: infra-estruturação do Assentamento e disponibilidade de créditos; e da organização interna: formação de associações e ou cooperativas dos assentados para trabalhar a produção e a comercialização. Para maioria dos assentados o acesso às informações referente à produção, à comercialização e aos créditos é o ponto de partida para qualquer processo de mudança.

O estudo apontou para uma mudança na trajetória do Assentamento Reunidas, referente principalmente à organização interna e à política de financiamento. E esse era o objetivo principal desse trabalho. Mas, um outro estudo seria necessário: analisar se esse Assentamento realmente foi ou deixou de ser uma 'experiência modelo'. Essa pesquisa pode ser realizada a partir do que foi apontado por Castilhos [et al] (1998),

“o sucesso de um assentamento não pode ser medido apenas pela infra-estrutura social disponível, mas pela condição que os assentados têm para avançar economicamente através da evolução de seu sistema de produção, que pode ser medido pela sua produção, produtividade, relação com o mercado, renda gerada e pela sustentabilidade de seu sistema produtivo”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALY Jr. O. e FERRANTE, V. L. S. B. **Assentamentos Rurais: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos)**. INCRA, ABRA e UNIARA. São Paulo, 2005.
- ARAÚJO, T. B. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro – heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000.
- _____. **Descentralização e reforma agrária: um processo em discussão**. Brasília. Projeto de cooperação técnica INCRA/ IICA. Mimeo, 1998.
- ASSUMPÇÃO, R. **Cooperativas de Reforma Agrária: um enfoque distinto visando sua inserção no negócio agrícola**. São Paulo. Dissertação de Mestrado, USP, 2003.
- AZEVEDO, C. **Promissão: uma experiência com terra**. Revista Caros Amigos. São Paulo: Casa Amarela, 1997.
- BERGAMASCO, S. M. P. P. Assentamentos Rurais: reorganização do espaço produtivo e processos de socialização. In: **Assentamentos Rurais uma visão multidisciplinar**. Leonilde Medeiros et.al. São Paulo: Ed. Da UNESP, 1994.
- BERGAMASCO, Sonia M. P. Pereira. e NORDER, Luiz A. Cabello. **Estratégias Familiares e Organizativas: limites e controvérsias**. Campinas, São Paulo, 1996a. (Mimeo)
- BERGAMASCO, Sonia M. P. Pereira. e NORDER, Luiz A. Cabello. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996b. (coleção primeiros Passos nº 301).
- BERGAMASCO, S. M. P. P. **Por um atlas dos assentamentos brasileiros: espaços de pesquisa**. Cahantal Blanc – PARMARD, Maria – Edy Chonchol. Rio de Janeiro: DL/Brasil, 1997.
- BERGAMASCO, S. M. P. P., NORDER, L. A. C. **A Alternativa dos Assentamentos Rurais: organização social, trabalho e política**. São Paulo: Terceira Margem, 2003.
- BERGAMASCO, S. M. P.P, AUBRÉE, M., FERRANTE, V.L.S.B. (orgs.). **Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo**. Campinas, SP: FEAGRI/UNICAMP; Araraquara, SP: UNIARA; São Paulo, SP: INCRA, 2003.
- BITTENCOURT, G.A. **ABRINDO A CAIXA PRETA: O financiamento da Agricultura familiar no Brasil**. Campinas, Dissertação de Mestrado. UNICAMP, 2003.
- CASTILHOS, D. S. B. [et al.] (orgs). **Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Brasil**. Trabalhos para Discussão. FAO/INCRA. Brasília, DF, 1998.
- CENSO AGROPECUÁRIO 1995-1996 – Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.

- DELGADO, G. **Agricultura familiar e política agrícola no Brasil: situação atual e perspectivas**. Revista Reforma Agrária. Campinas: ABRA, 1994.
- DELGADO, G. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: **A questão agrária no Brasil: perspectivas históricas e configuração atual**. São Paulo: INCRA, 2005.
- FRARE, A. P. et al. **Princípios básicos para comercialização de produtos e serviços de cooperativas e associações**. Rio de Janeiro: DP&A: FASE, 2001.
- GONÇALVES NETO, W. **Estado e agricultura no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- GORGEN, Sérgio Antonio e STÉDILE, João Pedro (org). **Assentamentos: a resposta econômica da Reforma Agrária**. Petrópolis: Vozes, 1991.
- IAMAMOTO, M. V. **Trabalho e indivíduo social: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista**. São Paulo: Cortez, 2001.
- INCRA/ MDA. **Relatório de Gestão 2003**. (mimeo). São Paulo, 2004a.
- INCRA. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento: Projeto de Assentamento Plasto Planalto**. (mimeo). São Paulo, 2004b.
- ITESP. **Construindo o futuro: política de investimento em assentamentos rurais, seus custos e resultados**. São Paulo: Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, 1998.
- LAUSCHNER, R. **Agribusiness, Cooperativa e Produtor Rural**. São Leopoldo: UNISINOS, 1995.
- LEITE, S. O estudo dos assentamentos Rurais e os parâmetros da ciência econômica. in: **Reforma agrária: Produção, emprego e renda – O relatório da FAO em debate**. Ademir Romeiro et.al. Orgs. Rio de Janeiro: Vozes/IBASE/FAO, 1994.
- LEITE, S.; MEDEIROS, L. M., (coord). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil – processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre, Rio de Janeiro: Ed. Universidade/ UFRGS/ CPDA, 1999.
- LEITE, S. [et al.]. **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: Editora UNESP [co-editora e distribuidora], 2004.
- LEITE, S. **Dinâmica econômica, assentamentos rurais e desenvolvimento regional: evidências a partir de seis estados brasileiros**. In: ALY Jr. O. e FERRANTE, V. L. S. B. **Assentamentos Rurais: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos)**. INCRA, ABRA e UNIARA. São Paulo, 2005.
- LINHARES, M. Y. L. e SILVA, F. C. T. **Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- MEDEIROS, L. S.(coord). **Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: UNESP, 1994.

MEDEIROS, L. S. e LEITE, S. (org.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil**. Porto Alegre, Rio de Janeiro: Ed. Universidade/EFRGS/CPDA, 1999.

_____. **Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

MST. **A organicidade como parte da cultura**. Texto para Discussão. Setor de Formação: São Paulo, 2003.

NAVARRO, Zander. Sete teses equivocadas sobre as lutas sociais no campo. In: **A Reforma agrária e a luta do MST**. João Pedro Stedile (org.) . Petrópolis, RJ : Vozes, 1997

NORDER, L.A.C. **Políticas de Assentamento e localidade: os desafios da reconstrução do trabalho rural no Brasil**. Wageningen, Tese de Doutorado: Universidade de Wageningen, 2004.

OLIVEIRA, J.P. **A massificação da cooperação agrícola nos assentamentos**. São Paulo: Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil, 1996.

OLIVEIRA, A.U e STEDILE, J.P. **O Agronegócio x agricultura familiar e reforma agrária**. Brasília: Peres, 2004.

PACCOLA, S. A. D. **Assentamento da Fazenda Reunidas: a reforma agrária é um projeto viável**. São Carlos, Dissertação de Mestrado: UFSCAR, 1995.

PANZUTTI, R. **Estratégias de financiamento das cooperativas agrícolas no Estado de São Paulo: caso da Cooperativa dos agricultores da região de Orlandia**. São Paulo: ICA, 1997.

PANZUTTI, R. **Relatórios das atividades de fomento à cooperação – Assentamento Reunidas**. (mimeo). São Paulo: INCRA, 2005.

Plano Nacional de Reforma Agrária. Governo Federal/ MDA - INCRA. 2003

Retratos da Terra: **Perfil Sócio-Econômico e Balanço da produção Agropecuária dos Assentamentos do Estado de São Paulo – 97/98 – Série Cadernos do Iteps**. Nº 9. 1998.

ROMEIRO, A. R. e BUAINAIN, A. M. **Ainda sobre a Reforma Agrária**. (mimeo). Campinas: UNICAMP. Texto para discussão, 1997.

SENHORAS, E. M. **A reforma agrária, a luta pela terra e os assentamentos rurais**. In: Revista Formação Econômica, nº10. Campinas. UNICAMP, 2003.

SILVA, J. G. **A reforma agrária brasileira – na virada do milênio**. Campinas: ABRA, 1996.

_____. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SILVA, J. G., BIACHINI, V. A. WEID, J M. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: MDA, 2001.

SILVA, R. P. **Assentamento Rural: um novo momento de ocupação econômica no Pontal do Paranapanema**. Campinas, Dissertação de Mestrado, 2003.

SPAROVEK, G. **A qualidade dos Assentamentos de Reforma Agrária brasileira.** Projeto de Cooperação Técnica MDA/FAO. São Paulo: Páginas e Letras Editora e Gráfica, 2003

STÉDILE, J. P. **Questão Agrária no Brasil.** São Paulo: Atual, 1997.

ANEXO I

As Diretrizes Estratégicas do MDA e do INCRA para a Reforma Agrária estabelecem que:

I - A Reforma Agrária é entendida como instrumento de desenvolvimento do País;

II - O Ordenamento Territorial, enquanto política de Estado, será executado pela União de forma compartilhada com os demais entes federativos;

III - A Reforma Agrária será implementada de forma participativa, envolvendo todos os atores sociais, na sua elaboração, gestão e avaliação, com base nos Planos Nacional e Regionais;

IV - A Reforma Agrária será implementada de forma a assegurar o cumprimento da função social da propriedade;

V - A Reforma Agrária promoverá a democratização do acesso a terra, a garantia da soberania alimentar, a geração de emprego e renda a promoção de mudanças no padrão tecnológico do meio rural e a inclusão social;

VI - A Reforma Agrária, respeitando as diversidades ambientais promoverá a exploração racional e sustentável da terra;

VII - A Reforma Agrária será centrada na definição de áreas reformadas objetivando o desenvolvimento territorial do país;

VIII - A Reforma Agrária será implantada utilizando a desapropriação por interesse social como instrumento principal de obtenção de terras;

IX - A Reforma Agrária promoverá o fortalecimento de parcerias entre as instituições governamentais e não-governamentais, maximizando recursos e resultados.

ANEXO II

Quadro 6 – Síntese do Plano para Melhoria de Renda dos Assentados do Projeto de Assentamento Reunidas.

PRIORIDADES	RESPONSABILIDADES	
Prioridade	Assentados	Parceiros
<p>1)RENEGOCIAÇÃO CRÉDITO</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Quitação da dívida de “energia elétrica”; ▪ Renegociação de todas as dívidas do crédito rural; ▪ Criação do Fundo de Aval. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Envolver outros agricultores que utilizaram financiamento do PROCERA para instalação de infra-estrutura e promover negociações em conjunto com os responsáveis pelo programa; ▪ Agrupar os assentados de acordo com sua situação de adimplência ou inadimplência com crédito rural, informá-los sobre as normas e articulá-los para promover negociações em conjunto com os agentes financeiros; ▪ Conhecer experiências existentes, ampliar a discussão no Projeto de Assentamento Reunidas e envolver outros agricultores familiares no estado. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ <u>MDA (Ministério de Desenvolvimento Agrário) – INCRA e SAF (Secretaria de Agricultura Familiar) e Bancos:</u> 1) Dívida “energia elétrica” – que os órgãos responsáveis pelo PROCERA abram negociações com os agricultores; 2) Fornecer informações sobre a situação de endividamento dos assentados e negociar em bases reais a sua quitação (valores das parcelas conforme as reais condições de pagamento);
<p>2)MELHORIA DOS PROCESSOS PRODUTIVOS</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Capacitação; ▪ Realização de Estudos de Mercado; ▪ Instalação campo experimental; ▪ Aplicação de calcário. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conscientizar e mobilizar os assentados para a necessidade do planejamento e conhecimento de técnicas de gestão para obter melhores resultados da atividade; ▪ Adotar a prática de conhecer o mercado antes de decidir por uma alteração ou nova atividade produtiva; ▪ Organizar-se para pleitear e implementar campo experimental; ▪ Organizar-se para adoção em conjunto das técnicas para recuperação conservação do solo. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ <u>Entidades administradoras e de fomento:</u> 1) Apoiar com capacitação sobre normas e gestão, formação de administradores e 2) Prover recursos e/ou indicar fonte para criação do Fundo de Aval. ▪ <u>Instituições de Pesquisa Agropecuária e Assistência Técnica:</u> 1) Promover cursos demandados pelos assentados e 2) Instalar campos experimentais (e visitas técnicas) para novas técnicas pretendidas; ▪ <u>Empresas fornecedoras, Assistência Técnica, Universidades:</u> 1) Elaborar estudos comparativos de custos para os diferentes modais para o transporte do calcário; 2) opções de financiamento para a compra e aplicação.
<p>3)AGROINDÚSTRIA</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Conhecer a situação legal do silo da Prefeitura; ▪ Secagem e empacotamento de grãos; ▪ Conhecer a legislação da agroindústria artesanal. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conhecer a real situação legal do silo instalado ao lado do Projeto de Assentamento Reunidas, estudar as alternativas possíveis e elaborar propostas de arrendamento do equipamento para secagem, armazenagem e empacotamento da produção de grãos; ▪ Antes de iniciar qualquer processamento de produto alimentício conhecer a legislação existente e participar de movimentos/ações para adequação à 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ <u>Prefeitura Municipal, Câmara dos Vereadores:</u> fornecer informações sobre situação do contrato entre a Prefeitura e o atual arrendatário; ▪ <u>Assistência Técnica, Órgãos de Normatização:</u> 1) Apoio na obtenção e discussão da legislação e 2) receber/encaminhar as propostas feitas pelos assentados do Projeto de Assentamento Reunidas.

<p>4)COMERCIALIZAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Venda de animais de leilão; ▪ Criar e/ou ampliar o mercado de produtos processados; ▪ Priorizar as confecções existentes (produção artesanal) 	<p>agricultura familiar.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Conscientizar, mobilizar e organizar os assentados para incrementar e fortalecer o mercado interno do Projeto de Assentamento Reunidas (P.A), retendo a renda dentro do próprio assentamento. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ <u>Assistência Técnica, Sebrae e outras Entidades de apoio à comercialização:</u> capacitação apoio na instalação do leilão de animais e 2) organizar e divulgar os pontos de vendas do mercados interno do P.A.
<p>5)DIVULGAÇÃO DO ASSENTAMENTO</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Colocação de placas para identificação do P.A nas rodovias que o cortam 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Definir locais e garantir a manutenção dessas placas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ <u>INCRA:</u> Definir modelo/ padrão e fornecer as placas.
<p>6)REVITALIZAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES COOPERATIVAS</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Curso de formação em associativismo e cooperativismo. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conscientizar e mobilizar a comunidade para participação nos cursos de formação 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ <u>Órgãos de apoio ao associativismo/cooperativismo, Assistência Técnica:</u> formatar e ministrar os cursos e acompanhar os processos de formação de novos grupos e recuperação dos existentes.
<p>7)EDUCAÇÃO, CULTURA E SERVIÇOS</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Adequação dos conteúdos dos cursos fundamental e médio à realidade da agricultura familiar; ▪ Capacitação e utilização dos assentados formados como professores no P.A; ▪ “Centro de Cultura e Serviços”: definição da área e prestadores de serviços. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conscientizar e mobilizar a comunidade para discutir com outras Autoridades do setor alterações nos currículos e utilização dos assentados como professores; ▪ Definir o local para instalação do Centro de Cultura e Serviços, obter autorização formal do INCRA, selecionar e convidar as entidades/empresas a se instalarem no local. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ <u>Secretarias de Educação Municipal e Estadual, INCRA (PRONERA) e outras Entidades com atuação vinculada à Educação do Campo:</u> apoiar com: 1) definindo e implantando novo currículo, 2) criando condições para o aproveitamento de assentados com formação acadêmica como professores e 3) apoio técnico-financeiro para reciclagem do corpo docente; ▪ <u>Entidades e empresas prestadoras de serviços aos agricultores, Instituições (Fundações e Institutos) que priorizam a promoção da cidadania:</u> 1) construção de postos de serviços no P.A e 2) apoio financeiro e técnico na instalação de biblioteca, centro informática, etc...

Fonte: INCRA - Superintendência Regional de São Paulo – SR 08, 2004.

APÊNDICE 1

Roteiro para entrevista aplicada aos assentados representantes dos grupos focais.

NOME: _____
ENDEREÇO: _____ AGROVILA: _____
1. Qual da maioria dos assentados que você representa: Rural Urbana
2. Qual a profissão/ ocupação, da maioria dos trabalhadores de sua agrovila, imediatamente, antes de ser assentado no Assentamento Reunidas?
3. Por ordem de prioridade, quais são as atividades produtivas para: Auto consumo: Mercado:
4. Como foi o processo de decisão para escolha da atividade produtiva: - orientação técnica/ mercado - disponibilidade de linhas de financiamento - aptidão/ tradição de produção
5. Quais dos itens abaixo têm acesso ou disponibilidade para desenvolvimento da atividade produtiva: - força de trabalho: - infra-estrutura - tecnologia - assistência técnica
6. Os assentados que você representa fazem parte de alguma organização produtiva? Sim Não - prestação de serviços - produção coletiva - compra de insumos - comercialização Já fez parte anteriormente? Sim Não Por que?
7. Você tem conhecimento das políticas públicas voltadas ao Assentamento Reunidas? Quais?
8. Quais modalidades de créditos destinados ao Assentamento Reunidas:
9. Baseado em que informações ou orientações foram aplicados os créditos de custeio e investimento?
10. Onde busca informações/ orientações técnica para desenvolvimento da atividade produtiva? - via assistência técnica - via cursos de capacitação técnica - experiência anterior - aprendizagem, através de teste de erros x acertos
11. Qual a sua relação dos assentados com o mercado? O que entendem por comercialização?
12. Você considera o Assentamento Reunidas como uma experiência bem sucedida? Em que período ou momento?

16. Na sua opinião, quais dos fatores abaixo afetaram o desenvolvimento do Assentamento Reunidas?
- quadro natural
 - infra-estrutura produtiva
 - sistema de produção adotado
 - créditos
 - mercado
 - assistência técnica
 - organização produtiva
 - organização política
 - relações institucionais
 - acesso aos serviços básicos
 - outros: _____
17. Na sua opinião, o que o Assentamento Reunidas viabilizou ou contribuiu para o desenvolvimento das família assentadas?
18. Quais os fatores internos influenciaram o desenvolvimento do Assentamento Reunidas?
Por quê? _____
19. Quais fatores externos influenciaram o desenvolvimento do Assentamento Reunidas?
Por quê? _____
20. Na sua avaliação, na trajetória do Assentamento Reunidas, o que mudou?
21. Você tem alguma proposta para desenvolvimento do Assentamento Reunidas?
Qual: _____

Roteiro para entrevista aplicada aos representantes das Instituições Públicas que atuam no Assentamento Reunidas.

Nome: _____

Instituição: _____ Data: ____/____/____.

Questões

- 1) O Assentamento Reunidas é uma experiência importante, por que?
- 2) Você considera o Assentamento Reunidas uma experiência 'bem sucedida'? Por que?
- 3) Quais os dilemas e impasses enfrentados nesse Assentamento, hoje?
- 4) Quais os impactos identificados a partir da formação e consolidação do Assentamento? Quem mais são os beneficiários desses impactos?
- 5) Qual o papel desta Instituição no desenvolvimento do Assentamento Reunidas?
- 6) Na sua opinião, qual o papel dos assentados para o desenvolvimento do Assentamento?

